



Programa de
Capacitação
e Integração
de Lideranças
Sociais

HISTÓRIA DO BRASIL

HUMANAS I

Realização:



Patrocínio:

Integração
Metropolitana



APRESENTAÇÃO

As apostilas para pré-vestibulares populares, sociais e comunitários do PECEP (Projeto de Ensino Cultural e Educação Popular) foram produzidas no âmbito do Programa de Capacitação e Integração de Lideranças Sociais, projeto contemplado pelo edital Integra Rio, uma realização da Secretaria Especial de Integração Metropolitana (SEIM) e da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Essas apostilas representam uma conquista coletiva dos cursinhos e educadores populares de todo o país, afinal, representam uma ferramenta concreta para a democratização do acesso ao material didático. Elas foram pensadas com carinho e compromisso para dialogar com a realidade das centenas de iniciativas populares espalhadas pelo Brasil e, também com aqueles que pensam em iniciar a luta de fundar o seu próprio pré-vestibular.

Sabemos que cada cursinho tem suas particularidades e dinâmicas próprias. Alguns, inclusive, elaboram seu próprio material didático. As apostilas do PECEP não têm como objetivo substituir esses esforços, muito menos propor uma padronização da prática pedagógica popular. Ao contrário, elas foram pensadas para que cursinhos, coletivos, educadores e líderes comunitários possam mitigar certas falhas aos quais podem estar suscetíveis.

Por exemplo, um professor de português que deseje iniciar um pré-vestibular, mas ainda não professores de outras áreas, pode usar essas apostilas como ponto de partida para que os estudantes não fiquem sem material de estudo. Da mesma forma, um educador que esteja começando a lecionar biologia, também pode usar as apostilas como material de apoio.

Importante ressaltar que tais apostilas foram elaboradas por voluntários de um pré-vestibular que funciona, de forma ininterrupta, há 25 anos na cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, trazem em suas páginas o olhar atento e sensibilidade de quem está na linha de frente da luta por transformação através da educação.

Essas apostilas não tem a pretensão de serem uma solução definitiva. Elas são um passo importante em um caminho longo, penosos, porém, infinitamente recompensante.

Por fim, importante ressaltar que esta é a versão 2025 das nossas apostilas. A proposta é que esse material siga sendo desenvolvido e aprimorado de forma contínua, afinal, o aprendizado sobre o ensino popular não tem fim.

Se você tiver sugestões, críticas, dúvidas ou ideias, entre em contato com a gente pelo e-mail: contato@pecep.org e acompanhe as nossas redes sociais: [@pecep.org](https://www.instagram.com/pecep.org)

Com muito carinho,
A Direção do PECEP

ÍNDICE

BLOCO 1: COLONIZAÇÃO 4

CAPÍTULO 1: BRASIL PRÉ-CABRALINO	7
CAPÍTULO 2: INÍCIO DA COLONIZAÇÃO	10
CAPÍTULO 3: BANDEIRANTES E MINERAÇÃO	17
CAPÍTULO 4: CRISE DO ANTIGO SISTEMA COLONIAL	21
CAPÍTULO 5: PERÍODO JOANINO	25

BLOCO 2: BRASIL IMPERIAL 29

CAPÍTULO 6: INDEPENDÊNCIA	31
CAPÍTULO 7: PRIMEIRO REINADO (1822-1831)	36
CAPÍTULO 8: PERÍODO REGENCIAL (1831-1840)	40
CAPÍTULO 9: SEGUNDO REINADO I	44
CAPÍTULO 10: SEGUNDO REINADO II	55

BLOCO 3: BRASIL REPÚBLICA 61

CAPÍTULO 11: PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1945)	62
CAPÍTULO 12. ERA VARGAS (1930-1945)	72
CAPÍTULO 13: REPÚBLICA ENTRE DITADURAS (1945 – 1964)	82
CAPÍTULO 15: REDEMOCRATIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO NO BRASIL	105

BLOCO 1:

COLONIZAÇÃO

Neste bloco, estudaremos o período colonial no Brasil. Processo que se inicia em 1500, com a chegada dos portugueses no continente americano, a colonização consiste na ocupação humana de um território. No caso brasileiro, tal fenômeno objetivou a exploração da terra para a produção de riquezas. A carta redigida por Pero Vaz de Caminha, português que acompanhou a viagem de Pedro Álvares Cabral em 1500, aponta para o interesse português em obter metais preciosos, considerados a principal fonte de riquezas na Europa:

“Depois andou o Capitão para cima ao longo do rio (...) Ali esperou um velho (...) Falava, enquanto o Capitão esteve com ele, perante nós todos, sem nunca ninguém o entender, nem ele a nós quantas coisas que lhe demandávamos acerca de ouro, que nós desejávamos saber se na terra havia (...) [Nesta terra] não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados”¹.

Toda produção do Brasil - o pau-brasil, o açúcar e o minério - seguia a lógica do pacto colonial: os bens cultivados e/ou extraídos no território da colônia - neste caso, o Brasil - eram destinados estritamente à metrópole - ou seja, Portugal. Ao mesmo tempo, o Brasil só podia importar produtos de Portugal. Já a metrópole poderia comercializar as mercadorias produzidas em suas colônias com quaisquer países, gerando um crescimento econômico significativo da monarquia **lusitana**².

A colonização no Brasil também apresentou um caráter cultural. A ocupação da **América portuguesa**³ visava, também, expandir a fé católica. Através da catequese forçada de indígenas e africanos, os jesuítas conseguiram ampliar o número de fiéis ao catolicismo - ainda que estratégias de resistência, como o sincretismo religioso e o culto sigiloso à outras religiões, fossem desenvolvidas pelos povos catequizados.

Na perspectiva dos povos originários e africanos, a colonização foi um processo marcado pela violência e pela resistência. A chegada dos portugueses provocou a morte de milhares de indígenas: seja através das doenças que vinham da Europa; de conflitos; da escravização, dentre outras causas. Além disso, com o avanço do empreendimento colonial na América portuguesa, o tráfico de africanos para serem escravizados no Brasil se intensificou, submetendo milhões de pessoas ao trabalho forçado, à violências físicas e psicológicas e à imposição cultural.

A colonização instaurou um modelo de economia baseado na agroexportação: ou seja,

1 Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo; CAMINHA, Pero Vaz de. Carta a El-Rei D. Manuel sobre o Acha-mento do Brasil. In: Brasil: textos históricos. Brasília: Ministério da Cultura, [s.d.].

2 Sinônimo de “português(a)”.

3 Muitas vezes utiliza-se a expressão como sinônimo de Brasil Colônia. Corresponde ao território ocupado pelos portugueses no continente americano durante o período colonial.

o principal motor da economia brasileira foi e continua sendo a agricultura - aliada à pecuária. Ademais, o período colonial consagrou a escravidão como principal sistema de trabalho no Brasil durante mais de 300 anos - até sua abolição, em 1888. Ainda que o trabalho escravo seja considerado um crime no Brasil de hoje, sua instauração no Brasil Colônia apresenta consequências ainda muito atuais: como o racismo, a marginalização da população negra e indígena, a naturalização da violência contra esses grupos, etc.

CAPÍTULO 1: BRASIL PRÉ-CABRALINO

Este capítulo trata de um período conhecido como Brasil Pré-Cabralino. O que significa este nome? Corresponde ao período anterior à chegada dos portugueses ao território que hoje compreendemos como Brasil. Ou seja, trataremos da história dos povos indígenas que aqui habitavam e suas perspectivas sobre o início da colonização portuguesa.

Durante muitos séculos, a **historiografia**⁴ sobre este período, assim como sobre o início da colonização, privilegiou o estudo de documentos escritos pelos portugueses daquela época: ou seja, sua visão da colonização. A perspectiva dos indígenas foi longamente menosprezada pela historiografia, sobretudo porque muitos povos originários não faziam uso da escrita como forma de registrar suas experiências - que era a única fonte considerada válida para o estudo do passado. Para os nativos, a **História Oral**⁵ constituía e ainda constitui a principal forma de transmissão das vivências de suas comunidades. Desde meados dos anos 1980 até hoje é que a História Oral começou a ser valorizada e empregada pelos historiadores para se estudar o passado, transformação esta que permitiu desenvolver uma nova interpretação sobre a chegada dos portugueses no Brasil.

Antes de 1500, cerca de 12 milhões de indígenas viviam no território que hoje é considerado Brasil. Esse contingente era composto por cerca de 1100 povos que falavam cerca de 900 línguas diferentes. Esse quadro nos indica que, no dia 22 de abril de 1500, o Brasil não foi descoberto. Os portugueses se depararam com um vasto território habitado por milhares de povos originários com tradições, hábitos e identidades plurais.

Na perspectiva indígena, a ocupação deste território pelos portugueses foi marcada pela violência. Muitos foram submetidos à escravidão; sofreram perseguição religiosa, sendo obrigados a se converterem ao cristianismo; foram dizimados pelas epidemias (de varíola principalmente); eram obrigadas a se deslocarem para o interior do território de forma forçada, para sobreviverem. Houve uma grande mortalidade de ameríndios devido à vários fatores. As epidemias foram a principal causa: os portugueses traziam consigo doenças contra as quais os nativos não tinham imunidade. Aliado a isso, a fome, a escravização, dentre outros motivos, também levaram à morte de milhões de indígenas.

Apesar de toda a violência sofrida, os nativos não eram meras vítimas da colonização. Por muito tempo, a historiografia tratou os indígenas como ingênuos e incapazes de resistir ao domínio colonial. No entanto, atualmente sabe-se - principalmente através da História Oral - que os nativos (re)agiam e resistiam à colonização de diversos modos. A estratégia mais eficaz era a fuga: adentravam o território em busca de locais mais seguros e afastados da presença

4 Historiografia é a escrita da História.

5 Metodologia de pesquisa utilizada por historiadores para coletar e analisar informações sobre o passado através de entrevistas e relatos orais.

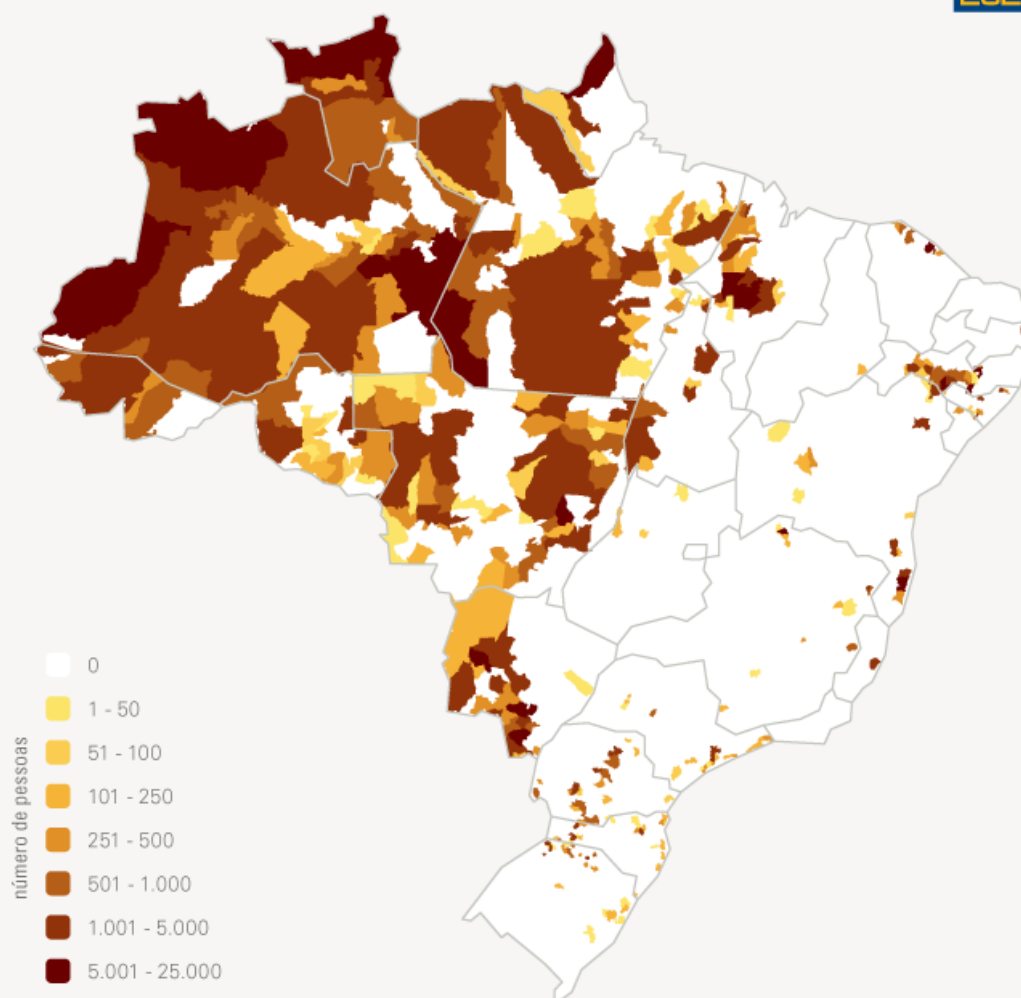
dos portugueses. Além disso, muitos povos nativos formavam alianças com europeus inimigos entre si, sabendo explorá-las à seu favor. Nessa linha, vale destacar o aprendizado da língua portuguesa: sabendo se comunicar com os colonizadores, os indígenas conseguiam negociar seus interesses, buscando sua sobrevivência. Em suma, os ameríndios demonstraram suas insatisfações de todas as formas possíveis visando sua liberdade e a criação de um ambiente de sobrevivência mais humana e digna aos nativos. Sua história sempre foi marcada por resistência.

Por muito tempo, os povos originários foram omitidos da narrativa sobre a História do Brasil, sendo vistos apenas como coadjuvantes e não como atores importantes no processo de colonização. Em muitos casos, foi a partir da figura indígena que os portugueses conseguiram desenvolver sua empreitada colonial onde hoje é o Brasil: principalmente através da escravização de indígenas. É de grande importância considerar os povos originários como participantes fundamentais para formação e reprodução da sociedade colonial, ainda que, por muitos séculos - e até os dias atuais - estivessem submetidos à diversas formas de violência.

De acordo com o Censo de 2022, o Brasil tem 1,69 milhões de indígenas (0,83% da população do país) divididos entre 300 povos diferentes. Mais da metade desta população está concentrada na Amazônia Legal - região formada pelos estados do Norte, Mato Grosso e parte do Maranhão. Esse quadro aponta para um vasto extermínio dos povos originários que começa no período colonial e que se estende durante toda a história do Brasil.

Pessoas indígenas em Terras Indígenas - 2022

Por município



Fonte: Censo Demográfico 2022: Indígenas - Primeiros Resultados do Universo



Fonte: IBGE

Ainda assim, é importante destacar diversos direitos e políticas públicas visando proteger e garantir reparação que foram conquistadas pelos ameríndios nas últimas décadas. Dentre eles, ressalta-se a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); as políticas de demarcação de terras indígenas; a lei de cotas para o ingresso nas universidades públicas, etc.

CAPÍTULO 2: INÍCIO DA COLONIZAÇÃO

Ao chegarem nas terras que hoje reconhecemos como Brasil, no ano de 1500, os portugueses deram início à **colonização**⁶.

ATIVIDADES ECONÔMICAS

O principal interesse português com as terras recém encontradas era a busca por metais preciosos - como ouro, prata, diamantes, etc. Contudo, por terem chegado no litoral, não encontraram os metais preciosos que tanto almejavam: no Brasil, a **região aurífera**⁷ localizava-se no interior, onde hoje estão os estados de Minas Gerais, Goiás, etc. Por outro lado, se depararam com uma vasta porção de terra repleta de pau-brasil. A árvore já era bastante conhecida pelos povos indígenas: eles utilizavam desde a sua madeira até a tinta vermelha localizada na parte interna do tronco. Em razão disso, os colonos portugueses viram no pau-brasil um grande potencial: sua madeira poderia ser utilizada na construção de embarcações, e sua tinta poderia ser destinada à pintura de objetos e tecidos. A extração do pau-brasil contava com a participação dos nativos: eles ensinavam as técnicas de extração da madeira e da tinta aos portugueses e, em troca, recebiam objetos relevantes para uso cotidiano, especialmente ferramentas e objetos em metal. Tal prática, muito recorrente na colonização do Brasil, é conhecida como **escambo**⁸.



Fonte: <https://sitiomorrinhos.com.br/produto/pau-brasil/>

6 Fenômeno de ocupação de um território, visando o povoamento e/ou a exploração da terra para fins comerciais - cultivo de produtos agrícolas, a extração de matérias primas, etc.

7 Adjetivo com origens no latim; “Au” na tabela periódica equivale ao ouro; significa “que possui ouro” ou “que produz ouro”.

8 Sistema de troca que não se baseia no dinheiro, mas sim, em objetos e serviços.



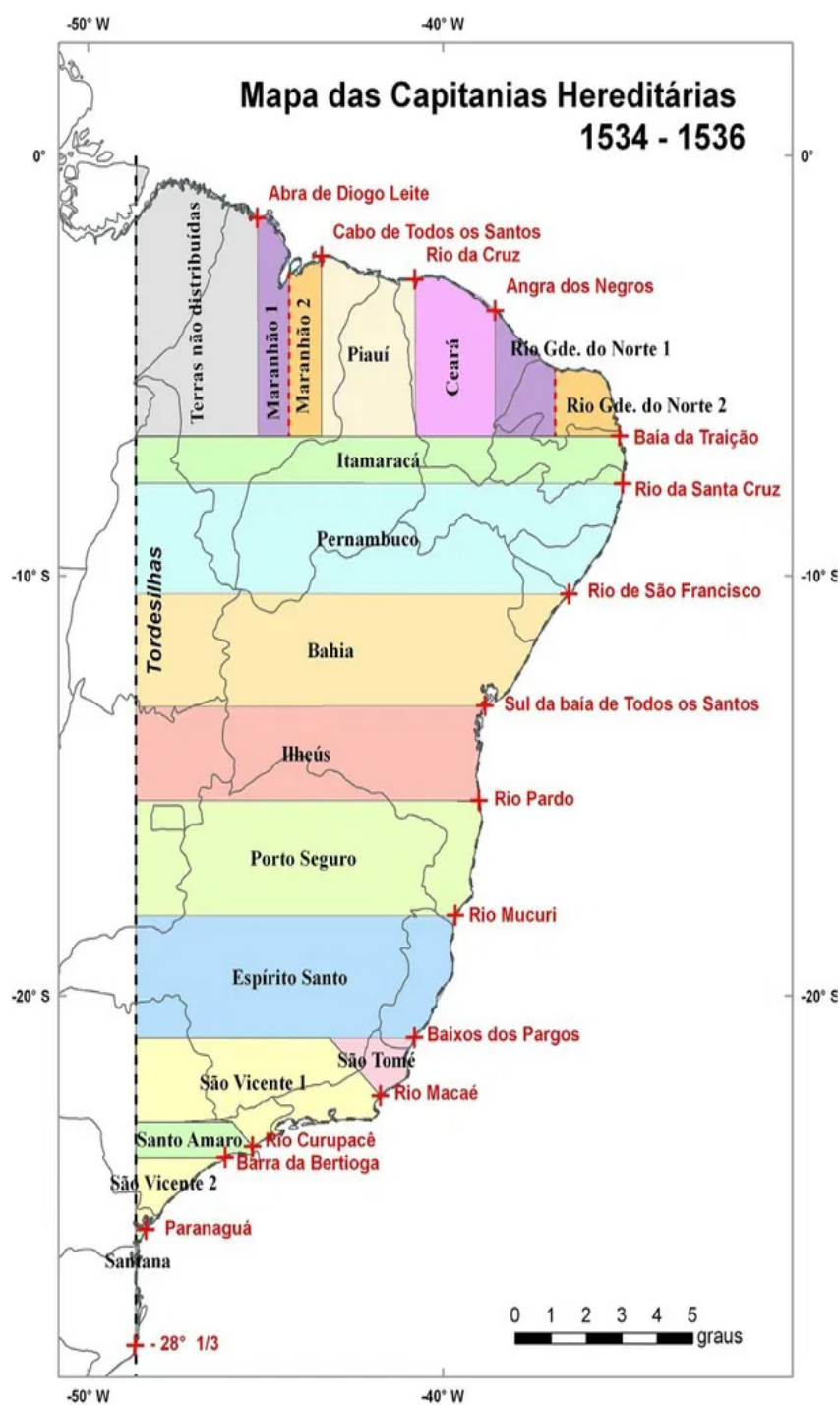
Fonte: https://www.sementerara.com.br/pau-brasil-verdadeiro-caesalpinia-echinata-5-sementes?srsId=AfmBOOrmr0UETQPNRLD6lwMiDZx8ovjqdPgxi_02FW-3Ee0INRvDzbCo

Nos primeiros 50 anos de colonização, é possível dizer que existiram relações de troca e coexistência entre europeus em regiões próximas a comunidades indígenas - marcadamente no litoral. De forma a garantir uma ocupação efetiva do território para reduzir as ameaças estrangeiras, os portugueses dividiram a colônia em 15 porções de terras, denominadas de capitanias hereditárias. Elas foram distribuídas entre doze donatários (representantes de uma pequena nobreza de Portugal), que depois teriam o direito de passá-las a seus herdeiros. As capitanias hereditárias também eram uma forma de promover uma exploração agrícola efetiva na colônia, começando pela extração do pau-brasil e, posteriormente, com a plantação de açúcar.



Mapa das Capitanias Hereditárias no Brasil (1586)

Fonte: Biblioteca Nacional da Ajuda (Portugal)



Mapa das Capitanias Hereditárias no Brasil (1534-1536)

Fonte: <https://www.todamateria.com.br/capitanias-hereditarias/>

Desde a segunda metade do século XVI até meados do século XVII, predominou, na colônia brasileira, a **indústria canavieira**⁹. O açúcar era um produto com alto valor agregado no mercado consumidor europeu, além de ser um produto agrícola cujo cultivo já era conhecido pelos portugueses - eles já tinham um histórico de cultivar a cana em outras localidades com clima similar ao do Brasil. Vendo o potencial que a nova colônia tinha para o cultivo de açúcar, os portugueses instalaram a indústria canavieira aqui no Brasil.

A produção açucareira apresenta algumas características particulares. À priori, ela é bem diferente do pau-brasil, que era uma árvore extraída - e não cultivada. O açúcar exigia uma vasta infra-estrutura de produção, denominada de engenho: eram necessários utensílios e maquinários para a plantação, o cultivo, a colheita e para a moagem do açúcar. Ou seja, com o açúcar era necessário instalar uma cadeia produtiva, onde o braço escravizado exercia um papel crucial. Ademais, era cultivado majoritariamente no Nordeste, especialmente na capitania de Pernambuco: era um local geograficamente estratégico e benéfico para a chegada de escravizados africanos - utilizados como mão de obra na indústria canavieira - e para comércio com a Europa.

O método de plantação de açúcar é comumente conhecido como **plantation**¹⁰. Após o processo de produção da cana e uma vez obtido o açúcar refinado, ele era destinado ao mercado europeu, seguindo a lógica do pacto colonial: isto é, a colônia (Brasil) produzia bens agrícolas exclusivamente para a metrópole (Portugal), que os comercializava no mercado consumidor europeu. Nesse sentido, o açúcar permitiu que a colônia (Brasil) fosse estruturada para atender às necessidades de expansão econômica da metrópole (Portugal).



Pintura “Engenho de Açúcar, 1660”

Fonte: Museum Boijmans Van Beuningen

⁹ Sinônimo de cultivo/plantação de açúcar.

¹⁰ Nome de origem inglesa, representa a principal forma de produção agrícola no Brasil colonial, baseada na monocultura - cultivo de um único produto agrícola -, nos latifúndios - grandes porções de terra destinadas ao cultivo agrícola; no caso brasileiro, eram as capitanias hereditárias -, na exportação e no uso de mão de obra escravizada.

Logo, o *plantation* e o pacto colonial moldaram a indústria canavieira no Brasil Colônia. O açúcar também foi fundamental para efetivar a colonização no território que hoje é o Brasil: ele viabilizou a organização social e cultural do cotidiano da colônia e a expansão do seu território.

TRÁFICO NEGREIRO

O uso da mão de obra escrava se manteve durante todo o período colonial (e praticamente todo o período imperial) e em todas as atividades agrícolas desenvolvidas no Brasil. Podemos dizer que a sociedade colonial teve, como seu principal elemento estruturante, a escravidão. No Brasil Colônia, a escravidão tinha uma base racial: isto é, aqueles considerados inferiores racialmente eram escravizados. Neste caso, eram os indígenas e os africanos.

Após as primeiras décadas de coexistência, os portugueses começaram a escravizar etnias indígenas que se recusavam a seguir a fé católica. No entanto, uma **Bula Papal**¹¹ de 1639 passou a proibir a escravização dos povos originários da América. Apesar deste impedimento, a escravidão indígena seguiu até meados do século seguinte, sendo gradativamente sendo substituída pela mão de obra africana. Esta troca foi decorrente da alta mortalidade de indígenas no início da colonização e, também, em função do alto índice lucrativo gerado pelo tráfico negreiro. Os escravizados - indígenas ou africanos - eram considerados mercadorias e propriedades, não sendo reconhecidos como pessoas. No Brasil, havia pequenos, médios e grandes proprietários de escravizados: ou seja, boa parte da sociedade se beneficiava da escravidão.

O lucro do tráfico negreiro suscitou a escravidão africana no Brasil: através dele, comercializava-se escravizados que, por sua vez, impulsionavam as atividades econômicas na colônia. Ou seja, o tráfico gerava duas formas de concentração de riquezas para a metrópole. Envolveria investimentos de diversas potências europeias, participação de reinos africanos e interesses de diversas regiões coloniais. Foi o tráfico de escravizados que viabilizou toda a produção econômica do Brasil durante a colônia: do açúcar, à mineração e até o café. Ou seja, graças e a partir do tráfico, o Brasil construiu sua economia.

O Brasil foi o país das Américas que mais recebeu escravizados: cerca de 5 milhões de africanos foram trazidos para cá em cerca de 300 anos - entre o século XVII e XIX. A cidade do Rio foi a principal porta de entrada de escravizados em todo o continente americano. Os africanos chegavam nos chamados navios negreiros: eram embarcações gigantescas, onde cabiam entre 150-400 pessoas nos porões, viajando durante cerca de 35-60 dias em condições terríveis (no escuro, em ambientes insalubres e lotados). Os navios apresentavam altos índices de mortalidade (cerca de 35% dos embarcados morriam durante a travessia do Atlântico - os corpos eram jogados no mar -, e muitos morriam quando chegavam no Brasil). Apesar desse

11 Um documento oficial emitido pelo Papa, líder da Igreja Católica, que tratam de assuntos diversos, como fé, moral, nomeações, canonizações, entre outros

número, o tráfico era uma atividade muito lucrativa. Chegando no Brasil, acorrentavam as pessoas e submetiam-nas à diversos castigos. Muitas vezes separavam membros da mesma família para vendê-los. A vasta maioria não falava português e acabavam sendo misturados com outros africanos que falavam outras línguas, cultuavam outras religiões, etc.

Em suma, a colonização, a partir do uso da mão de obra escrava, transformou o Brasil num país agrário, latifundiário, exportador e escravocrata. Esse modelo tem efeitos até hoje: ainda somos um país agroexportador, um dos países mais enegrecidos fora da África e um dos mais desiguais.

JESUÍTAS

Os jesuítas (padres e sacerdotes da Igreja Católica) fizeram parte dos empreendimentos coloniais dos portugueses. Eles eram encarregados de propagar o catolicismo pelas terras da colônia. Para isso, fundaram colégios próximos às aldeias indígenas do litoral, onde se dedicaram à catequese e à educação dos nativos e africanos. Mais tarde, dirigiram-se para o interior, através das missões jesuíticas, onde fundaram os aldeamentos indígenas para ampliar a conversão ao Cristianismo.

Um método de conversão utilizado pelos jesuítas era a associação entre Deus e Tupã, a maior entidade religiosa dos povos indígenas (que se equipara ao Deus dos católicos). Através desse sincretismo religioso, os jesuítas conseguiam obter um número maior de indígenas adeptos ao catolicismo. Os jesuítas eram contrários à escravização indígena: acreditavam que os nativos deveriam ser apenas catequizados, pois eram inocentes. No entanto, os jesuítas não eram contra à escravidão africana.

O trabalho dos jesuítas auxiliou na exploração do interior do território da colônia: as missões jesuíticas permitiam o avanço para o interior da colônia. Ainda assim, a imposição da religiosidade cristã resultou no apagamento das identidades, tanto dos povos indígenas quanto dos africanos.

CAPÍTULO 3: BANDEIRANTES E MINERAÇÃO

A partir da segunda metade do século XVII, a necessidade de metais preciosos por parte da Coroa portuguesa se torna ainda maior. Isso porque a indústria canavieira no Brasil enfrentava forte concorrência do açúcar cultivado nas colônias holandesas no Caribe. Esse cenário instaura um período de crise do açúcar na colônia e de baixa arrecadação de riquezas por Portugal. Até que no final do século XVII, finalmente descobriu-se ouro no Brasil, mais precisamente onde hoje é o estado de Minas Gerais, em escalas significativas. Fruto dos estímulos de Portugal - que incentivava expedições em busca do ouro em troca de benefícios (como títulos de nobreza) - e dos esforços dos bandeirantes de São Paulo.

BANDEIRANTES

Os bandeirantes paulistas eram uma espécie de comerciante que fomentava o mercado interno. Eles tinham pouca relação com o mercado atlântico e, por isso, buscavam ouro, através das **Bandeiras**¹², e indígenas para serem escravizados e comercializados. Também eram financiados pela Coroa Portuguesa para realizarem expedições rumo ao interior - chamadas de Entradas - em busca do ouro. Por terem sido os primeiros a encontrar as minas, vão reivindicá-las para eles.

Em um documento intitulado Representação dos Paulistas, de 1700, os bandeirantes de São Paulo reivindicavam a posse de minas de ouro à Coroa portuguesa:

*“Que as terras do território das minas de Cataguases, assim campos como matos lavrados, de direito pertenciam aos paulistas, para as possuírem por datas de Sua Majestade ou de donatários, porquanto eles foram os que conquistaram e descobriram minas de ouro que de presente se lavram, o que é notório e patente, o que tudo fizeram à custa de suas vidas e fazendas, sem dispêndio algum a fazenda real, e que seria grande injustiça concederem as ditas terra aos moradores do Rio de Janeiro, que nunca tiveram parte tanto na conquista como no descobrimento”.*¹³

Os bandeirantes paulistas foram, por muito tempo, reconhecidos e exaltados como “desbravadores” e “descobridores das minas”, vistos como responsáveis pela expansão da Colônia rumo ao interior. Em São Paulo, ainda são reconhecidos como heróis, apesar de sua atuação na colônia ter apresentado um forte caráter violento, sobretudo contra os povos indígenas que habitavam o interior. Estes estiveram longamente expostos à escravização, à conflitos e assassinatos, todos provocados pelos bandeirantes.

Atualmente, há muitas rejeições a essa narrativa que glorifica a do bandeirante paulista.

12 Expedições feitas pelos bandeirantes de São Paulo rumo ao interior do Brasil.

13 Fonte: Representação dos Paulistas.

Monumentos em sua homenagem vêm sendo cada vez mais contestados: reivindica-se que os bandeirantes não sejam reconhecidos como heróis, mas sim, indivíduos violentos, ao passo que se busca exaltar a resistência indígena diante das hostilidades sofridas com as entradas e as bandeiras.



Foto “Monumentos amanhecem pichados em São Paulo”.

Fonte: <https://veja.abril.com.br/brasil/monumentos-amanhecem-pichados-em-sao-paulo/>

MINERAÇÃO

A descoberta do ouro no Brasil mudou completamente os rumos da colonização na América portuguesa: o ouro se tornou o produto brasileiro mais importante no século XVIII, fazendo com que Portugal passasse a depender do Brasil (em termos econômicos, fiscais e comerciais).

Temendo invasões estrangeiras e da dominação das minas pelos bandeirantes paulistas, Portugal busca garantir uma presença da Coroa na região das minas. Para tal, foram criados órgãos de justiça para aplicar leis e promover o policiamento, além de terem introduzido a cobrança de tributos, como o quinto (20% do ouro obtido pelos colonos ia para Portugal) e a capitação (imposto cobrado pela posse de cada escravo acima de 12 anos). Para aumentar a arrecadação de impostos, Portugal determinou que o ouro só poderia circular pela colônia em barras. Essa transformação em barras só podia ser feitas nas Casas de Fundição, que

pertenciam à Coroa e que cobrava pelo trabalho. É nesse contexto que surgem contestações populares contra o controle da Coroa sobre a região mineradora: percebendo o crescimento das pressões fiscais sonegação, muitos colonos sonegar impostos, contrabandeavam o ouro e exploravam novas minas sem comunicação de sua descoberta.

As características da atividade mineradora se assemelham e também divergem das atividades econômicas anteriores na colônia - isto é, da extração do pau-brasil e do cultivo do açúcar. Ainda se utilizava a mão de obra escravizada (africana era predominante) na extração do ouro. Muitos escravizados, por sua vez, escondiam ouro para acumular e tentar comprar suas alforrias e/ou produtos para comercializarem. Além da manutenção da mão de obra escravizada, a mineração também foi marcada pela venda exclusiva à Portugal. Por outro lado, era uma atividade que necessitava de menos investimentos que o cultivo da cana: não havia necessidade de construir um engenho e de instalar um maquinário para a produção do açúcar, por exemplo. A mineração também apresentava um sentimento de “ilusão” com um possível um enriquecimento rápido: isto é, mesmo sendo um produto muito cobiçado, a busca pelo ouro apresentava muitos riscos e inseguranças, como a falta de estabilidade na extração - com o passar do tempo, algumas minas já não apresentavam mais ouro -; altos índices de violência na região mineradoras - como assassinatos, furtos, disputas por minas, etc.

A descoberta do ouro no Brasil provocou transformações de grande impacto na colônia. Houve um deslocamento do eixo econômico da colônia: isto é, o centro da economia colonial passou do litoral - onde predominava o cultivo do açúcar - para o interior - onde se localizavam as minas de ouro. Essa conjuntura provocou um crescimento demográfico da colônia: muitos portugueses migraram para o Brasil em busca do ouro, o que gerou um maior povoamento no interior da colônia. Este aumento populacional também foi decorrente da intensificação do tráfico de escravizados: com a descoberta do ouro, aumentou-se a demanda por escravizados para o trabalho nas minas, provocando, também, uma disseminação da propriedade escravista. Tudo isso deu início à formação de núcleos urbanos na colônia, assim como suscitou um crescimento da produção e do mercado consumidor interno. Consequência disso foi a expansão econômica de Portugal, que passou a lucrar ainda mais com o comércio do ouro brasileiro na Europa e com a cobrança de impostos na região das minas. Outra transformação importante foi a transição da capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763: por se localizar mais perto da região mineradora, o Rio de Janeiro - sobretudo a sua região portuária - se torna um local mais estratégico em termos econômicos e políticos. Em suma, a descoberta do ouro transformou completamente a colônia portuguesa. Ao passo que Portugal, passou a ser dependente da colônia, a sociedade colonial ficava mais complexa, urbanizada e com uma elite letrada.

Mais de 300 anos depois da descoberta do ouro no Brasil, hoje ainda é possível notar reflexos deste momento da nossa história. Atualmente, Minas Gerais é o estado da federação com o maior número de cidades do Brasil e com a segunda maior população do país. Ademais,

a região centro-sul do Brasil apresenta maiores índices de crescimento econômico que o Nordeste. O Brasil segue sendo um grande exportador de minério - matéria prima extraída na atividade mineradora. Além disso, há inúmeros casos garimpo ilegal em terras indígenas demarcadas, além de episódios de destruição ambiental resultante da mineração, como a tragédia de Brumadinho, em 2019, e de Mariana, em 2015 - ambas cidades mineiras.

CAPÍTULO 4: CRISE DO ANTIGO SISTEMA COLONIAL

PERÍODO POMBALINO

O sistema colonial no Brasil entrou em crise na segunda metade do século XVIII. Alguns fatores explicam esse fenômeno:

Por um lado, essa crise apresenta uma causa econômica. Sendo o ouro um elemento central de sustentação econômica de Portugal naquela época, a metrópole portuguesa - isto é, Portugal - tinha uma relação de dependência com o Brasil, que, em função do pacto colonial exportava grandes quantidades de ouro extraído no interior do seu território. No entanto, após um período muito próspero, com elevadas taxas de extração, a produção aurífera viveu uma queda significativa na segunda metade do século XVIII. Este cenário desfavorável, por sua vez, não viabilizava a acumulação de capital necessária em Portugal para que este país concretizasse o processo de Revolução Industrial - isto é, para que ele se industrializasse.

A crise também apresentou um aspecto social e político. O século XVIII é marcado pela irrupção do Iluminismo, um amplo movimento que defendia ideais de liberdade e igualdades. A difusão dos ideais iluministas provocou uma onda de questionamentos ao modelo político do Antigo Regime europeu e ao sistema colonial que, por sua vez, resultaram em diversos movimentos de contestação à ordem vigente no mundo, como a Independência dos EUA (1776), a Revolução Francesa (1789), a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798), a Revolução Haitiana (1798), dentre outros.

Aliado a isso, a ocorrência de um grande terremoto em Lisboa no ano de 1755 provocou uma série de problemas políticos, econômicos e sociais.

Buscando dar uma resposta à crise em Portugal, o **marquês de Pombal** foi nomeado secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra do Império ultramarino português. Ele implantou um conjunto de reformas econômicas que ficaram conhecidas como reformas pombalinas - ou Pombalismo. O objetivo delas era melhorar a administração e as contas públicas de Portugal. As seguintes medidas foram tomadas: maior taxação de impostos nas colônias; estímulo ao comércio; incentivo a diversificação agrícola.

Na metrópole, as reformas foram consideradas progressistas, enquanto que nas colônias portuguesas, como o Brasil, foram vistas como conservadoras e retrógradas. No Brasil, as reformas atingiram duramente a zona mais rica da colônia - a região mineradora, composta, sobretudo, pelos atuais estados de Minas Gerais e Goiás. Lá, houve um aumento da fiscalização e dos impostos sobre o ouro extraído.

INCONFIDÊNCIA MINEIRA E CONJURAÇÃO BAIANA

Esse cenário gerou uma grande insatisfação social na região das Minas, que foi potencializada pela instituição da **Derrama**.¹⁴ Em razão disso, as elites mineiras organizaram um movimento em contestação à cobrança exagerada dos impostos por parte da Coroa portuguesa e à intensificação do controle sobre o comércio. Influenciadas pelos ideais iluministas e, principalmente, pela Revolução Americana, a **Inconfidência Mineira**¹⁵ (1789), como ficou conhecida, reivindicava a independência da região das minas e formação de uma República das minas. No entanto, não havia um consenso sobre a abolição da escravidão entre as elites mineiras. O movimento não chegou a acontecer, pois um dos membros traiu o movimento e denunciou seus principais participantes. Alguns foram presos, outros mandados pro exílio na África, outros enviados para um convento em Portugal e outros assassinados.

Dentre as lideranças da Inconfidência Mineira, a figura do Tiradentes foi longamente destacada. Joaquim José da Silva Xavier - também conhecido como Tiradentes - foi transformando em um herói da República e mártir da independência do Brasil: uma figura cuja história deveria servir de modelo aos cidadãos de um país. Mas por que herói da República? Após a Proclamação da República, em 1889, era preciso criar símbolos de reverência a essa nossa nação. Para os republicanos da época, Tiradentes seria um caso exemplar. A narrativa que contavam sobre o inconfidente dizia que ele teria morrido “pela pátria”, defendendo a Independência do Brasil. Construíram, assim, uma imagem do inconfidente semelhante à figura de Jesus pois, assim como o Messias dos cristãos, Tiradentes também seria um **mártir**¹⁶ aos olhos destes republicanos. Apelaram à simbologia clássica de Jesus - sua crucificação, seu enforcamento, seus cabelos e sua barba - para construir uma ideia de herói nacional.

14 Tributação implantada na região das minas, considerada pesada pelos colonos.

15 Movimento de “infidelidade”, “deslealdade”.

16 Uma pessoa que é morta defendendo seus ideais.



Figura de Tiradentes e Representação de Tiradentes como Jesus Cristo
Fonte: Museu Histórico Nacional e Museu Paulista

9 anos depois, em 1798, eclode, na Bahia, a **Conjuração Baiana**¹⁷. Em decorrência da crise econômica gerada pela queda do cultivo do açúcar no Brasil, aliado ao deslocamento da capital para o Rio de Janeiro em 1763 e às reformas pombalinas - que instauraram impostos pesados na colônia -, as elites e diversos grupos das camadas populares da Bahia - ex-escravizados, escravizados, população de baixa renda, etc. - protagonizaram um movimento contra a Coroa portuguesa e de defesa da independência da Bahia. Inspirados no modelo da Revolução Francesa, objetivavam o fim da escravidão, a garantia da igualdade de direitos independente de cor e classe social, a liberdade comercial e a formação de uma República da Bahia. Após diversos motins e publicação de panfletos, 41 pessoas foram presas, 4 foram executadas e outras exiladas do país.

No Manifesto da Conjuração, denominado “Aviso ao Povo Bahiense” (manifesto da Conjuração Baiana), é possível destrinchar as reivindicações dos movimento e alguns traços da influência da Revolução Francesa:

“A vós Homens Cidadãos, a vós Povos curvados e abandonados pelo Rei (...). A vós Povo que nascesteis para serdes livres e para gozardes dos

¹⁷ Sinônimo de “conspiração”.

bons efeitos da Liberdade, a vós Povos que viveis flagelados com o pleno poder do Indigno coroado esse mesmo rei que vos criastes; esse mesmo rei tirano é quem se firma no trono para vos vexar, para vos roubar e para vos maltratar. Homens, o tempo é chegado para a vossa ressurreição; sim para ressuscitardes do abismo da escravidão para levantar dessa sagrada Bandeira da Liberdade. A liberdade consiste(...) no estado livre do abatimento(...) A França está cada vez mais exaltada (...) todas as nações do mundo têm seus olhos fixos na França, a liberdade é agradável para todos: é tempo, povo; povo, o tempo é chegado para vós defenderdes a vossa liberdade; o dia da nossa revolução da nossa liberdade e da nossa felicidade está para chegar, animai-vos que sereis feliz para sempre”.¹⁸

18 Fonte: Arquivo Público da Bahia.

CAPÍTULO 5: PERÍODO JOANINO

Este capítulo trata do Período Joanino (1808-1821). Qual é o significado deste nome? “Joanino” vem de João, que faz referência ao período em que Dom João VI e a família real portuguesa viveram no Brasil. Para compreendermos o que levou à instalação da corte lusitana no Brasil, assim como os principais impactos deste fenômeno inédito, é importante destacarmos alguns antecedentes desta conjuntura.

CHEGADA DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA

Na Europa, o domínio do imperador Napoleão Bonaparte impôs um bloqueio continental em todo o continente europeu contra a Inglaterra - principal rival econômico e imperialista da França e, também, principal parceiro econômico de Portugal. Ao mesmo tempo, o império napoleônico se expandia pela Europa, derrubando monarcas e submetendo diversos países ao seu domínio.

Diante desse cenário, a monarquia portuguesa se encontrava num impasse: seria melhor se aliar à França de Napoleão - principal potência militar da Europa, cuja rápida expansão ameaçava a soberania lusitana - ou à Inglaterra - sua principal aliada política e econômica? Com histórico de comércio e dependência da Inglaterra, a Coroa portuguesa não se submeteu ao domínio napoleônico: a família real optou por fugir de Portugal em um momento crucial, quando as tropas de Napoleão estavam prestes a tomar o trono português, no ano de 1808. Escoltada pela marinha inglesa - a mais poderosa do mundo à época -, a família real portuguesa foi forçada à migrar para o Brasil.

A preferência do Brasil era por ele ser a principal colônia de Portugal. Chegando no aqui, a família real portuguesa conheceu com uma sociedade complexa - resultado das relações coloniais históricas -, muito diferente daquela em Portugal: um enorme território habitado milhares de indígenas, colonizadores portugueses e seus descendentes e milhões de africanos e afro-brasileiros escravizados; muitas identidades regionais diversas e uma elite regional forte. O Rio de Janeiro, capital da colônia, era uma cidade pequena, com arquitetura simples, amontada entre morros e pântanos com 45 mil habitantes (dentre esses, quase metade de escravizados - responsáveis por toda a força de trabalho).

TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E URBANAS

Ao se depararem com esta realidade, D. João VI, monarca português, promoveu diversas mudanças no Brasil. A primeira delas foi decretar a abertura dos Portos às nações amigas, ainda em 1808. Na prática, este decreto permitia que a colônia comercializasse com quaisquer

países, não estando mais restrita à Portugal. Em outros termos, a abertura dos portos acabava com o pacto colonial, em curso no Brasil desde os primórdios da colonização. Formalmente, o Brasil deixa de ser uma colônia, porque uma das principais características da situação de colônia é o pacto colonial. Essa transformação, por sua vez, acaba enfraquecendo Portugal, o que gerou descontentamentos na população portuguesa. Para o Brasil, a abertura dos portos permitiu a entrada de produtos industrializados na colônia - sobretudo os de origem inglesa. Segundo um comerciante brasileiro, *“chegava-se de tudo, tecidos de algodão, cordas, pregos, martelos, mas também patins de gelo e pesadas mantas de lã”*¹⁹. Os dois últimos produtos sinalizam que, sendo a Inglaterra a principal parceira econômica de Portugal, todos os tipos de produtos ingleses eram vendidos no Brasil: até mesmo aqueles que não teriam qualquer utilidade nas terras brasileiras - como mantas de lã e patins de gelo.

Além da permissão da entrada de produtos estrangeiros no Brasil, pessoas de outras nacionalidades também eram autorizadas a vir para a colônia para desbravarem o seu território. A instalação da Missão Artística Francesa, iniciada em 1816, tinha esse objetivo. Diversos naturalistas e pintores - como Jean-Baptiste Debret - vieram estudar a fauna e flora brasileira e retratar as paisagens e cidades da colônia.

Outra mudança promovida pela coroa portuguesa no Brasil foi a assinatura dos tratados de 1810. Estes acordos determinavam a redução de impostos sobre os produtos ingleses comercializados no Brasil, quando comparados aos tributos sobre produtos de outros países. Enquanto que a Inglaterra passava a pagar 15% de imposto, Portugal deveria pagar 16% e demais países eram cobrados 24%. Os tratados ainda garantiam condições jurídicas especiais aos ingleses que habitavam o Brasil. Por fim, também tratavam da abolição gradual da escravidão no Brasil: previam a intensificação das medidas repressivas dos ingleses e a permissão do comércio de escravizados apenas nas colônias portuguesas na África. Segundo o tratado:

*“Sua Alteza Real o príncipe de Portugal, estando plenamente convencido da injustiça e da má política do comércio de escravos (...) tem resolvido cooperar com Sua Majestade britânica na causa da humanidade e justiça, adotando os mais eficazes meios para conseguir em toda a extensão dos seus domínios uma gradual abolição do comércio de escravos”*²⁰.

Junto ao tratado, outras medidas políticas também foram introduzidas no Brasil com a instalação da corte portuguesa. Foram criadas políticas baseadas no uso da violência contra os indígenas e contra a população africana e afro-brasileira escravizada. Em relação aos primeiros, Dom João VI declarou “guerra justa” contra eles. A medida constituía uma forma de tomar posse

¹⁹ Fonte: Carta do Marinheiro John Shillibeer; Biblioteca Nacional.

²⁰ É bom destacar essa citação em outra fonte, pra sinalizar que é diferente do restante do texto; Fonte: Tratado de 1810.

de terras indígenas para, assim, ampliar o domínio colonial lusitano. Ainda em relação aos nativos, a escravidão indígena voltou a ser legalizada - ela tinha sido abolida pelo Marquês de Pombal em 1755). No caso da população africana e afro-brasileira escravizada, foi criada a Guarda Real da Polícia da Corte (Intendência de Polícia). O objetivo da nova instituição era garantir a segurança pública da capital da colônia. Para isso, a polícia procurava escravos fugidos, combatia práticas como a capoeira, perseguia ciganos, mendigos, capoeiristas, etc.).

Além de novas medidas econômicas e políticas aplicadas ao Brasil, a vinda da corte portuguesa também resultou na introdução de diversas instituições: o Banco do Brasil; a Biblioteca Real (atual Biblioteca Nacional); a Real Horto Botânico (atual Jardim Botânico); a Imprensa Régia; a Academia Real Militar; a Casa da Moeda; etc.

De modo geral, ocorreu uma grande inversão de papéis: o Rio de Janeiro deixava de ser capital da colônia para se tornar o centro político administrativo de todo o Império Português, posto antes ocupado por Lisboa e Portugal. Com todo o aparato político-administrativo do império português - nova corte; novas instituições políticas; novos funcionários régios; etc. - no Rio, todas as demais colônias portuguesas passaram a se referir à cidade fluminense. Logo, o Brasil passa a ser mais importante que Portugal no contexto do império ultramarino português.

ELEVAÇÃO DE REINO UNIDO A PORTUGAL

Alguns anos após a instalação da corte portuguesa no Brasil, já em 1817, ocorreu o Congresso de Viena. Foi um encontro entre as principais potências europeias para reorganizar a Europa após a queda de Napoleão na França. A condição para um país participar do Congresso era que seu monarca estivesse no seu país de origem. No caso de Portugal, seu monarca - D. João VI -, se encontrava no Brasil, o que impossibilitava o reino português de tomar parte do encontro. Para poder ter voz no Congresso, D. João VI eleva o Brasil à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves. Na prática, o Brasil passava a usufruir do mesmo status da metrópole: o Rio de Janeiro, em específico, passava a ser reconhecido como a sede da Corte portuguesa - que antes era Lisboa -, ganhando ainda mais poder político e econômico no contexto do império ultramarino português. Esse quadro pôs um fim definitivo ao colonialismo português na América, desagradando a elite portuguesa.

Em meio a tantas transformações sociais, políticas e econômicas, o Período Joanino também foi marcado por insatisfação por parte de alguns setores da sociedade. Também em 1817 ocorreu em Pernambuco uma revolta contra o domínio colonial português. Grupos ligados ao comércio pernambucano se revoltam contra o aumento de impostos no Brasil - voltado para custear a Coroa que agora morava aqui. Tendo a Revolução Francesa como exemplo,

buscavam a independência da província de Pernambuco, instaurando uma república. Foi bem sucedida num primeiro momento: um governo provisório foi instaurado e leis que garantiam a liberdade de imprensa, de opinião e de religião foram aprovadas. Mas a Coroa portuguesa reagiu rapidamente, reprimindo violentamente o movimento e prendendo os líderes da revolta. A Revolução Pernambucana, como ficou conhecida, é considerada a mais espontânea e popular de todas as revoluções brasileiras.

REVOLUÇÃO DO PORTO (1820)

Em meio à decadência de Portugal, outra revolta ocorre, em 1820 - dessa vez em solo lusitano. Liderada por militares e burgueses, o movimento que ficou conhecido como Revolução Liberal do Porto reivindicava o retorno imediato de D. João VI para Portugal; a transformação da Monarquia Absolutista portuguesa em uma Monarquia Constitucional e à volta do pacto colonial - algo inaceitável para aqueles que estavam no Brasil. Temendo um agravamento da revolta, D. João VI e a corte retornam à Portugal, mas seu filho, o príncipe D. Pedro I, permanece no comando da antiga colônia.

BLOCO 2:

BRASIL IMPERIAL

Este bloco trata de um período da história do Brasil que apesar de breve, cobrindo apenas 67 anos, foi de extrema importância para os rumos do país. Entre o processo de Independência do Brasil e a Proclamação da República, o Brasil viveu décadas em que uma monarquia brasileira governava. Constituído dos reinados de Dom Pedro I e Dom Pedro II, além de um breve período em que regentes governaram, este foi um período conturbado em que o projeto de país era estruturado e frequentemente questionado.

Assim como na Unidade I, a escravidão continua sendo a base que carrega o Império, porém o movimento abolicionista cresce ao longo de todo o período, lutando não apenas pelo fim da escravidão, mas por direitos para a população negra. Há diversas revoltas e batalhas durante os reinados, incluindo a maior guerra da história do continente da América do Sul, a Guerra do Paraguai. Simultaneamente, esse é um período de avanço na modernização do país, assim como da expansão de indústrias e de diversas atividades econômicas produzidas. O café pode ser destacado como o principal produto produzido, impactando principalmente a região sudeste.

Ao longo da unidade trataremos do processo de Independência do Brasil, do Primeiro Reinado, de Dom Pedro I, do Período Regencial e do longo Segundo Reinado, de D. Pedro II, finalizando com a Proclamação da República. Devido a ambição de escrever essa história de forma acessível e breve, foram necessários recortes históricos, assim como escolhas didáticas na escrita. Este documento funciona como um resumo de todo o período do Brasil Império, pensado para ser usado como material de apoio à disciplina de História do Brasil.

CAPÍTULO 6: INDEPENDÊNCIA

Logo após a volta de D. João VI à Portugal, foi exigida a volta do príncipe regente D. Pedro I: sabia-se que a permanência de um membro da família real lusitana no Brasil dificultava o projeto dos revolucionários do Porto - que defendiam a volta do status de colônia ao Brasil. D. Pedro I, por sua vez, argumentava que sua permanência no Brasil era imprescindível para garantir a união das províncias. Foi neste contexto de disputa que foi orquestrada a Independência do Brasil.

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Um registro feito pela escritora inglesa Maria Graham em seu diário de viagem durante sua estadia no Rio de Janeiro em 1822 aponta para os antecedentes da Proclamação da Independência, do que ficou conhecido como Dia do Fico, data em que D. Pedro I declarou que permaneceria no Brasil:

“O dia de hoje, espera-se que seja decisivo no destino do Brasil. É preciso, porém, começar pela chegada de uma mensagem das Cortes de Lisboa ao príncipe, intimidando-o (...) que ele partisse imediatamente para a Europa (...) [Os colonos] consideram este passo como preliminar para extinguir neste país os tribunais de justiça que, durante quatorze anos, se mantiveram aqui (...) o Brasil será de novo reduzido à condição de uma colônia dependente, em vez de gozar de direitos e privilégios iguais aos da mãe pátria, o que é uma degradação a que eles não estão dispostos, de maneira alguma, a se submeter”.²¹

Ao garantir sua permanência no Brasil, D. Pedro I conquistava de vez o apoio de boa parte da elite brasileira - escravocratas e agricultores -, que passou a defender abertamente a Independência. O príncipe regente, com apoio das elites, passou a defender uma proposta de Independência do Brasil baseada na ideia de um Estado-nação unificado territorialmente, reunindo províncias que, até então, tinham pouca vinculação entre si em um único país, com o poder centralizado em um imperador. As elites tinham o intuito de preservar as estruturas políticas, econômicas e sociais de longa data: buscavam manter a escravidão, o tráfico de escravizados, a produção agrícola como o principal motor da economia, dentre outros. No entanto, as demais províncias do Brasil defendiam outros projetos de Brasil Independente: tendiam para o **federalismo**²² e para a criação de Estados regionais. Tais projetos foram reprimidos; muitos

²¹ Fonte: “Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país: durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823”.

²² Sistema político onde as unidades territoriais - como províncias e estados - possuem uma autonomia política; o poder é dividido.

deles, pela violência (casos emblemáticos foram os das províncias da Bahia, em fevereiro de 1822, e de Pernambuco, em 1821).

O projeto de Brasil Independente vencedor foi aquele defendido por D. Pedro I com apoio das elites regionais. Comumente reduzida ao grito do Ipiranga protagonizado pelo príncipe regente no dia 07 de setembro de 1822 - evento considerado questionável para muitos historiadores -, esta narrativa foi amplamente representada em diversas obras de arte. Uma das mais famosas é intitulada “Independência ou Morte”, encomendada ao pintor Pedro Américo no ano de 1888, que retrata D. Pedro I como o protagonista da Independência, de forma gloriosa e triunfal. O quadro, no entanto, ofusca as dissidências e os outros projetos de Brasil Independente defendidos naquela época, ao retratar um camponês, no canto esquerdo da imagem, de forma passiva - como se ele não compreendesse a Independência e não discordasse daquele projeto sendo defendido pelo monarca e pelas elites regionais. A obra consagrou a imagem de um português como um herói nacional do Brasil.



Quadro “Independência ou Morte”

Fonte: Museu Paulista

Outro quadro marcante foi produzido por François-René Moreaux em 1844. Intitulado “Proclamação da Independência”, a obra inclui uma participação do povo, mas não como protagonista. Aqui, o povo assiste e apoia a Independência liderada pelo príncipe português. Além disso, tal imagem exclui as dissidências em torno da Independência do Brasil: não aponta para os conflitos regionais contrários à Independência, nem para os diversos projetos de nação envolvidos nessa conjuntura. Pelo contrário, a pintura retrata o evento como pacífico, unificado e bem sucedido, que teria contado com o apoio de toda a população.



Quadro "Proclamação da Independência"

Fonte: Museu Imperial

É importante lembrar, no entanto, que, naquela conjuntura, uma nação brasileira era algo que estava longe de existir: não havia, na época da Independência, uma unidade territorial e identitária no Brasil. O território era composto por várias províncias diferentes, com suas identidades regionais diversas. Logo, não havia um País Brasil com um senso de nacionalidade brasileira naquele momento. Reflexo disso é que a adesão em torno da Independência do Brasil não foi homogênea: havia diversos tipos de Independência em jogo na época, em diferentes regiões e em defesa de diferentes tipos de projetos políticos - republicano, nacional, regional, etc.

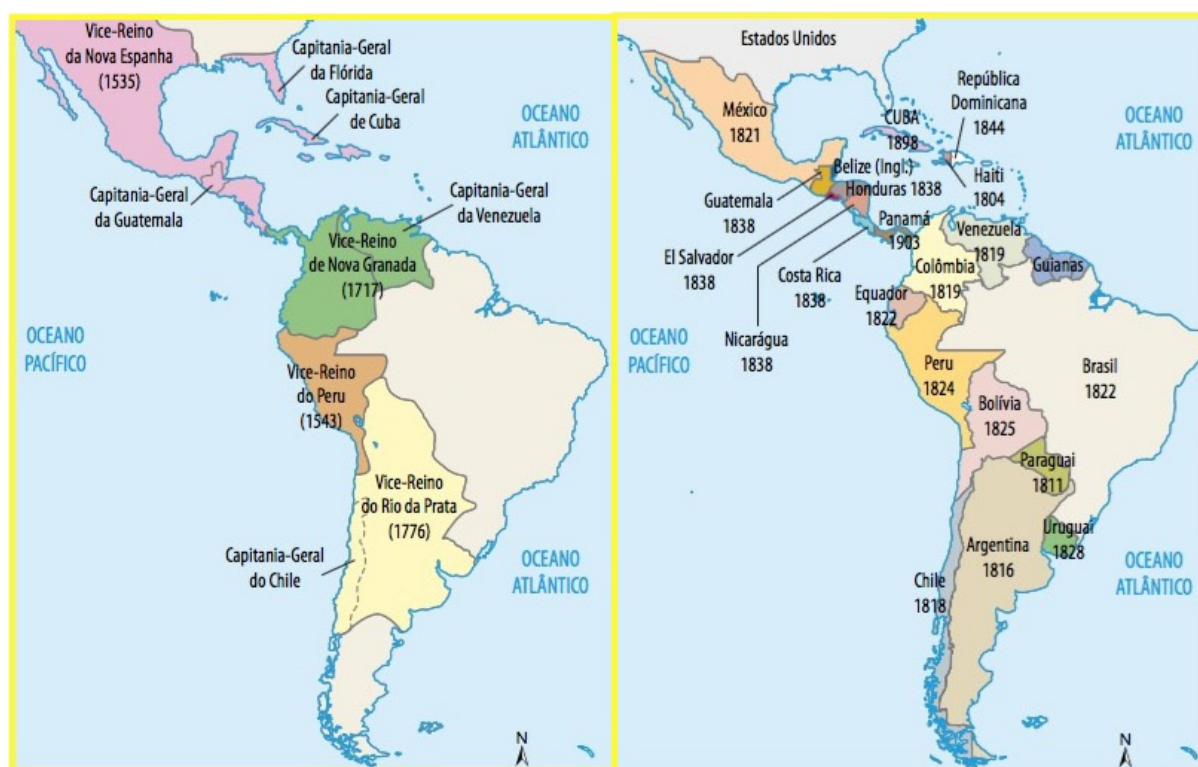
Venceu um projeto de independência conservador, que mantinha as estruturas de poder foram nas mãos daquelas que já as tinham - elites do setor agroexportador e escravista -, assim como o regime monárquico, com o poder centralizado em D. Pedro I. A escravidão foi o princípio organizador da independência: os escravocratas brasileiros sustentaram a defesa da ruptura do Brasil com Portugal. Com isso, a escravidão e o tráfico se mantiveram como base econômica no pós-Independência - mesmo com as pressões do movimento abolicionista nacional e internacional e da resistência da população escravizada. Além disso, pouco mudou para os povos indígenas - que continuaram sendo excluídos e tendo terras invadidas - e para a população negra, que continuou sendo escravizada e discriminada, etc.

Na prática, a Independência do Brasil não se reduziu a um mero grito às margens do rio Ipiranga. O Brasil recém independente teve que pagar uma indenização a Portugal de 2 milhões

de libras. Além disso, teve de exigir um reconhecimento diplomático por parte de outros países, como a Inglaterra, os EUA, Portugal, etc., para ser reconhecido como um país autônomo no campo das relações internacionais.

COMPARANDO A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL COM AS DA AMÉRICA ESPANHOLA

As independências da América Espanhola distinguem-se muito da Independência do Brasil. No caso espanhol, havia muitas colônias no continente americano. Ao longo do século XIX, esse vasto território de posse da coroa Espanhola fragmentou-se em diversos países que adotaram o modelo republicano. O Brasil, por sua vez, manteve a monarquia como regime político e não teve seu território dividido em várias partes - ainda que, ao longo do período regencial (1831-1840) inúmeras revoltas almejavam se separar do restante do país, como será visto no capítulo seguinte.



Mapa comparando o pré e pós-independências da América Espanhola e do Brasil

Fonte: <https://www.coladaweb.com/historia/independencia-da-america-espanhola>

Em suma, é preciso enxergar o processo de Independência do Brasil para além do 7 de setembro: remonta desde a chegada da corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, e não foi um episódio único, mas diversos momentos marcados por disputas e debates e disputas em torno do Brasil que se queria construir. O projeto de unificação da nação em torno do poder dos grandes proprietários de terras, das elites e dos traficantes de escravizados do Centro-Sul do

país só se consolidou na segunda metade do século XIX – ou seja, quase 30 anos depois -, já no reinado de D. Pedro II.

Atualmente, 203 anos depois, ainda podemos tecer paralelos entre a nossa realidade e a Independência do Brasil: assim como indígenas, negros e pobres não foram inseridos no projeto de construção do Brasil independente, ainda hoje essa parcela da população encontra dificuldade de ser incorporada à nação de maneira digna, com garantia de direitos, cidadania, segurança, educação. Além disso, é possível remontar à Independência do Brasil no nosso hino nacional. O famoso trecho “Ouviram do Ipiranga as margens plácidas De um povo heroico, o brado retumbante E o Sol da liberdade, em raios fúlgidos Brilhou no céu da pátria nesse instante” exalta o grito do Ipiranga como o marco da Independência. Ainda nessa linha, temos o dia 07 de setembro como um dos principais feriados nacionais. A efeméride é uma forma de construir uma memória específica sobre a Independência: que memória é essa?

CAPÍTULO 7: PRIMEIRO REINADO (1822-1831)

CONSTITUIÇÃO DE 1824

Uma vez que o Brasil se tornou independente de Portugal, foi necessário elaborar uma **constituição**²³ para o novo país. No ano de 1823, um ano após a Independência, foi realizada uma Assembleia Constituinte: uma reunião entre parlamentares para a elaboração de uma constituição. Ela resultou no projeto da Constituição de 1823, também conhecida como Constituição da Mandioca. Ela era, sobretudo, anti absolutista - isto é, buscava diminuir os poderes de D. Pedro I, repartindo o Poder em três, e irritando o Imperador, que gostaria de preservar o seu poder centralizador - e antilusitana - proibia que portugueses tivessem cargos de confiança no Império que surgia - mas na verdade o próprio Imperador era português, bem como vários de seus aliados.

Tendo esse caráter, o texto constitucional de 1823 nunca chegou a ser implementado no Brasil. Isso porque a Assembleia foi dissolvida por Dom Pedro I, que discordava de normas previstas. Em função disso, a primeira Constituição brasileira foi **outorgada**²⁴ por ele em 1824.



Constituição de 1824

Fonte: Arquivo Nacional

23 Documento que contém os direitos dos cidadãos de um país e determina o funcionamento do Estado-nacional.

24 Uma constituição outorgada é fruto de uma imposição por um governo ou autoridade: ou seja, ela não é elaborada com participação popular ou por meio de uma assembleia constituinte eleita.

A Constituição de 1824, portanto, é reconhecida, oficialmente, como o primeiro texto constitucional do Brasil. Vale destacar algumas características deste documento: ele aponta quem era considerado cidadão brasileiro; determinava que brasileiros todos eram iguais perante a lei - ainda que, na vida prática, havia uma nítida desigualdade social -; instituía o **voto censitário**²⁵; garante a centralização do poder em D. Pedro I; introduz o Poder Moderador - uso único e exclusivo do Imperador para garantir que o equilíbrio entre os demais poderes fosse mantido e conferindo ao monarca o poder fechar o Congresso; dentre outros pontos.

Por mais que os termos “escravidão” ou “escravo” não aparecessem na Constituição, a escravidão se manteve no Brasil Império através da ideia de propriedade privada. No Art. 179, determinava-se que os direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros que tivessem uma propriedade privada - ou seja, que tivessem escravos - não fossem violados. Esse cenário estabelecia, portanto, uma proteção às elites escravocratas e garantia da manutenção da escravidão no Brasil. A população escravizada (e a palavra “escravo”) aparece, com mais ênfase, no Código Criminal de 1830, que determinava os crimes e suas penalidades. No documento, é destacado os crimes que os escravizados cometiam e as punições que eles deveriam receber por tais crimes.

O capítulo 6º destrinchar o processo eleitoral. Para um cidadão se candidatar, ele tinha que ter renda anual de 400.000 réis; para votar, o cidadão tinha que ter renda líquida de 200.000 réis. Em termos práticos, a posse de escravizados era o que determinava a participação na vida política: em muitos casos era propriedade escrava que garantia a renda anual exigida para que um brasileiro pudesse votar. Esse quadro promovia a exclusão uma parcela da população do processo eleitoral (ou seja, os mais pobres, que eram, em sua maioria, negros).

O estudo de uma Constituição é fundamental para entender a conjuntura do país que a elaborou: ou seja, a Constituição de 1824 estabelecia exclusões na sociedade (de pobres, negros e indígenas) e limitações do processo eleitoral. Além disso, ela mantém a escravidão como um direito das elites. Logo, era uma Constituição das e para as elites brancas e proprietárias de terras e escravizados, que não mexeu no *status-quo*: ela determinou a construção de um país em benefício das elites latifundiários e escravocratas, em detrimento do resto da população, expressando um caráter excludente e elitista.

Comparando a Constituição de 1824 com a Constituição de 1988 - nossa atual -, é possível notar algumas diferenças marcantes. O texto constitucional em vigor atualmente é considerado um dos mais democráticos do mundo. Foi fruto de uma Assembleia Constituinte com ampla participação popular: ou seja, foi uma Constituição promulgada e não outorgada. Seu texto se destaca pela ampla garantia de direitos fundamentais, assim como determina o voto universal, inclusive de analfabetos.

²⁵ É o oposto de voto universal: ou seja, havia critérios para estabelecer quem tinha direito de votar. Na época, o critério era a renda



SENADO FEDERAL

Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008.

CONSTITUIÇÃO

da República Federativa do Brasil



Constituição de 1988

Fonte: Arquivo Nacional

CARACTERÍSTICAS DO PRIMEIRO REINADO

O Primeiro Reinado no Brasil é marcado por uma crise econômica em função dos altos custos da Independência. O Brasil teve de pagar uma indenização a Portugal; os preços dos produtos agrícolas aqui cultivados sofreram queda brusca em razão da concorrência internacional, fato que diminuiu a arrecadação do Estado brasileiro; etc.

Apesar da ruptura com Portugal, ainda há várias permanências da realidade no Brasil Colonial no Primeiro Reinado, como: a manutenção do trabalho escravo e do tráfico negreiro no Brasil (apoiado pelas elites); o regime de agroexportação; uma estrutura social baseada na desigualdade e na exclusão social; a centralização política nas elites econômicas e políticas (principalmente do Sudeste).

Também foi um período conturbado em termos sociais. Duas revoltas marcantes ocorreram nesse momento: a Confederação do Equador, onde hoje é Pernambuco, em 1825, e a

Guerra da Cisplatina, onde hoje é o Uruguai, em 1825. A primeira revolta criticava a Constituição outorgada por Dom Pedro I e a decadência econômica do Nordeste. Os revoltosos tomaram o poder, declararam a independência do resto do Brasil e criaram um novo país republicano e federalista chamado Confederação do Equador. Elaboraram uma constituição liberal, que previa a igualdade dos direitos e a abolição da escravidão. Contudo, o movimento não foi bem sucedido: militares de d. Pedro I acabaram com a Confederação do Equador. Já a Guerra da Cisplatina foi fruto da busca pela independência por parte da província da Cisplatina. Para conter o movimento separatista, D. Pedro I enviou tropas para a região, mas não foi o suficiente para vencer o conflito, que resultou na independência da província e na fundação do atual Uruguai.

CRISE DO PRIMEIRO REINADO

Como é possível notar, os primeiros anos do 1º Reinado foram marcados por guerras internas e externas. Para contê-las, D. Pedro I agiu com forte autoritarismo e gastando recursos que o Estado Brasileiro não possuía. Como consequência desse processo, houve um intenso desgaste da figura do Imperador, acompanhado de uma crise inflacionária e econômica que assolou o País. Por essas razões e devido a crise sucessória portuguesa, D. Pedro I abdica do trono brasileiro em 1831 e retorna para Portugal para assumir o trono português. Como Dom Pedro II, seu filho e herdeiro do trono, ainda era muito jovem (tinha apenas 5 anos quando seu pai abdicou do trono), foi instaurado uma Regência, dando início ao Período Regencial (1831-1840).

CAPÍTULO 8: PERÍODO REGENCIAL (1831-1840)

Mesmo sendo herdeiro do trono brasileiro após a abdicação de seu pai, Dom Pedro II tinha apenas 5 anos, o que o tornava inapto a assumir como imperador do Brasil. Conforme previa a Constituição de 1824, ao surgir uma vacância do poder, seria instaurada uma **Regência**²⁶.

Ainda que fosse um regime provisório, o Período Regencial no Brasil teve uma duração de 9 anos, iniciando-se em 1831 e estendendo-se até 1840. Foi um período muito instável politicamente: ocorreram muitas disputas políticas em torno do destino que o Brasil seguiria (se voltaria a ser uma monarquia com o poder centralizado no Imperador, conforme previam os unitaristas, ou se as províncias que compunham o território - equivalentes aos atuais estados - teriam mais autonomia e poder para governar, seguindo um modelo federalista).

Com o poder político centralizador enfraquecido - já que o Brasil não tinha um imperador nesse momento -, muitos acreditavam que os regentes não tinham poder e capacidade para governar o país. Logo, surge uma oportunidade para as diversas províncias do Brasil imporem seus próprios projetos políticos.

REVOLTAS DO PERÍODO REGENCIAL

É nessa conjuntura que uma série de revoltas ocorreram, contestando o modelo político da Regência, abalando a integridade do império e buscando novos projetos políticos para as províncias. Muitas visavam a separação do restante do Brasil para fundar novos países independentes; outras buscavam maior autonomia e poder. Esse panorama sinaliza que a unidade territorial do Brasil não estava assegurada: isto é, havia outros projetos políticos em disputa, que se contrapunham ao projeto de Brasil Independente que vingou com D. Pedro I. Havia outras noções de Brasil, baseadas em aspectos culturais, regionais e sociais bastante diferentes entre si.

Cabe destacar, aqui, as principais revoltas que ocorreram no Período Regencial (1831-1840):

Cabanagem (1835-1840), na província do Grão-Pará (atual estado do Pará): foi uma revolta protagonizada pelos cabanos - um grupo indígena e mestiço que vivia em cabanas de barro à beira de rios, como palafitas - e pelas elites locais. Os primeiros se revoltaram contra a situação de pobreza que viviam, enquanto que os segundos buscavam a separação política, visando maior autonomia da província. Unindo-se, os cabanos e as elites tomam a capital, Belém. No entanto, as elites assumem o controle político da província, excluindo

²⁶ Sistema de governo temporário, instituído apenas enquanto o monarca estiver impedido de reger o país ele próprio.

os cabanos de qualquer participação política. As tropas da Regência, por sua vez, não deixaram barato: realizaram uma forte repressão aos separatistas, que resultou na morte de cerca de 30 mil pessoas.

Guerra dos Malês²⁷ (1835), na Bahia: foi a maior revolta de escravizados do Brasil. Os revoltosos lutavam pelo fim da escravidão e pela liberdade de exercerem sua fé. A elite local, unindo-se à Regência, reprimem a insurreição. Ainda que a revolta não tenha sido bem-sucedida, a resistência dos negros africanos à escravidão se tornou um símbolo: as elites brasileiras – que já tinham medo de uma revolução como a do Haiti – ficaram ainda mais temerosas com a possibilidade de novas revoltas de escravizados pelo Brasil.

Sabinada (1836-1838), na Bahia: foi uma insurreição liderada por setores médios - compostos por médicos, advogados, etc. - de caráter federalista: isto é, defendiam a descentralização do poder da Regência e fundar uma “República Baiana”. Sem adesão popular ou da elite agrária, a repressão à revolta foi fácil e, após um confronto que matou mais de mil pessoas, a Regência tomou o poder de volta na província baiana.

Balaia (1838-1841), no Maranhão: foi uma revolta de caráter popular, protagonizada pelos **balaies**²⁸, por escravizados e populações quilombolas contra a miséria, a fome e o autoritarismo. O Maranhão vivia uma crise da produção de algodão - o principal produto agrícola comercializado pela província - em virtude da competição com a produção dos EUA). Sofrendo dos males da crise e sentindo-se esquecidos pela Regência, tal qual outras províncias do Norte/Nordeste, os revoltosos tomaram a segunda maior vila da província, denominada de Caxias. A repressão por parte do governo regencial foi intensa: em 1840, a maior parte do movimento já havia sido destruída. Em 1841, o Imperador concedeu anistia aos revoltosos, que levou ao fim da revolta.

Revolta/Revolução Farroupilha, ou Guerra dos Farrapos (1835-1845), no Rio Grande do Sul: foi uma rebelião liderada pelas elites pecuaristas, que se denominavam de Farrapos, em nome da separação do Rio Grande do Sul. Após a introdução de impostos sobre o **charque**²⁹. Inicialmente, os revoltosos queriam tomar Porto Alegre e destituir o presidente da província. No entanto, após obterem êxito, a Regência substituiu o presidente por outro do desagrado dos revoltosos, que enxergaram aquilo como uma declaração de guerra. Iniciou-se uma revolta que fortalecia a causa separatista, tendo seu estopim com a proclamação da “República Rio-Grandense” em 1836. A revolta foi longa e intensa, e chegou espalhou para outras regiões, como Santa Catarina, onde se proclamou

27 “Malês” é um nome para designar os escravos africanos de Salvador que mantinham a fé islâmica.

28 “Balaio” é um cesto de palha típico produzido por artesãos da região – muitos deles ex-escravizados –, que levavam esse nome em função do seu ofício.

29 Um tipo de carne seca; produção típica do Rio Grande do Sul.

a República Juliana em 1839 - ainda que não tenha obtido o mesmo sucesso. A insurreição só chegou ao fim já no Segundo Reinado (1840-1889), após longas negociações entre as autoridades imperiais e os farrapos. Ficou estabelecido que os revoltosos entregariam as armas em troca de não serem punidos, e que o charque gaúcho seria mais valorizado do que seus concorrentes uruguaios e argentinos.



Mapa das revoltas regenciais
Fonte: Google Images

GOLPE DA MAIORIDADE (1840)

Após anos de crise política e revoltas pelo país, crescia a vontade, entre muitos setores da população, para que Dom Pedro II fosse declarado maior de idade antes de completar 18 anos. Tal proposta era vista como uma solução para dar fim às intensas disputas políticas: isto é, antecipando a maioridade, reestabelecia-se uma liderança considerada legítima que uniria os diversos grupos sociais.

Em meio às manifestações populares, o Senado declarou a maioridade de Dom Pedro II, que tinha apenas 14 anos na época - ato que constituiu um golpe por não ser previsto na lei vigente à época. O príncipe, assim, assumiu o trono, dando início ao Segundo Reinado brasileiro (1840-1889).

A antecipação da maioridade de D. Pedro II resultou em uma maior estabilidade ao país; não eclodiram novas grandes revoltas, e as que ainda tinham sobrado acabariam derrotadas (como a Balaiada em 1841 e a Farroupilha em 1845). Terminava o Período Regencial e iniciava-

se o Segundo Reinado (1840-1889), período marcado pela construção de uma integridade territorial do Brasil.

CAPÍTULO 9: SEGUNDO REINADO I

Entre 1840 e 1889 o Brasil passou um período chamado de Segundo Reinado, justamente por serem os anos em que havia, pela segunda vez desde a Independência, um Imperador como figura central da política brasileira. Este foi um período em que o filho de D. Pedro I, que também se chamava Pedro³⁰, assumiu o trono do Império do Brasil, sua coroação como Dom Pedro II ocorreu antes dele alcançar a idade prevista. Iniciado com o Golpe da Maioridade (1840), quando tinha apenas 14 anos, D. Pedro II governou o Brasil por 49 anos, até a Proclamação da República em 1889.

Tendo como objetivo manter o controle e a centralização, Dom Pedro II utilizou dos poderes assegurados ao Poder Moderador. Dessa forma, o Imperador nomeou e demitiu ministros, dissolveu a Câmara dos Deputados diversas vezes, convocou novas eleições, escolheu senadores e suspendeu magistrados. Interessado em consolidar a ordem interna e manter a unidade territorial, durante seu governo, dom Pedro II investiu em construir um aparato administrativo, jurídico e burocrático que fosse forte. Além disso, seu governo combateu diversas revoltas provinciais, como a Guerra dos Farrapos (1835-1845) e a Balaiada (1838-1842), que ameaçavam a integridade territorial brasileira.

Durante seu reinado ocorreram diversas mudanças no país, no âmbito político havia uma tentativa de estabelecer estabilidade a partir de conciliação política. Avanços tecnológicos permitiram novos investimentos que modernizaram os centros urbanos, enquanto no meio rural a produção de café se expandia e se tornava o principal produto para a economia brasileira. A Guerra do Paraguai, também chamada de Guerra da Tríplice Aliança foi um dos principais eventos deste período. A guerra ocorre a partir de uma série de fatores, entre disputas internas no Uruguai, interferência brasileira na política do país vizinho e um conflito com o expansionismo do Paraguai. Foi criada uma aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai, uma guerra que durou 7 anos (de 1864 a 1870) e teve grandes consequências para o Brasil.

Este capítulo trata de parte do Segundo Reinado, em especial o contexto político-econômico, a partir da organização política do Parlamentarismo às avessas e a expansão da economia do café. Além disso, exploraremos a questão Christie, a figura do Barão de Mauá e as causas e consequências da Guerra do Paraguai. Outros temas relevantes sobre o Segundo Reinado, como o processo de abolição da escravidão, serão desenvolvidos no próximo capítulo.

30 O nome completo de D. Pedro II era Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Bragança e Áustria.

CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA

A política brasileira durante o Segundo Reinado pode ser dividida entre dois grupos políticos, os liberais e os conservadores. Os políticos se alinhavam a partir de ideais sobre como organizar a divisão de poderes e autonomia. De um lado haviam os liberais que defendiam uma maior autonomia para as províncias, seguindo ideais do federalismo³¹, além de ampliação dos direitos ao voto e maior liberdade individual. Do outro haviam os conservadores que buscavam reforçar a centralização do poder na mão do Imperador e do Congresso, deixando as províncias com menos autonomia.

Logo após assumir a posição de Imperador, havia uma expectativa de que os liberais alcançassem importantes cargos indicados pelo novo governante. O jovem D. Pedro II montou seu primeiro ministério, conhecido como o “da maioria”, com políticos liberais que realizaram a antecipação de sua coroação. No entanto, esse novo ministério durou apenas 8 meses, pois não conseguiu pacificar as províncias e foi responsável por grandes escândalos, como as **eleições do cacete**.

Realizadas ainda em 1840, as eleições do cacete receberam essa denominação por causa da violência que cercou todo o processo eleitoral, em que liberais e conservadores organizaram grupos, que utilizavam cacetadas, para dissolver a força as reuniões de seus oponentes políticos e forçar eleitores a votarem em seus candidatos. Nessa eleição, de 1840, além da intimidação física, os liberais lançaram mão de diversos tipos de fraude, como urnas trocadas e alteração de resultados. Mesmo tendo conquistado as pastas ministeriais, os liberais não conseguiram executar seus projetos de lei, pois a Câmara de Deputados era formada por uma maioria de conservadores.

O escândalo provocado por esses procedimentos foi tão grande que Dom Pedro II dissolveu a Câmara e convocou novas eleições. Em março de 1841, tomou posse um novo ministério, composto por conservadores. Dessa forma, o Imperador buscava manter a ordem, acalmar as tensões políticas e demonstrar poder.

PARLAMENTARISMO ÀS AVESAS

A alternância entre conservadores e liberais no governo foi uma das principais características políticas do Segundo Reinado, pois, dessa maneira, o imperador impedia o fortalecimento de determinado partido ou grupo político. Por exemplo: a partir de 1844, sucederam-se vários governos liberais, já em 1848 os conservadores voltaram ao poder com um Ministério chefiado por Araújo Lima, que foi titular da Regência Una.

³¹ O Federalismo é uma forma de partilhar o poder do Estado dentre vários entes num determinado território. Uma forma de organizar o Estado que se afasta do autoritarismo e da centralização do poder.

Até 1847, o imperador, chefe do Poder Executivo e detentor do Poder Moderador, nomeava diretamente todo o ministério. Naquele ano, um decreto do governo criou o cargo de presidente do Conselho de Ministros. Para minimizar as acusações de autoritarismo, o imperador passou, então, a nomear apenas o presidente do Conselho, que, por sua vez, escolhia os demais ministros. Devido a essa forma de organização política alguns estudiosos compararam esse sistema de governo com um regime parlamentar, similar aquele praticado em países como a Inglaterra.

O parlamentarismo, seguindo o esquema britânico, é um sistema de governo em que o povo elege os membros do Legislativo, que formam o Parlamento. E é o Parlamento que elege o primeiro-ministro. Dessa forma o Poder Legislativo, teria mais poder do que o Poder Executivo. O sistema do Brasil ficou conhecido como **Parlamentarismo às avessas**, pois apesar de se aproximar de um sistema parlamentarista, havia a figura do Poder Moderador, nas mãos do Imperador. Além de nomear o presidente do Conselho, ele tinha autoridade para interferir nas políticas, exonerar políticos, fechar o congresso e anular eleições. Ou seja, apesar de uma aparência liberal e democrática, a política ainda era fortemente marcada pela centralização do poder e pelo autoritarismo de Dom Pedro II.



“O rei se diverte”

Fonte: charge de Faria, publicada no jornal “O Mequetrefe”, em 09/01/1878. Retirada do site <https://ensinarhistoria.com.br/caricaturas-do-segundo-reinado-critica-com-humor-e-ironia/>

LIBERAIS E CONSERVADORES: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Apesar das discordâncias e disputas políticas entre liberais e conservadores, havia um dito popular que dizia: “Nada mais igual a um conservador do que um liberal no poder, nada mais igual a um liberal do que um conservador na oposição”.

Saquaremas (conservadores) e Luzias (liberais) apresentavam divergências em relação a muitos assuntos, como o centralismo político, o federalismo e o Senado vitalício, mas não questionavam a essência do país: o regime monárquico, a escravidão e a economia agrária. Além disso, ambos os grupos eram conhecidos por deixarem de lado alguns de seus ideais em troca de participação no governo. Essa identidade de interesses deu origem ao chamado Ministério da Conciliação, de 1843, com a participação dos dois partidos. Dessa forma, o imperador conseguiu compor um gabinete ministerial com membros dos dois partidos para que nenhuma força política oficial ficasse insatisfeita e pudesse ameaçar o governo.

Mesmo com esse aparente revezamento entre liberais e conservadores no poder, com a exceção do período entre 1844 e 1848, quando o Imperador se inclinou mais para o lado liberal, durante a maior parte do segundo reinado os conservadores dominaram os ministérios, demonstrando o caráter mais centralizador da política imperial de Pedro II.

A postura política centralizadora não significava ausência de movimentos de oposição e necessidade de diálogo, pelo contrário, durante o Segundo Reinado houveram diversos acordos com as elites regionais. Além disso, houveram conflitos com a sociedade, com revoltas e movimentos sociais que criticavam a política brasileira, inclusive a figura de Dom Pedro II.

As eleições não representavam a vontade de toda a população, mas a dos grandes proprietários rurais, uma vez que o voto era censitário³². Eles dominavam as províncias, controlavam o número de eleitores e fraudavam as eleições. Essa estrutura centralizada e verticalizada foi mantida mesmo após a Proclamação da República. Arquitetando acordos tanto com as elites provinciais quanto com os principais grupos políticos da capital, Dom Pedro II conseguiu fazer do Segundo Reinado um dos períodos mais politicamente estáveis da história do Brasil.

ASPECTOS ECONÔMICOS

Em relação as atividades econômicas, houveram importantes mudanças durante o Segundo Reinado. Uma delas foi o deslocamento do centro de produção econômica das regiões agrícolas do Nordeste para o Sudeste-Sul. Outra foi a desvalorização das lavouras tradicionais (cana-de-açúcar, algodão e fumo), paralelamente ao desenvolvimento da produção de café, cujas importâncias começara a crescer no Período Regencial.

³² O voto ou sufrágio censitário ocorre quando o direito ao voto é concedido apenas a um determinado grupo de pessoas que cumpram certos requisitos econômicos.

As lavouras tradicionais enfrentavam condições internacionais desfavoráveis; o açúcar da cana, devido à concorrência do açúcar de beterraba e às pesadas taxas estabelecidas pelos países importadores; o algodão, devido à perda de espaço no mercado internacional para o estadunidense e o oriental; o fumo prejudicado com o fim do tráfico de escravizados, em 1850, pelos quais era trocado.

A IMIGRAÇÃO DE TRABALHADORES EUROPEUS PARA O BRASIL

Em 1850 o tráfico legal de escravizados é proibido (Lei Eusébio de Queirós), causando forte impacto sobre a economia brasileira. O comércio de escravizados passou a ocorrer com mais intensidade internamente, entre as províncias e a menor oferta fez com que o seu preço crescesse. Já em decadência, os senhores de engenho do Nordeste passaram a “exportar” escravos para as fazendas de café mais ao Sul, principalmente no Vale do Paraíba. Mesmo para os ricos fazendeiros de café, os preços tornaram-se excessivamente altos. Simultaneamente, o movimento abolicionista crescia, assim como a libertação de escravizados.

Nesse contexto em que o custo dessa mão de obra aumentava cada vez mais, a solução encontrada pelos grandes fazendeiros foi a promoção da imigração de trabalhadores assalariados de origem europeia. Para atrair imigrantes europeus foi criado na década de 1840 o sistema de colônias de parceria. Ao assinar um contrato os imigrantes tinham suas passagens custeadas pelo dono da terra, bem como sua instalação na fazenda. Em troca eles trabalhavam na fazenda, se adaptaram a viver no Brasil e aprenderiam as técnicas de produção utilizadas nas lavouras.

Após esse processo, estariam aptos para comprar terras com as economias que conseguiam guardar como fruto de seu próprio trabalho. Os gastos de transporte para o Brasil e estadia funcionavam como um empréstimo, a ser pago pelo imigrante e sua família, com acréscimo de juros de 6% ao ano. Cada família de imigrantes ficava responsável por um certo número de pés de café, podendo plantar uma lavoura para sua subsistência, que também poderia ser comercializada.

A renda vinha da venda dos excedentes de sua produção e da divisão igualitária do lucro do café entre os cafeicultores e os colonos, depois de serem descontados os custos de transporte, estalagem, impostos e comissões, o que fazia com que os imigrantes recebessem bem menos que os donos da terra. Em pouco tempo o sistema começou a apresentar problemas. Os contratos acabavam sendo muito desvantajosos para os imigrantes, que acabavam vendo a posse da própria terra como algo muito distante. Isso se intensificou com a criação da Lei de Terras (1850), segundo a qual as terras públicas só poderiam se tornar propriedade privada por meio de compra, e não mais por doação ou posse. Os preços eram altos, mantendo a terra como um sonho inacessível para a maior parte da população.

A ECONOMIA DO CAFÉ

Introduzido no Brasil em 1727, o café só ganhou grande relevância um século depois, com a Revolução Industrial aumentando a demanda global por substâncias com características estimulantes, em um contexto de longas jornadas de trabalho e um ritmo temporal mais rigoroso. A crescente demanda incentivou o surgimento de novos cafezais por todo o mundo, elevando a produção, provendo uma queda nos preços e a ampliação do consumo. No Brasil, as exportações de café passaram de 3 mil sacas na década de 1820 para 51 mil sacas na década de 1880.

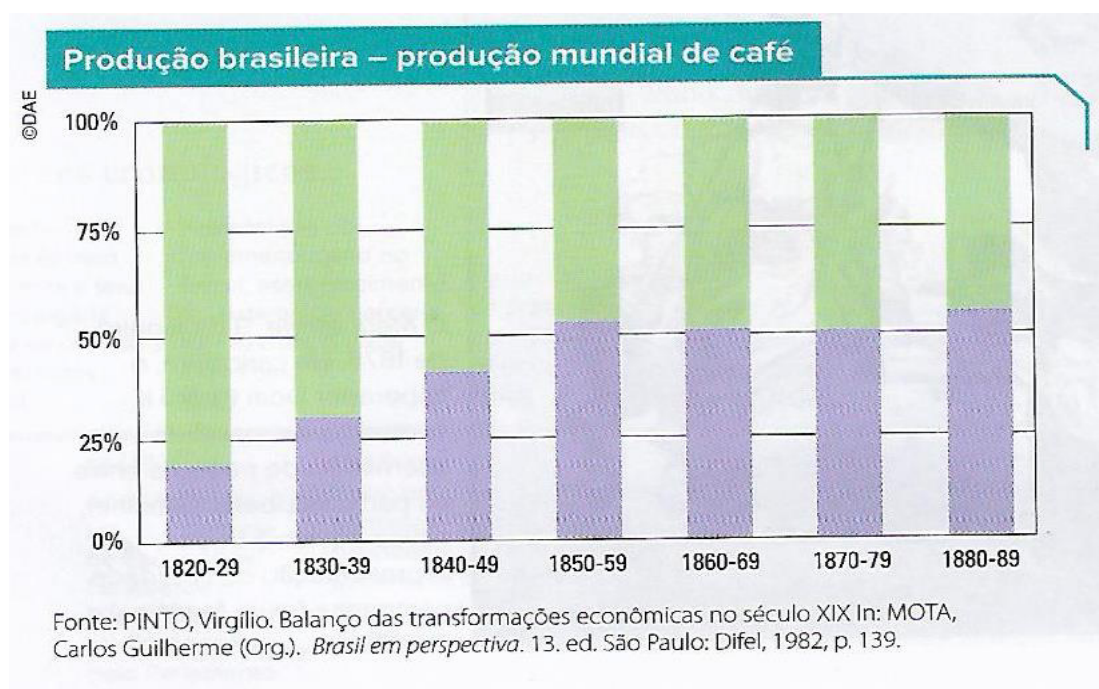


Gráfico sobre a Produção brasileira- produção mundial de café.

Fonte: Pinto, Virgílio. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: Mota, Carlos Guilherme (Org.) *Brasil em perspectiva* 13.ed.São Paulo: Difel, 1982, p.139.

A cafeicultura exige um clima com chuvas regulares e um solo rico em nutrientes. Após o plantio, o pé de café leva de quatro a cinco anos para produzir, o que envolve investir por um longo tempo sem retorno imediato. Durante um período de duas a três décadas, o cafezal produz muito bem, mas depois disso, fica velho e improdutivo, e como a terra está desgastada, novos cafezais não podem ser plantados no mesmo local. No sudeste do Brasil existiam as condições climáticas ideais para plantação de café, por isso, durante o século XIX, as lavouras de café avançaram em dois sentidos:

Até 1870, o Vale do Paraíba – situado entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo – foi a grande região produtora. O escoamento da produção se dava principalmente com a

utilização das tropas de mulas, e as exportações eram feitas pelo porto do Rio de Janeiro. Desde 1830, o café produzido nessa região era o responsável por boa parte das riquezas do império. Os “senhores de engenho” deram lugar aos “barões de café” em prestígio e poder, formando uma nova aristocracia rural. A importância da região era tão grande que era traduzida pela expressão: “O Brasil é o Vale”.

Depois de 1870 a erosão e a exploração sem cuidados esgotaram as terras do Vale do Paraíba. As plantações, a partir de Campinas, passaram, então, a se expandir pelo Oeste Paulista. A exportação era feita, principalmente, pelo porto de Santos. Essa nova região produtora teve características bem diferentes daquelas que marcaram a exploração do Vale do Paraíba, uma vez que se iniciou bem depois do fim do tráfico de escravizados, utilizando como mão de obra os crioulos (escravizados nascidos no Brasil) ou os imigrantes europeus. Por ser uma área ainda menos explorada e, portanto, sem muitas vias de comunicação, essa região acabou incentivando a construção de ferrovias o que fez de São Paulo a província com a maior malha ferroviária do país. Mais tarde, esse cultivo alcançaria o extremo oeste de São Paulo, sudeste de Minas e, já na metade do século XX, o norte do Paraná.

É interessante notar a importância que o café teria para outras atividades econômicas nas cidades brasileiras. Do capital gerado pelo produto, e devido a demandas ligadas aos cafezais, ferrovias seriam construídas, portos ampliados, casas comissionadas (que negociavam a exportação do café) surgiam junto aos portos, empresas de serviços urbanos se desenvolveram, o país passou a atrair mais investimentos estrangeiros. Além disso, o uso de mão de obra assalariada no Oeste Paulista levou a um desenvolvimento do mercado interno e, conseqüentemente, a uma urbanização da região. Também é essencial não desconectar a economia cafeeira da escravidão. Foi em grande parte pelas mãos de escravizados que as fazendas de café de estabeleceram, mesmo com a introdução da mão de obra assalariada de imigrantes europeus.

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL: A ERA MAUÁ

Apesar de ser um país majoritariamente agrário, em meados do século XIX alguns fatores possibilitaram um pequeno e localizado desenvolvimento industrial no Brasil. Em primeiro lugar, a industrialização foi favorecida com as Tarifas Alves Branco, que elevaram as taxas de importação em até 60%, visando o aumento da arrecadação do governo. As novas tarifas funcionaram como barreira protecionista³³ e tornaram os produtos nacionais mais competitivos no mercado interno.

³³ Protecionismo pode ser definido como um conjunto de ações governamentais com objetivo de proteger a economia de seu país da concorrência com o mercado externo. Podem ser feitas por medidas que restringem ou proíbem importações de determinados bens, com o governo dificultando a entrada de determinado produto importado em seu país.

A proibição do tráfico de escravizados, em 1850, foi um fator importante no processo de industrialização. Em torno dessa atividade, concentravam-se grandes quantidades de capital que, com a proibição, puderam ser redirecionados para outras atividades. O aumento da produção de algodão também estimulou o desenvolvimento da indústria têxtil, que se tornaria em pouco tempo a mais significativa do país. Esse momento de desenvolvimento industrial ficou conhecido como **Era Mauá**, devido ao destaque do empresário liberal e abolicionista, Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá.

Período de novos investimentos em ferrovias, estaleiros, indústria têxtil, empresas de iluminação pública, de limpeza pública, de navegação fluvial, de bondes e de comunicação telegráfica. Contudo, esse processo ficou restrito ao Rio de Janeiro e foi interrompido pela lei Silva Ferraz (1860), que beneficiava os produtos ingleses, reduzindo as tarifas alfandegárias. Outros fatores também podem ser apontados como importantes para o fim da Era Mauá. A crise capitalista iniciada em 1873 na Europa contribuiu para o corte de investimentos ingleses, bem como a cobrança de antigos empréstimos e financiamentos feitos junto a investidores particulares. Além disso, a atividade industrial não contava com apoio significativo do governo, que favorecia as elites agroexportadores.

Na última década do império, ocorreu um outro momento de considerável investimento na industrialização. Ele foi possível porque parte dos lucros obtidos na produção e, sobretudo, na comercialização do café, passou a ser investido na instalação de fábricas e na importação de trabalhadores assalariados de origem europeia. Por essa época, o número de estabelecimentos industriais saltou de 200 em 1881 para mais de 600 em 1889. De cada cinco investimentos no setor, três se orientavam para indústria têxtil; vinham em seguida, os setores de alimentação e de produtos químicos, além de outros menos importantes.

A GUERRA DO PARAGUAI



“A Batalha do Avaí”. Pedro Américo, de 1872 a 1877.

Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/81885-batalha-do-avaí>

A Guerra do Paraguai (1864-1870), também chamada de Guerra da Tríplice Aliança, ocorreu poucas décadas após os países sul-americanos declararem suas independências, num contexto em que as fronteiras das novas nações estavam definidas a pouco tempo. A região do Uruguai tem um histórico de conflitos com o Brasil desde a chegada da família real, devido ao interesse pelo acesso ao Rio da Prata. Importante para adentrar do mar ao interior do continente, atravessando tanto o Uruguai, quanto a Argentina, o rio e seus afluentes formam uma importante bacia hidrográfica. A livre navegação pelo rio era o principal motivo dos conflitos.

Antes de estourar o conflito, o Paraguai vivia uma ditadura familiar e era o país latino-americano que menos dependia de capitais externos para se desenvolver. José Gaspar Rodríguez de Francia, seu presidente entre 1811 e 1840, transformou latifúndios em fazendas do Estado, diversificou a economia, criou indústrias e estabeleceu o monopólio estatal do comércio exterior. Seus sucessores, como seu sobrinho Carlos López (1840-1862) e Francisco Solano López (1862-1870), filho do último, mantiveram e ampliaram essa política. O Paraguai também caminhava bem em termos sociais, com boa distribuição de terras, analfabetismo erradicado e elevado padrão alimentar, além de ampliar investimentos militares.

Surgiam assim, na América do Sul, dois modelos de desenvolvimento bem diferentes. Um deles era o de nações como o Brasil e a Argentina. Esses dois países não alteraram sua estrutura econômica depois que se tornaram independentes – o Brasil, por exemplo, não aboliu a escravidão. Já o modelo paraguaio se baseava em uma política econômica independente e em reformas sociais (as terras da Igreja, por exemplo, foram confiscadas; com elas, o governo criou fazendas estatais).

Até 1862, o Paraguai se manteve mais ou menos alheio às disputas que envolviam a região do Prata. Nesse ano, Solano López assumiu a presidência e realizou um novo rumo à política externa do país. A partir de então, ele passou a acompanhar de perto toda a mudança ocorrida na região. A historiografia produziu diferentes análises sobre os motivos que levaram à Guerra. Segundo algumas correntes historiográficas, Solano teria ampliado o militarismo paraguaio, buscando uma política expansionista que objetivava a criação do “Grande Paraguai”, anexando regiões do Brasil, da Argentina e do Uruguai, obtendo acesso direto ao Oceano Atlântico, o que seria imprescindível aos objetivos econômicos do Paraguai. Dessa maneira, a guerra teria se iniciado a partir da agressão paraguaia ao Brasil, com o aprisionamento do navio Marquês de Olinda e a invasão das terras do Mato Grosso, obrigando o império a reagir.

Outra corrente historiográfica analisa a guerra a partir do interesse da Inglaterra na região. Nessa perspectiva, a Inglaterra teria um receio do Paraguai se tornar uma nova potência econômica na região, interferindo nos acordos econômicos que funcionavam a favor dos britânicos. O interesse do país europeu na região era evidente, mas por si só não explica a escalada do conflito. Uma terceira perspectiva, que não nega as anteriores, mas acrescenta o olhar para o histórico de conflitos regionais envolvendo a livre navegação do Rio da Prata e do

Rio Paraguai, além da delimitação das fronteiras. Todas essas se somam e contribuíram para o conflito, mas é importante contextualizar a postura agressiva do Brasil na região do Prata, que contribuiu de maneira decisiva para exaltação dos ânimos nacionalistas.

Em 1864, O Brasil invadiu mais uma vez o Uruguai com o objetivo de interferir na política uruguaia e colocar no poder Venâncio Flores, líder dos Colorados (facção política mais ligada à população urbana, e que aceitavam a permanência de uma elite gaúcha brasileira nas terras da região). Os Colorados se opunham ao governo do presidente Atanásio Aguirre, do partido Blanco (facção política mais conservadora, ligada aos interesses dos grandes estancieiros uruguaios, adotando uma política agressiva contra os proprietários de terra brasileiros que atuavam dentro de seu país). Indignado com a intervenção e com medo dos rumos que a livre navegação do Prata poderia tomar a partir do domínio brasileiro e argentino sobre a região, Solano López, que apoiava os blancos, rompeu relações com o Brasil, invadiu o Mato Grosso e duas províncias argentinas. Era o começo do maior conflito envolvendo países sul-americanos.

Contra as ações de Solano López, Brasil, Uruguai e Argentina, assinaram o Tratado da Tríplice Aliança, em maio de 1865. O acordo estabelecia a aliança entre os países e a incorporação de terras paraguaias ao Brasil e à Argentina. A Tríplice Aliança contou, durante a guerra, com ajuda financeira e militar da Inglaterra.

O início da guerra foi favorável ao Paraguai, que contava com um contingente militar já mobilizado. Porém, em pouco tempo o Paraguai teria sua situação na guerra invertida, passando de invasor a invadido. A guerra durou seis anos, marcada por euforia, patriotismo e gastos grandes. Destaca-se o Saque de Assunção, quando as forças lideradas por Caxias invadiram a capital paraguaia e a derrota final em Cerro-Corá, 1870, quando Solano López foi assassinado.

O Brasil criou nesse período os Voluntários da Pátria, unidades militares criados para reforçar o efetivo do Exército Brasileiro e lutarem na guerra, uma vez que o exército brasileiro não era muito grande. Foram prometidos benefícios àqueles que se alistarem, como pagamento, lotes de terra e a liberdade aos escravizados que fossem voluntários. Devido a duração do conflito o governo começou a exigir uma cota de participação dos senhores de terra, o que na prática fez com que escravizados fossem enviados à guerra forçadamente. A participação de escravizados e ex-escravizados marcou toda a participação brasileira na guerra e não pode ser esquecida. Ao retornarem, os “voluntários” negros se depararam com um paradoxo, entre um país que prometeu a sua liberdade e a realidade escravocrata.



“De volta do Paraguai”. Ângelo Agostini, 1870

Fonte: Charge publicada na revista Vida Fluminense, Rio de Janeiro, n. 12, junho de 1870.

Link: <https://ensinarhistoria.com.br/charges-de-angelo-agostini-para-discutir-o-mito-da-escravidao-branda/>

Ao final do conflito, em 1870, o Paraguai estava arrasado, com cerca de 96% dos homens em idade adulta e 55% das mulheres mortos. De seus 800 mil habitantes, restavam apenas 194 mil, um desastre demográfico. As terras que pertenciam a pequenos produtores foram vendidas a estrangeiros, que passariam a cobrar para que os antigos donos pudessem trabalhar nelas. Um dos principais marcos para o Paraguai foi a Batalha de Campo Grande, em que crianças pegaram em armas e lutaram pelo exército paraguaio. Após sua derrota, uma grande quantidade de crianças foi morta. O Dia das Crianças no Paraguai foi criado em homenagem a elas. As consequências para o Paraguai foram incalculáveis, impactando intensamente todas as instâncias de sua sociedade, política e economia.

Por outro lado, o principal vencedor da guerra acabou sendo a Inglaterra, que manteve o domínio econômico sobre a região sem se envolver diretamente na luta. Brasil e Argentina conseguiram as terras paraguaias pretendidas, cerca de 140 km², mas aumentaram sua dependência econômica em relação à Inglaterra.

Uma declaração do Barão de Cotegipe define bem o que foi o conflito para o Brasil: “Maldita Guerra, atrasa-nos meio século”. Os empréstimos brasileiros, adquiridos de bancos ingleses, subiram gradativamente, passando de 3 milhões de libras em 1871 para quase 20 milhões em 1889. Para o governo de D. Pedro II, mesmo com a consolidação do sentimento nacionalista e o fortalecimento do exército, ficava a imagem de um país despreparado para grandes conflitos, significaria ainda o declínio de sua popularidade e o aumento da oposição, com os movimentos abolicionista e republicano ganhando as ruas.

CAPÍTULO 10: SEGUNDO REINADO II

CRISE DA ESCRAVIDÃO:

LEIS ABOLICIONISTAS E O FORTALECIMENTO DO MOVIMENTO ABOLICIONISTA

A partir da segunda metade do século XIX, diversos episódios de cunho social, político e econômico abalaram a instituição da escravidão no Brasil Império.

A aprovação da lei Eusébio de Queiroz, em 1850, que aboliu efetivamente o tráfico transatlântico de escravizados no Brasil, após intensas pressões da Inglaterra. Tal cenário reduziu o número de escravizados disponíveis no mercado brasileiro - ainda que o tráfico ilegal ainda estivesse vigente. Isso gerou uma situação social desfavorável à escravidão e críticas a ela começaram a tornar-se cada vez mais frequentes.

Ainda internamente, com a eclosão da Guerra do Paraguai (1864-1870), o Estado imperial brasileiro necessitou ampliar o alistamento de combatentes para o conflito. Para tal, foi criada a campanha dos Voluntários da Pátria, que objetivava a libertação em massa de cativos para prover às necessidades de recrutamento diante do conflito - o que acabou por não ocorrer. A possibilidade da liberdade levou muitos escravizados a fugirem de suas fazendas e se alistarem. No entanto, ao término da guerra, muitos cativos fugitivos sofreram tentativas de reintegração ao trabalho pelos senhores, ao invés de serem garantidos a sua liberdade.

Além disso, o retorno dos soldados vitoriosos gerou um clima de efervescência popular que se prolongou por toda a década, aumentando a solidariedade em relação aos libertos e cativos. Tudo isso contribuiu para reforçar a percepção imediata dos estadistas acerca dos perigos que a escravidão poderia enfrentar e de como a instituição da escravidão poderia, em breve, constituir um sério risco à integridade do Império.

O quadro internacional também apresentou influências na descridibilidade da escravidão no Brasil. Com o fim da Guerra Civil Americana (1861-1865) nos Estados Unidos, a escravidão foi abolida nos EUA - antes um outro grande bastião do escravismo no Ocidente. A derrota dos confederados - estados sulistas defensores da manutenção da escravidão nos EUA - significaria o isolamento internacional do Brasil como último Estado independente das Américas a manter a escravidão.

Em meio a esse contexto, várias leis consideradas abolicionistas foram aprovadas. A primeira delas, de 1871, foi denominada de Lei do Ventre Livre. Aprovada em meio a ataques das bancadas ligadas aos senhores do Centro-Sul do país, a nova legislação garantia a liberdade de todos que nascessem de ventre escravo a partir da data de sua publicação. Dessa forma, ela buscava reter a reprodução da escravidão no Brasil, permitindo que filhos de escravizados se tornassem cidadãos livres. No entanto, a liberdade dos filhos de escravizados não seria

garantida imediatamente: ainda seria preciso indenizar os proprietários de escravizados. Para que os escravocratas não tivessem prejuízo, os proprietários de mulheres escravizadas “de ventre livre” tinham duas opções: ou escolher manter os filhos dessas escravizadas como cativos até eles completarem 21 anos, ou obter uma indenização do Estado no valor de 600.000 réis.

A segunda lei levou o nome de Lei dos Sexagenários. Aprovada em 1885, ela garantia a liberdade aos escravizados com 60 anos ou mais. Contudo, é preciso considerar a expectativa de vida dos escravizados no Brasil da época: em virtude das más condições de trabalho e baixa qualidade de vida dos cativos, sua expectativa de vida era de apenas 21 anos. Além disso, a legislação também previa a indenização dos senhores pela perda de sua propriedade.

Ou seja, o Brasil, por muito tempo, apostou na longevidade da escravidão. Os defensores da escravidão no Brasil - em suma, os grandes cafeicultores do Vale do Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, e do Oeste Paulista - se organizaram para lutar contra os avanços do abolicionismo.

A causa abolicionista, por sua vez, foi defendida por uma ampla gama de atores políticos no Brasil, ganhando força, principalmente, no final do século XIX - sobretudo na década de 1880. As ações de resistência à escravidão protagonizadas pelos escravizados - através de rebeliões nas senzalas, a compra de alforrias, as fugas em massa e a formação de quilombos - passaram a ser absorvidas pelo movimento abolicionista. Também denominado de abolicionismo, foi protagonizado tanto por membros da classe política quanto por grupos sociais urbanos e rurais. A ideia principal que unia os abolicionistas era a superação de toda a matriz escravista. Por meio de diversas estratégias - como a publicação de jornais, a distribuição de panfletos, o acolhimento de escravizados foragidos -, o movimento abolicionista fortalecia a defesa do fim da escravidão.

Algumas figuras abolicionistas se destacam. Luís Gama (1830-1882) foi um advogado, intelectual, jornalista e poeta. Filho de uma ex-escravizada e líder abolicionista, Luíza Mahin, estudou Direito por conta própria. Tomando conhecimento das leis vigentes, reivindicou sua própria liberdade e dedicou sua vida à libertação de outros escravizados por meios legais. Há estimativas de que ele libertou 500 escravizados. Maria Firmina dos Reis (1822-1917) é considerada uma das primeiras romancistas afro-brasileiras do Brasil com seu livro “Úrsula”, de 1859. No livro, os protagonistas são escravizados que buscam sua liberdade, quadro que exprime a posição abolicionista da autora.

ABOLIÇÃO E A QUESTÃO NEGRA PÓS ABOLIÇÃO

Ainda que por muito tempo a abolição tenha sido reduzida à assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel no dia 13 de maio de 1888, é importante enxergá-la não como um ato benevolente. A abolição foi, sobretudo, fruto de longas lutas da população negra. A Lei Áurea

A abolição imediata e incondicional, contudo, não era um fim em si mesmo, mas um primeiro passo. Contudo, a Lei Áurea garantiu, apenas, o fim da escravidão no Brasil, conforme é possível notar nos seus breves dois artigos. Embora cumprisse parte do programa abolicionista, ela acabou por esvaziar os demais aspectos do projeto - como a expansão da cidadania e dos direitos para os ex-escravizados -, deslocando a discussão apenas para a abolição imediata e sem indenizações aos senhores.



O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão e o único a fazê-la sem indenizar os libertos e propondo indenizações aos senhores. No pós-Abolição, o Estado brasileiro

não agiu em prol da inclusão, mas sim, da exclusão social e racial da população negra.

Essa conjuntura provocou consequências que permanecem até a atualidade, como o racismo estrutural - um sistema de desigualdade que persiste até hoje, naturalizado em instituições, na política e no imaginário social -, além da desigualdade social, a pobreza, o encarceramento em massas de negros - principalmente jovens -, violência, dentre outros.

Ainda assim, é de suma importância reconhecer a luta e a resistência dos escravizados e libertos pela sua liberdade. Reflexos disso se fazem presente nas influências afro-brasileiras na nossa cultura - por muito tempo silenciadas e desvalorizadas na historiografia: como o samba, o carnaval, as religiões de matriz africana; elementos na culinária, no vocabulário, etc.

CRISE DO SEGUNDO REINADO E PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Existem alguns fatores que explicam o fim da monarquia brasileira no ano de 1889. Para compreendê-los, é importante analisarmos a conjuntura do pós-Guerra do Paraguai (1864-1870), conflito que provocou importantes mudanças na política, na economia e, sobretudo, na sociedade brasileira que geraram uma crise do poderio do Estado imperial brasileiro - resultando na sua queda.

Com a vitória brasileira na guerra, o Exército saiu mais fortalecido e, com isso, passou a reivindicar mais prestígio, melhorias na corporação - melhores salários, modernização das tropas, etc. - e reconhecimento. Influenciados pelo **positivismo**³⁴, os militares passaram a se enxergar como os agentes mais aptos a promoverem o desenvolvimento do Brasil.

Ainda sobre os desdobramentos do conflito, temos a questão dos altos gastos do Estado imperial com a guerra. Ao final do confronto armado, dívidas financeiras exorbitantes avassalaram a economia brasileira, levando o Império a recorrer, de forma inédita, a empréstimos estrangeiros para quitá-las.

Aliado a isso, temos o surgimento do republicanismo no Brasil. Com a publicação do Manifesto Republicano no Rio de Janeiro em 1870, seguida da fundação do Partido Republicano Paulista (PRP) em 1873, a defesa da instalação de uma república no Brasil ganhou força, sobretudo nos setores médios urbanos.

Nessa onda de questionamentos sobre a sociedade imperial, o fortalecimento da causa abolicionista assumiu um papel crucial. A vitória brasileira na Guerra do Paraguai resultou em um novo olhar para a escravidão: com a libertação dos escravizados ao ingressarem no conflito - que ficaram conhecidos como os **Voluntários da Pátria** - a instituição escravidão foi sendo cada vez mais condenada. Com isso, o movimento abolicionista passou a ganhar mais força.

34 Corrente filosófica de origem francesa que começou a repercutir no Brasil na segunda metade do século XIX. Defendia a teoria de que o progresso da humanidade viria através da ordem e da hierarquia, noções estabelecidas sob um regime político republicano e um sistema econômico industrial.

Nessa mesma conjuntura, o Brasil vivia um crescimento urbano significativo, marcado por um incremento no número de trabalhadores assalariados cujas realidades de trabalho se contrapunham intensamente ao da escravidão - o que a deslegitimava ainda mais. Diante disso, a abolição foi decretada a partir da assinatura da Lei Áurea no dia 13 de maio de 1888. Com o fim da escravidão no Brasil, a monarquia perde um importante aliado político e econômico – os cafeicultores do Vale do Paraíba -, que passam a apoiar a causa republicana.

Outro fator que provocou a perda da autoridade do Império brasileiro veio de uma ruptura com a Igreja Católica. Ao fazer uso do **beneplácito**³⁵, D. Pedro II revoga uma bula papal que condenava a maçonaria. Isso porque muitos membros das elites imperiais eram maçons. Ao sair em defesa de seus aliados políticos e econômicos, a monarquia acaba criando fraturas com a Igreja Católica, que rompe com o Império brasileiro.

De maneira resumida, o fim do Império no Brasil é decorrente de uma crise do poderio do Estado imperial brasileiro. As instituições imperiais – como a escravidão, as oligarquias tradicionais do Vale do Paraíba (RJ) e o regime monárquico - eram vistas como inadequadas em meio à conjuntura de mudanças políticas e econômicas do final do século XIX - marcada pela expansão do capitalismo industrial no mundo, pelos questionamentos do poder do Império por diversos atores políticos, etc.

Esse cenário gerou um desgaste do Império brasileiro: enfrentava dificuldades em atender às diferentes demandas sociais, o que comprometia sua vitalidade política. Diante desse cenário, os militares orquestraram um golpe, com apoio de diversos setores da sociedade civil - com destaque aos cafeicultores do Vale Paraíba Fluminense e do Oeste Paulista -, e derrubaram a monarquia no dia 15 de novembro de 1889. O Império chega ao fim e é proclamada a República no Brasil.

Esta unidade trata de um longo período da história do Brasil, que começa com a proclamação da república e avança até a atualidade. Esta unidade acompanha a História do Brasil até 2015, parando no fim do governo de Dilma Rousseff, dessa forma, cobrindo 126 anos. Nessas décadas o Brasil experimentou pela primeira vez a organização da política como uma República Federalista, que utiliza os fundamentos da democracia. Ao mesmo tempo, esse foi um período marcado por diversas tentativas de romper com a democracia. Houveram diversas tentativas de golpes, desde a própria Proclamação da República, sendo dois bem sucedidos o suficiente para alterar a forma em que o Estado era organizado. Nos período do Estado Novo e da Ditadura Civil-Militar, o país viveu ditaduras autoritárias e com expressiva presença militar nos governos. Há muitas diferenças entre esses dois momentos, mas ambos demonstram a fragilidade da democracia brasileira, que além de nova, teve poucos anos em plena atividade.

³⁵ Direito garantido ao monarca de revogar uma bula papal - uma espécie de regra expedida pela Igreja aos seus fiéis.

Ao longo deste período o Brasil teve cinco Constituições (sendo sete desde o Império): as de 1934, 1937, 1946, 1967 e a de 1988, que está em atividade até hoje. Este é mais um fator que demonstra a dificuldade de estabelecer que república e que democracia o país tentou estabelecer.

Ao longo da unidade trataremos do início da Primeira República, desde a República das Espadas, até o fim do Governo Dilma, passando pela Era Vargas, os governos da República entre Ditaduras, a Ditadura Civil-Militar, a Redemocratização e o Neoliberalismo no Brasil. Devido a ambição de escrever essa história de forma acessível e breve, foram necessários recortes históricos, assim como escolhas didáticas na escrita. Este documento funciona como um resumo de todo o período do Brasil República, pensado para ser usado como material de apoio à disciplina de História do Brasil.

BLOCO 3:

BRASIL REPÚBLICA

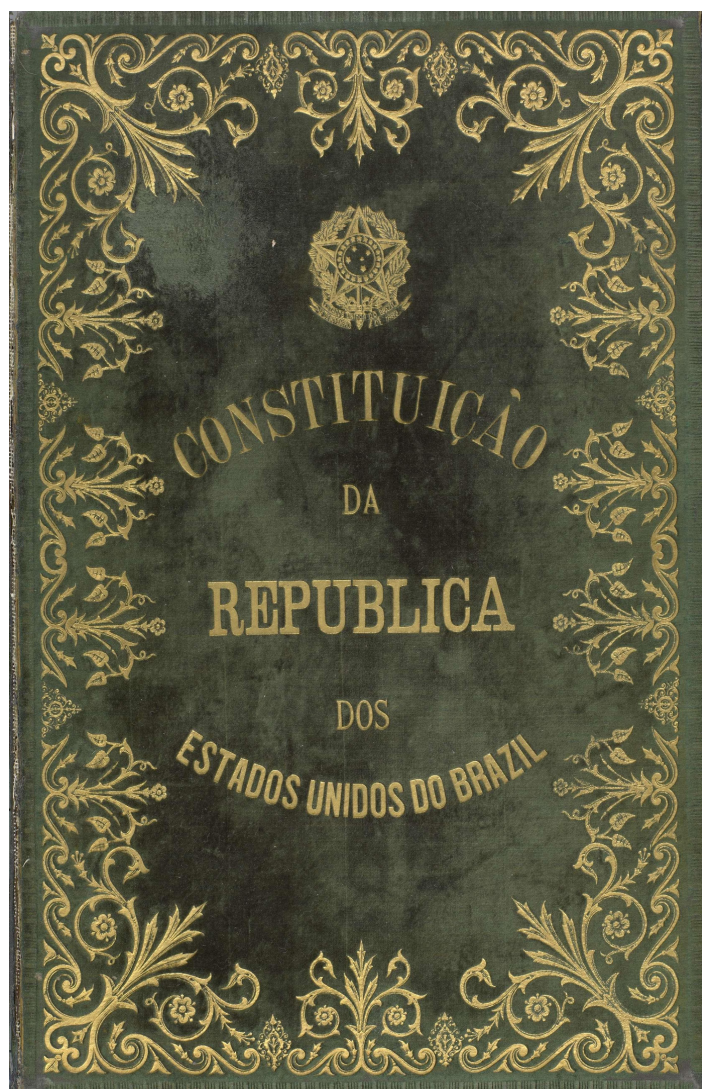
CAPÍTULO 11: PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1945)

REPÚBLICA DA ESPADA

Após o golpe da Proclamação da República, iniciou-se o período que chamamos de Primeira República (1889-1930). Os primeiros anos da República brasileira são conhecidos como a República da Espada (1889-1894). Esse nome faz alusão aos dois primeiros governos republicanos: o de Deodoro da Fonseca (1889-1891) e o de Floriano Peixoto (1891-1894), ambos militares.

Tratando do governo de Deodoro, foi um período marcado por uma intensa instabilidade política, em razão de intensas disputas entre os dois principais grupos que protagonizaram o golpe da Proclamação. Os militares e os cafeicultores - sobretudo os do Oeste Paulista - conflitavam em torno do projeto de Brasil Republicano que se construiria: enquanto que os militares defendiam uma república industrial e com o poder centralizado, os cafeicultores eram à favor de uma república agrícola e federalista.

Em meio a esse cenário, é promulgada a Constituição de 1891, o segundo texto constitucional do Brasil. Vale destacar alguns elementos deste documento. Ela estabelecia, assim como na Constituição de 1824, o voto censitário: dessa vez, não mais por renda, mas por gênero - isto é, apenas os homens tinham o direito ao voto. Ou seja, a Constituição previa que o processo eleitoral brasileiro apresentasse um caráter excludente. Além disso, ela garantia a Divisão dos Três Poderes, e estabelecia um sistema Republicano federalista, tendo os EUA como inspiração. Sobre a arrecadação financeira dos estados, o documento constitucional determinava que ela viria dos tributos sobre as exportações. Assim, ela beneficiava o estado de São Paulo, que era a principal região exportadora do país, o que, conseqüentemente, gerava desigualdade econômica entre as diferentes regiões do país.



Constituição de 1891

Fonte: Arquivo Nacional

A partir dessa análise da Constituição de 1891, constatamos que ela estruturou uma República pautada na manutenção de privilégios - sobretudo de grupos políticos e econômicos de São Paulo, herdeiros das elites imperiais - e na marginalização de diversos grupos da sociedade - como mulheres, pobres e negros. De modo geral, mudou-se o sistema político - de monarquia para República - mas se manteve uma sociedade muito similar àquela da época do Império.

Após a promulgação da Constituição de 1891, o presidente Deodoro da Fonseca fechou o Congresso numa tentativa de concentrar o poder no Executivo. Essa medida autoritária resultou na eclosão da Primeira Revolta da Armada em 1891. Protagonizada pela Marinha, foi uma contestação ao autoritarismo de Deodoro que acabou levando à sua renúncia logo em seguida. Assume, então, seu vice, Floriano Peixoto, com o dever constitucional de convocar novas eleições para presidente. No entanto, rompendo com a determinação da Constituição,

Florianópolis não convocava as eleições. Como resposta a mais uma postura autoritária do presidente, a Marinha se revoltou, dando origem à Segunda Revolta da Armada em 1893. Em meio a esse cenário conturbado, eclodem, no mesmo ano, a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Militares gaúchos defendiam a criação de uma constituição estadual de cunho liberal, reivindicando a execução do regime federalista.

De forma resumida, a República da Espada pode ser compreendida como um período de muita instabilidade política e social; de problemas inflacionários - oriundas das tentativas de conter as revoltas que abalavam a República -; de desgaste da figura do militar na política - que não se mostravam aptos a conduzir o país -; e de pouco envolvimento popular no governo.

REPÚBLICA OLIGÁRQUICA

A República **Oligárquica**³⁶ (1894-1930) é conhecida como o segundo momento da Primeira República no Brasil. A ascensão das oligarquias ao poder está atrelada ao afastamento dos militares da política, cenário decorrente do desgaste da República da Espada.

Neste período, o sistema político era marcado pela chamada política dos governadores. Por meio de negociações políticas, o Poder Executivo - representado pela figura do presidente - buscava o apoio das oligarquias estaduais para obter aprovação de seus projetos políticos. As oligarquias estaduais, por sua vez, se articulavam com os coronéis - lideranças políticas de base municipal - buscando eleitores favoráveis às pautas da União.

Tal fenômeno ficou conhecido como coronelismo: os coronéis, que tinham um destaque político significativo, aliciavam eleitores, sempre prometendo algo em troca. A partir de uma **lógica clientelista**³⁷, tinha-se uma espécie de repasse de votos - que ficou comumente conhecido como voto cabresto -, obtida por meio de uma grande negociação política.

As eleições, nesse período, eram extremamente fraudulentas: o voto, além de ser aberto - e não secreto -, era constantemente manipulado a favor de determinada(s) liderança(s) política(s). A partir do processo eleitoral, obtinha-se uma espécie de termômetro da força de determinadas oligarquias e coronéis para manter a política dos governadores. Logo, obter o apoio dos coronéis era fundamental para as oligarquias estaduais e, portanto, para o Executivo Nacional.

Esse cenário, no entanto, não significava um congelamento do poder, ou um apagamento da atuação dos demais estados. A ideia da “República do Café com Leite” - como é comumente reproduzida nas aulas de História - traduz, de forma equivocada, a ideia de que o Poder Executivo era revezado entre os estados de São Paulo e Minas Gerais. Mas na realidade, havia negociações políticas entre diversas oligarquias estaduais.

No tocante à economia da Primeira República, viveu-se um “boom” industrial. Após a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os países europeus envolvidos no conflito

36 Sistema político onde o poder fica concentrado nas mãos de poucos - normalmente grupos sociais específicos, como elites políticas e econômicas)

37 Esquema de compra de votos; prometia-se alguma recompensa aos eleitores em troca do seu voto.

deixaram de exportar produtos industrializados para países como o Brasil - já que suas indústrias passaram a priorizar a **produção bélica**³⁸. Tal conjuntura impulsionou o início da industrialização no Brasil, sobretudo no estado de São Paulo - que passou a concentrar 40% da produção industrial brasileira. Arelada à industrialização, da também teve início a urbanização no Brasil: isto é, a formação dos primeiros núcleos urbanos, marcados, também, pelo surgimento de novos atores políticos e econômicos importantes como o proletariado. No entanto, apesar dos avanços na industrialização, o setor agrícola nacional ainda apresentava maior destaque econômico, cenário que levou a um choque com o setor industrial incipiente.

Nessa conjuntura, surge uma política de incentivo à imigração - principalmente de italianos, espanhóis, portugueses, etc. Ela estava atrelada, sobretudo, aos interesses da oligarquia paulista produtora de café: viam, na imigração, uma forma de garantir a expansão da produção de café, pois os imigrantes seriam usados como mão de obra no cultivo. Estes imigrantes, por sua vez, traziam consigo ideais anarquistas e socialistas que influenciaram a mentalidade do operariado brasileiro nascente. Contudo, cabe o questionamento: por que não houve um aproveitamento da população de ex-escravizados, agora libertos, para o trabalho nos cafezais? Em parte, havia uma recusa dos ex-escravizados em trabalhar nos cafezais - locais onde eram explorados e violentados. Por outro lado, a política de imigração visava, principalmente, promover um embranquecimento da população brasileira, uma vez que favorecia-se a vinda de imigrantes europeus para o Brasil.

Resumindo a República Oligárquica, podemos afirmar que ela é marcada por um sistema político-eleitoral fortemente clientelista e excludente; pelo predomínio do setor agrícola na economia - que não se inicia aqui -; e por intensas contestações ao modelo de república que vinha se erguendo - que simboliza as chamadas Revoltas da Primeira República.

REVOLTAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Ao longo da Primeira República (1889-1930), uma série de movimentos sociais e revoltas populares questionaram o modelo de Brasil Republicano que vinha se erguendo, abalando sua estrutura. Alguns casos marcantes foram a Revolta de Canudos, a Revolta da Vacina, a Revolta da Chibata, o movimento operário a Revolta dos 18 do Forte.

1. Revolta de Canudos (1896-1897)

O cenário econômico conturbado, aliado à precárias condições de vida, secas extremas e pobreza, levou um grupo de sertanejos do interior da Bahia a fundarem o povoado de Canudos, em 1893. Reunidos em torno da figura de Antônio Conselheiro - um peregrino que ganhou a

³⁸ Ramo industrial voltado para a produção de equipamentos e tecnologia militar - como armas, munições, tanques, projéteis, etc.

reputação de profeta que socorreria os sertanejos -, fundaram uma comunidade fundamentada na ideia de solidariedade cristã. O lugar acabou atraindo muitos agricultores pobres, indígenas e ex-escravizados recém-libertos, além de todos aqueles que sofriam com as secas e a falta de terras. No seu auge, Canudos chegou a abrigar entre 25 e 30 mil pessoas.

Canudos atraía um grande fluxo de trabalhadores e funcionava, na prática, como cidade independente: não havia cobrança de impostos ou presença da oligarquia estadual. À medida em que o povoado ia se consolidando, fazendeiros, políticos locais e instituições da região ligadas à Igreja se incomodaram com o que viam como uma “terra sem-lei”. Em meio a esse cenário, diversos ataques protagonizados por fazendeiros foram feitos contra a população de Canudos, que, em 1896, vieram a instaurar a Guerra de Canudos. Autoridades justificavam a guerra pelo seu caráter de oposição ao regime republicano em vigência - ainda que o objetivo de Canudos nunca fosse derrubar o regime republicano.

Ao todo, foram 4 expedições militares contra Canudos entre 1896 e 1897. A 3ª se tornou particularmente conhecida pela humilhação que representou ao Exército brasileiro: as tropas enviadas pelo Governo Federal, com 1300 homens e 6 canhões, foram derrotadas pela população sertaneja. Em razão disso, a 4ª expedição promoveu um ataque expressivo: o povoado foi incendiado pelos militares, causando um verdadeiro massacre dos habitantes de Canudos. Dentre aqueles que se renderam, todos os homens foram degolados - inclusive Antônio Conselheiro.

Em 1902, o escritor Euclides da Cunha publicou o primeiro livro-reportagem brasileiro. Intitulado de *Os Sertões*, a obra trata da Guerra de Canudos, sendo considerada um dos grandes clássicos da literatura brasileira.



Foto da população de Canudos

Fonte: Biblioteca Nacional

2. Revolta da Vacina (1904)

A Revolta da Vacina reivindicava o fim da campanha de vacinação obrigatória imposta pelo governo municipal do Rio de Janeiro no início do século XX.

Naquela época, a então capital da República vivia uma situação sanitária de extrema insalubridade, marcada pela proliferação de doenças; pela falta de saneamento básico, de rede de esgoto, de coleta de lixo, etc. Surge, então, o projeto do prefeito Pereira Passos de “modernizar a cidade”. Visando o desenvolvimento urbano e sanitário do Rio de Janeiro, este projeto executou, por exemplo, a demolição do Morro do Castelo, a construção de largas avenidas – como a Av. Rio Branco –, a demolição dos cortiços com a política do “bota-abaixo” - tipo de moradia típica no antigo Centro do Rio. Os planos de Pereira Passos resultou na remoção forçada da população que habitava a região central da cidade, que foi obrigada a se deslocar para regiões mais afastadas, como a Zona Norte, em busca de novas moradias.



Foto do desmonte do Morro do Castelo, no Centro do Rio de Janeiro.

Fonte: Arquivo Nacional

O plano de “modernizar” o Rio de Janeiro também incluía uma campanha de vacinação obrigatória contra a varíola. Liderada pelo médico Oswaldo Cruz, a campanha previa uma multa para aqueles que não se vacinassem. O caráter impositivo da campanha desagradou a população carioca: muitos desconheciam a importância da vacina para a proteção contra a doença. Em razão disso, iniciou-se uma revolta de caráter popular, marcada por disputas

entre população e forças policiais. À medida em que o movimento contra a vacina ganhava maiores proporções, acabou se tornando uma revolta contra o governo municipal, em virtude das insatisfações com a sua política. Instaurou-se uma grande onda de violência, cujo núcleo foi o atual bairro da Saúde, na região portuária. Mais de 900 prisões, 145 feriados e 30 mortes. Muitos presos foram torturados e/ou deportados para o Acre.

3. Revolta da Chibata/Marujada (1910)

Foi uma revolta protagonizada por militares da Marinha, cujo líder foi João Cândido, um marujo negro. O episódio desnudou como o racismo pautava as ações da Marinha: por mais que fosse uma das instituições que mais empregasse homens negros, sua ascensão na hierarquia militar era limitada. João Cândido e seus pares tomaram algumas embarcações e exigiram que o governo federal abolisse as chibatadas - método de tortura aplicado em marujos negros por oficiais brancos do alto escalão, que datava do período em que a escravidão ainda era vigente no Brasil. Os marinheiros lançaram o chamado “Manifesto dos Revoltosos”, em 1910:

“Ilmo. e Exmo. Sr. presidente da República Brasileira, Cumpre-nos, comunicar a V.Excia. como Chefe da Nação Brasileira: Nós, marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos, não podendo mais suportar a escravidão na Marinha Brasileira, a falta de proteção que a Pátria nos dá; e até então não nos chegou; rompemos o negro véu, que nos cobria aos olhos do patriótico e enganado povo. Achando-se todos os navios em nosso poder, tendo a seu bordo prisioneiros todos os Oficiais, os quais tem sido os causadores da Marinha Brasileira não ser grandiosa, porque durante vinte anos de República ainda não foi bastante para tratar-nos como cidadãos fardados em defesa da Pátria, mandamos esta honrada mensagem para que V. Excia. faça os Marinheiros Brasileiros possuímos os direitos sagrados que as leis da República nos facilita, acabando com a desordem e nos dando outros gozos que venham engrandecer a Marinha Brasileira; (...) Reformar o Código Imoral e Vergonhoso que nos rege, a fim de que desapareça a chibata, o bolo, e outros castigos semelhantes; (...) Tem V. Excia. o prazo de 12 horas, para mandar-nos a resposta satisfatória, sob pena de ver a Pátria aniquilada. Bordo do Encouraçado São Paulo, em 22 de novembro de 1910.”³⁹

O Parlamento aprovou o fim das chibatadas, mas os principais líderes da revolta foram deportados para a região Norte ou passaram anos presos.

39 Fonte: **BRASIL. Marinha de Guerra. Manifesto dos Revoltosos.** Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1893. Disponível em: <https://www.dominiopublico.gov.br/>. Acesso em: 8 jul. 2025.



Foto do João Cândido

Fonte: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.uol.com.br%2Fecoa%2Fultimas-noticias%2F2023%2F06%2F24%2Fquem-foi-joao-candido.htm&psig=AOvVaw3pvobNtOP6MGobQ-NQUZTL&ust=1753297171708000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CBgQjhxqFwoTCLCf0aGT0Y4DFQAAAAAdAAAAABAE>

4. Movimento operário

Muitas vezes, atribuímos apenas ao regime varguista (1930-1945) a elaboração de leis trabalhistas. Na verdade, a luta operária, iniciada durante a Primeira República, foi o verdadeiro motor das mudanças e conquistou diversos avanços antes mesmo de Getúlio Vargas assumir o poder.

A greve geral de 1917 marca o início dessa luta no Brasil. Foi iniciada em São Paulo, após a morte de um jovem trabalhador pela polícia. A capital paulista foi tomada por conflitos e tiroteios que envolveram trabalhadores da indústria têxtil e alimentícia, os ferroviários e os gráficos, além da polícia. A classe trabalhadora reivindicava melhores salários, jornada de trabalho de oito horas, direito a férias, fim do trabalho infantil, proibição do trabalho noturno para as mulheres, aposentadoria e assistência médica.

A causa operária acabou mobilizando trabalhadores em diversos cantos do país, levando ao surgimento de diversos movimentos operários. Esse fenômeno anda lado a lado com o início - ainda incipiente - da urbanização e da industrialização. A simbiose entre estes três processos resultou em importantes conquistas trabalhistas ao longo da Primeira República, como: a obrigatoriedade de indenização ao trabalhador ou à família em caso de acidente de trabalho, a aposentadoria e pensão aos trabalhadores das estradas de ferro e a estabilidade no emprego após dez anos de serviço, todos em 1919; o direito a férias, em 1925; a proibição do trabalho de crianças menores de 12 anos e do trabalho noturno para adolescentes menores de 18 anos, além do emprego de crianças ou adolescentes em trabalhos insalubres ou perigosos, em 1927; além da criação do feriado nacional de 1º de maio, em 1924.

Todos esses direitos, e outros conquistados nas décadas seguintes, foram aglutinados na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) em 1943, já durante o regime do Estado Novo de Getúlio Vargas. Ou seja, a luta operária ainda na Primeira República foi fundamental para conquistar uma série de direitos trabalhistas - vigentes até hoje - garantidos aos trabalhadores sob o formato de leis.

5. Tenentismo e a Revolta dos 18 do Forte (1922)

Para entender essa revolta, é preciso, antes, entender o Tenentismo. Durante a República da Espada, os militares tiveram uma forte presença na política, defendendo sua atuação como fundamental para a garantia da ordem e para própria fundação da república brasileira. No entanto, com o fim da República da Espada, os militares foram perdendo prestígio político para as elites cafeicultoras – grandes fomentadoras do crescimento econômico do Brasil -, que criaram um sistema político que atendia aos seus interesses - a República Oligárquica. No entanto, à medida em que se avança no século XX, esse sistema entra em crise: a partir do avanço da urbanização e da industrialização do Brasil, os setores médios urbanos entraram em ascensão, reivindicando maior reconhecimento social e espaço de atuação política.

É nesse contexto que surge o tenentismo: um movimento protagonizado por militares que visava reinserir os militares na política nacional. Os militares queriam romper com o modelo oligárquico, restaurando o prestígio que tinham nos anos iniciais da república mas, por outro lado, sem garantir uma maior representação das classes populares.

Em meio a esse cenário, surge a Revolta dos 18 do Forte, considerado o 1º episódio de expressão do Tenentismo. Orquestrada por militares alocados no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, a revolta objetivava bombardear alvos estratégicos da cidade, partindo do Forte em questão. A partir da liderança do militar Siqueira Campos, os militares tomaram as ruas do bairro, principalmente a da praia, mas foram duramente reprimidos pelas tropas governistas. Foi um combate violento que resultou na morte de 16 militares – Siqueira Campos foi um dos

sobreviventes, e acabou virando um mártir.

Além desta revolta, o movimento tenentista também teve expressão em outros estados do país, como em São Paulo, no Rio Grande do Sul, no Paraná, dentre outros. Os militares de SP também tentaram uma revolta, mas fracassaram. Partiram para o interior do Brasil, buscando congregar apoiadores à sua causa e acabaram encontrando militares gaúchos que compunham a chamada Coluna Prestes (1924-1927). Liderada pelo militar Luis Carlos Prestes, a Coluna Prestes foi um movimento composto por militares que defendia a causa tenentista. Ela percorreu vários estados (MS, RS, PR, MA, TO, PE, BA) até o Paraguai, totalizando um percurso de 25.000km.

O tenentismo exerceu grande influência no cenário político da época. Foi um movimento fundamental para restaurar o prestígio dos militares enquanto agentes políticos. Não obstante, os militares exerceram um papel importante na Revolução de 1930, um golpe que reivindicava e consolidou o fim da República Oligárquica.

CAPÍTULO 12. ERA VARGAS (1930-1945)

A REVOLUÇÃO DE 30

A Revolução de 1930 foi o movimento político-militar que determinou o fim da Primeira República (1889 – 1930). Orquestrado como um golpe de Estado que depôs o presidente Washington Luís, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes, sob alegação de fraude eleitoral, e colocou no poder Getúlio Vargas. O movimento foi articulado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, em conjunto com o movimento tenentista. Também contribuíram a favor do movimento, o desgosto popular em função da crise econômica de 1929 e o assassinato do político paraibano João Pessoa.

Até 1930 a política no Brasil era conduzida pelas oligarquias de Minas Gerais e São Paulo, por meio de eleições fraudulentas e que mantinham o país sob controle, num regime econômico agroexportador. As elites paulista e mineira alternavam a presidência da República elegendo candidatos que defendiam seus interesses (Política do Café com Leite). O modelo funcionou até os demais estados brasileiros crescerem em importância e reivindicarem mais espaço no cenário político brasileiro. Por outro lado, a Crise de 1929, atingiu a economia brasileira, provocando desemprego e dificuldades financeiras. O fato do Brasil ser um país de monocultura cafeeira fez que a crise fosse profunda, pois as exportações do produto caíram vertiginosamente. Igualmente, havia o descontentamento de oficiais de baixa patente do exército, os quais desejavam derrubar as oligarquias e instaurar uma nova ordem no Brasil.

No início de 1929, Washington Luís nomeou o presidente de São Paulo, Júlio Prestes, como seu sucessor pelo Partido Republicano Paulista. Esta medida foi apoiada por presidentes de 17 províncias. A indicação de Júlio Prestes rompia com a alternância de poderes entre Minas e São Paulo, por isso Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, não deram suporte à Prestes. Estas províncias se aliaram aos políticos de oposição e criaram a Aliança Liberal, apoiando como candidato à presidência do Brasil o presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas e, para vice-presidente, o presidente da Paraíba, João Pessoa.

Apesar da campanha por Vargas, foi o candidato Júlio Prestes do Partido Republicano Paulista que venceu as eleições. Diante dos resultados, a Aliança Liberal alegou fraude e rejeitou a validade das eleições. Pouco tempo depois, em julho de 1930, João Pessoa, o candidato a vice-presidente pela Aliança Liberal, foi assassinado em Recife. Acredita-se que o crime tenha ocorrido por razões pessoais e ligadas à política paraibana, mas a morte do candidato transformou-se numa questão nacional e foi considerado por alguns historiadores como o estopim da Revolução de 30.



Aspecto do funeral de João Pessoa no Rio de Janeiro, 6 e 7 de agosto de 1930.

Fonte: Acervo FGV CPDOC

As denúncias de fraude eram corriqueiras em todo o país. Os registros de eleitores não eram confiáveis, sendo comuns os casos de mortos que ressuscitavam nas urnas. Depois do pleito, era frequente a falsificação das atas de juntas eleitorais, isso sem falar na violência que ocorria nas redondezas onde havia seções eleitorais, coagindo adversários políticos.

Após dois meses de articulações políticas e de preparativos militares, o movimento da Revolução de 30 eclodiu com ações militares ocorrendo simultaneamente no Rio Grande do Sul e Minas Gerais, depois expandindo para o Nordeste. O objetivo imediato é derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito em 1º de março. No dia seguinte aos ataques, Vargas divulgou manifesto convocando o povo gaúcho às armas: "Estamos diante de uma contrarrevolução para readquirir a liberdade, para restaurar a pureza do regime republicano".

Enquanto os rebeldes da Aliança Liberal colecionam vitórias e seguem para a capital da República, Washington Luís se recusa a deixar o cargo. A situação alcança o Rio de Janeiro, o Alto Comando das Forças Armadas assume o controle dos quartéis e manda um ultimato

ao presidente. O presidente disse que não renunciaria e que só sairia dali morto. Apesar da bravata, os militares determinaram o cerco ao palácio Guanabara — onde o presidente morava e não saía há dias. Sem alternativa, Washington Luís abdicou, deixou o palácio, seguiu para o forte de Copacabana, onde ficou preso. Deixaria o país exilado, um mês depois. Em poucos meses a revolução já era vitoriosa em quase todo o país. Iniciava-se a Era Vargas.

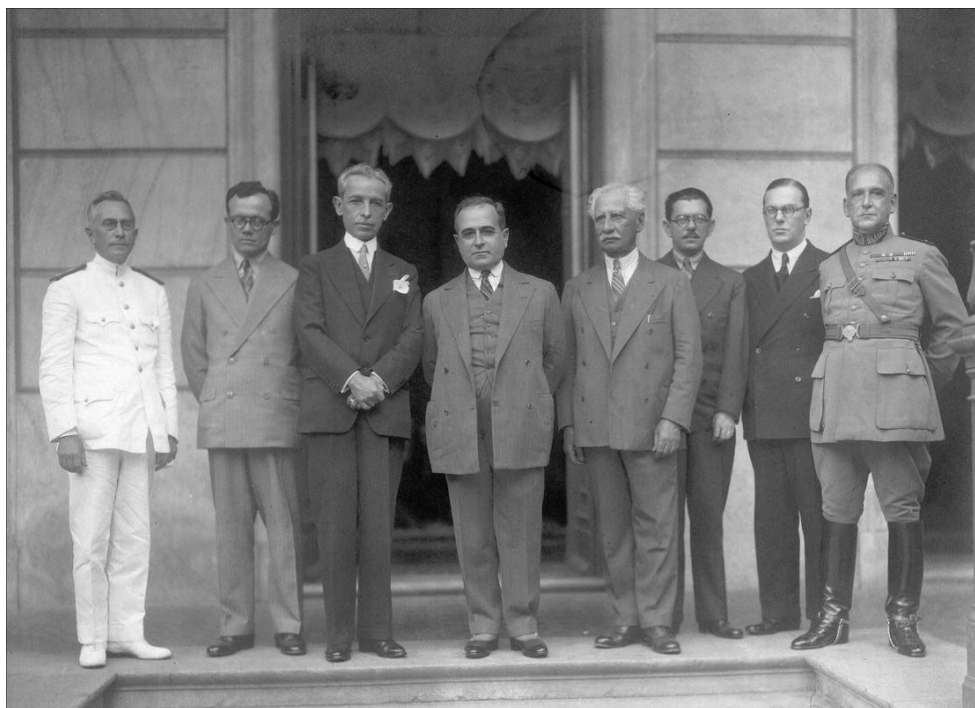
A Era Vargas corresponde ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil em três momentos:

- Governo Provisório: 1930-1934
- Governo Constitucional: 1934-1937
- Estado Novo: 1937-1945

GOVERNO PROVISÓRIO

O Governo Provisório caracterizou-se pelo início do processo de centralização do poder, pela eliminação dos órgãos legislativos em nível federal, estadual e municipal e ausência de eleições. Getúlio Vargas assinou um decreto dissolvendo o Congresso Nacional e determinando que o Governo Provisório exerceria também as funções do Poder Legislativo, até que, eleita a Assembleia Constituinte, fosse estabelecida uma nova organização constitucional do país. Vargas nomeou interventores federais em todos os estados, com exceção de Minas Gerais. Os governos do Rio Grande do Sul e de Pernambuco foram designados aos líderes revolucionários locais, enquanto os demais estados passaram a ser comandados por “tenentes”.

Também foram criados novos ministérios como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde, ambos em 1930. Desses, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio se destacava ao criar leis trabalhistas e legalizando a situação dos sindicatos, colocando-os sob seu controle, mas pouco tempo depois volta a ser proibido centrais sindicais e a cobrança de impostos. Com o dinheiro da contribuição o governo sustentava líderes sindicais de classes pouco organizadas (pelegos) e esses davam apoio ao governo em troca. Em 1932 criou-se a Carteira de Trabalho para identificar o trabalhador, essa virou símbolo do período varguista.



Getúlio Vargas e seu ministério no Palácio do Catete – Isaias Noronha, José Américo, Afrânio de Melo, Getúlio Vargas, Assis Brasil, Francisco Campos, Lindolfo Collor e José Fernandes, 3 de novembro de 1930.

Fonte:Acervo FGV CPDOC

No aspecto econômico o período se destaca pelo começo do processo de industrialização por todo o país. Vargas também pôs fim no Convenio de Taubaté e criou o Conselho Nacional do Café (CNC) que tinha como função minimizar o impacto econômico do excesso da produção de café, comprando o produto e queimando-o quando necessário.

A oligarquia cafeeira paulista, prejudicada com a Revolução de 30, começou a questionar o novo regime chamando-o de ditadura, pois ainda não haviam feito uma Assembleia Constituinte. Em São Paulo, cresce o movimento pedindo eleições presidenciais e uma Constituição. Após assassinato de estudantes que tentavam invadir a sede de um jornal simpático ao governo a situação foge do controle e inicia-se então a **Revolução Constitucionalista** de 1932, uma guerra civil que duraria três meses com vitória das forças de Vargas.

Mesmo com a derrota militar os paulistas conseguiram alguns de seus objetivos, foi nomeado um interventor paulista para a região de São Paulo como desejavam os oligarcas, Vargas também elaborou um novo Código Eleitoral, estabeleceu o voto secreto, reconheceu o direito de voto feminino e instituiu a Justiça Eleitoral e por fim convocou eleições para a Constituinte. Promulgada a nova carta, ela se assemelhava a Constituição de 1891, mas com algumas alterações: o federalismo foi reduzido, os partidos passaram a ser nacionais e o Código Eleitoral foi incorporado a constituição. A Assembleia também deveria eleger indiretamente o próximo presidente e o escolhido foi Vargas.

GOVERNO CONSTITUCIONAL

Por meio do voto indireto dos deputados da Constituinte, Getúlio Vargas foi eleito como presidente da nação, superando os candidatos oposicionistas. A superioridade da quantidade de votos recebida por Vargas (175 votos contra 71 para a oposição) demonstrava o interesse dos parlamentares na continuidade da orientação política adotada durante o governo provisório.

Durante a fase constitucional do governo Vargas foram iniciadas práticas educativas, principalmente, com a finalidade de propaganda do novo regime. Assim, fomentaram-se publicações de livros com temáticas nacionais, produções cinematográficas e programas de rádio exaltando uma identidade nacional. Essas produções culturais eram fiscalizadas e censuradas pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), criado em 1934. O rádio e o cinema foram as principais mídias de massas estimuladas, pois não necessitavam da alfabetização do público.

A constituição de 1934 foi feita com objetivo de garantir mudanças idealizadas pelo movimento de 1930, entre elas estava uma reforma eleitoral. O voto se tornou secreto, buscando enfrentar as práticas de voto de cabresto e as fraudes e foi ampliado para incluir as mulheres. A luta pelo sufrágio feminino, como movimento organizado, começou décadas antes da constituição de 1934 e sua vitória se dá em grande parte a força do movimento feminista urbano. Já haviam estados e cidades em que mulheres poderiam votar, como é o caso de Natal, no Rio Grande do Norte, em que o sufrágio feminino existia desde 1928.



Primeiras eleitoras do Brasil na cidade de Natal, 1928. Natal, Rio Grande do Norte

Fonte: Acervo Arquivo Nacional

Apesar disso, ainda haviam limitações no direito ao voto, pessoal analfabetas, pessoas em situação de rua e militares de baixa patente continuaram sem poder votar. A gratuidade do ensino primário também foi uma das metas estabelecidas na Constituição, e visava melhor formar

o trabalhador nacional. Foi também nesse momento que se consolidaram como constitucionais os direitos trabalhistas como jornada de 8 horas diárias, proibição do trabalho de menores de 14 anos e férias anuais remuneradas.

O período constitucional foi marcado pela intensificação dos conflitos políticos. Os grupos antagônicos que mais conflitavam na época eram a **Aliança Nacional Libertadora (ANL)** e a **Ação Integralista Brasileira (AIB)**. A Aliança Nacional Libertadora tinha ligação com o Partido Comunista do Brasil, liderado por Luís Carlos Prestes, seus principais objetivos eram realizar a reforma agrária, nacionalizar empresas, suspender o pagamento da dívida externa, garantir a liberdade de expressão e instaurar um governo popular. Tinham por lema “Pão, terra e liberdade”;

A Ação Integralista Brasileira foi criada em 1932 por Plínio Salgado e inspirou-se no fascismo italiano: defendeu o corporativismo e o nacionalismo, e rejeitou as ideias liberais e socialistas. Tinha por lema “Deus, pátria e família” e sua saudação era o Anauê!

Em 1935 ocorreu a **Intentona Comunista**, inspirada pelos movimentos comunistas em todo o mundo, foi um levante militar ocorrido no Rio de Janeiro, Recife e Natal, liderado por Luís Carlos Prestes. O objetivo era realizar uma tomada do poder para retirar o governo atual e instaurar um governo socialista. O movimento só obteve algum sucesso na tomada de poder foi em Natal, instalando um governo popular, mas que durou apenas 3 dias. O movimento fracassou, assim como o movimento constitucionalista de 1932, porém, serviu como pretexto político para a radicalização do regime varguista.

Em 1935, a Aliança Nacional Libertadora foi acusada de ser controlada por agentes internacionais e decretada ilegal pela Lei de Segurança Nacional. Em resposta a esse decreto, em novembro de 1935, ocorreram as sublevações nos quartéis militares nos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Recife. A partir das Revoltas de 1935 iniciaram-se as perseguições políticas do regime varguista aos opositores, sobretudo, aos militantes de esquerda, com a prisão de milhares de sindicalistas, intelectuais e militares. Os integralistas aproveitando-se da instabilidade na política nacional forjaram um documento dizendo que os comunistas planejavam assumir o governo do país e cometer atentados contra vários políticos. Esse documento falso ficou conhecido como **Plano Cohen** e foi utilizado como justificativa para o fechamento do Congresso e a decretação do Estado Novo. Nesse período Luís Carlos Prestes é preso e sua esposa Olga Benário é presa e deportada para a Alemanha nazista, aonde é colocada em campo de concentração por ser judia.

CORREIO DA MANHÃ — Sexta-feira, 1 de Outubro de 1937

As instrucções do Komintern para a acção dos seus agentes contra o Brasil

O tenebroso plano foi apprehendido pelo Estado-Maior do Exercito

O Estado Maior do Exercito apprehendeu os planos de acção organizados pelo Komintern para orientação dos seus agentes no Brasil.

Trata-se de uma série de instrucções destinadas a preparar e levar a effeito um golpe comunista conforme se verá do resumo que a seguir divulgamos:

Vejamos.

O fracasso de 1935

No "capítulo segundo" das novas "Instrucções e programma de acção do Partido Comunista para o Brasil" depois de uma explanação sobre os motivos determinantes do fracasso da Intentona de 1935 e da afirmação de que os erros dessa época, "em hypothese alguma", deverão ser repetidos, alude ao desenvolvimento de um plano de agitação das massas, necessário ao golpe de mão sobre os quartéis. As massas deverão ser "agitadas tecnicamente".

A planificação da violencia

Acerrescenta esse documento a necessidade de crear nos meios revolucionarios os reflexos para a "violencia util e completa". Mais adiante diz que a "violencia deve ser planificada, deixando de lado qualquer sentimentalismo não só favoravel aparentemente ao ideal revolucionario, como também á piedade commum; isto significa que certos individuos, por exemplo, que devam ser eliminados, só pelo facto de serem contrarios á nossa revolução, todavia nada favorecem de pratico com o seu desapparecimento; outros na apparencia não muito contrarios, com a sua eliminação offerecem resultados praticos de grande alcance".

A matança dos chefes militares

Referem-se as "Instrucções" ao facto de não haver sido usada essa tecnica no 3º R. I. do que resultou a demora que determinou a derrota dos amotinados. Passa em seguida ao que os revolucionarios comunistas devem fazer nos quartéis e navios: "Especialmente no que se refere a forças armadas é necessario, no plano de acção descer ao detalhe minimo: cada official suspeito á revolução deverá ter um homem responsavel pela sua eliminação, eliminação esta que será feita, sob pena de morte do encarregado, na hora aprazada. Quanto aos sargentos, todos aquelles, com prestigio na tropa quer pela sua intelligencia e preparo, quer pela sua valentia e que sejam adversarios devem ser incluídos no plano de eliminação".

Agitação de operarios e estudantes

governos provindos ou não de eleições".

As reivindicações proletarias

Entram agora no campo do proletariado. As reivindicações violentas dizem elles, não dão resultado "porque a maioria dos operarios é de gente pacifica, temerosa de conflitos e não adextrada na luta". Fala-se então em explorar a carestia da vida, e que esse circumstancia, absolutamente incompreensivel para as massas", nos fornece as principaes armas do combate para a agitação proletaria. As nossas massas proletarias "incultas, sem nenhuma combatividade, não "devem ser applicados os processos que tem sido applicados ás massas europeas cultas e articuladas pela pratica da syndicalização". Acrescentam as "Instrucções que é necessario educar os operarios para que façam "petições collectivas e por escripto, do augmento de salarios aos patrões, pedidos estes vaziados numa linguagem do mais absoluto respeito aos patrões e ás autoridades em geral, appellando para os sentimentos christãos e a generosidade e patriotismo do governo e dos dirigentes das industrias". Não attendidas suas petições, que pedem quasi sempre o inextinguivel, explorar a irritação da classe, e organizar as marchas collectivas até que a massa, já irritada esteja em "condições melhores para ser lançada a uma greve violenta e tecnicamente preparada".

Nessa parte as "Instrucções" entram em detalhes sobre como deve ser feita uma greve em grande estylo, ás portas de ser desencadeada uma revolução comunista. Preparação secreta, de que nem os operarios terão conhecimento senão no momento da execução.

Incendios de casas de familia

Cogitam os comunistas de um "Comitê dos Incendios", para atacar simultaneamente casas de familias incendiando-as afim de obrigar o Corpo de Bombeiros a agir em varios pontos, tornando-se inutil como força militarizada para a defesa da ordem. "Em cada rua principal do bairro deverá ser ateado fogo a um predio, no minimo", concluem as "Instrucções".

Os incendiarios, dois ou tres no maximo, "disfarçados em matamosquitos ou qualquer outro meio entrarão na casa armados do material proprio, e de surpresa lançarão fogo á mesma.

Empastelamento de jornaes —

Saques — Violação de mulheres

"A acção nas massas civis visa manifestações populares violentas, condução das massas para as re-

dações dos jornaes antipathicos e consequentes empastelamentos.

Nos bairros as "massas deverão ser conduzidas aos saques e ás depredações, nada poupando para augmentar cada vez mais a sua excitação que deve ser mesmo conduzida a um sentido nitidamente sexual afim de atrahilas com facilidade; convencidos de que todo aquelle luxo que os rodeia, — predios elegantes, carros de luxo, mulheres, etc. constituem um insulto á sua sordidez e falta de conforto e que chegou a hora de tudo aquillo lhe pertencer sem que haja o fantasma do estado para lhe tomar conta".

Tudo isso só contra brasileiros!

Tudo isso é dirigido contra os brasileiros porque era um item que manda garantir os estrangeiros:

"Respeitar de modo absoluto as embaixadas estrangeiras; — neste sentido um membro do comitê central deverá se dirigir pessoalmente ou por telephone ás embaixadas e delegações pedindo o hasteamento das bandeiras respectivas e cartazes ou boletins, impressos com antecedencia e espalhados durante o movimento, deverão aconselhar os estrangeiros a se recolherem ás suas legações e embaixadas".

Compleando as "Instrucções", o Partido Comunista designa os processos de usar metralhadoras em varios pontos da cidade, os methodos de estabelecer os choques das suas forças com os militares que se conservarem fieis ao governo, a pratica na distribuição de munições de guerra aos seus adeptos, o assalto aos avioes para atacar a cidade, para atirar bombas nos navios e mettel-os a pique, e volta ao plano das violencias pessoais: "No plano das violencias, deverão figurar, como já ficou dito atrás, os homens a serem eliminados e o pessoal encarregado desta missão. Todavia, tão importantes quanto estes, serão os refens, que em caso de fracasso parcial servirão para collocar em cheque as autoridades". "Em caso de fracasso os refens deverão ser fuzilados". Esses refens, entre outros serão os ministros de Estado, membros da magistratura, etc.

A partir de amanhã, pela "Hora do Brasil" será divulgada na integra o plano da acção comunista, contra o nosso país.

Assim, diariamente será lido um dos capitulos do plano apprehendido pelo Estado Maior do Exercito, na ordem seguinte:

- 1º — Acção preliminar;
- 2º — Directrizes para a acção pratica;
- 3º — Technica de greve moderna;
- 4º — Acção milliar.

"Correio da Manhã" de 1 de outubro de 1937, anunciando a "apreensão" do Plano Cohen pelo Estado-Maior do Exército. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A próxima eleição seria realizada em 1938 por meio do voto popular direto, contudo não ocorreu. A instabilidade política no país e a Grande Depressão econômica ameaçavam a manutenção das políticas liberais, assim, os setores conservadores recorreram a medidas centralizadoras e à implantação da ditadura do Estado Novo em 1937 sob a liderança de Getúlio Vargas.

ESTADO NOVO

Dado como um governo estabelecido por vias golpistas, o Estado Novo foi implantado por Getúlio Vargas sob a justificativa de conter uma nova ameaça de golpe comunista no Brasil. Para dar ao novo regime uma aparência legal foi redigida uma nova constituição, pouquíssimo tempo após a última constituição, inspirada por itens das constituições fascistas italiana e polonesa. Conhecida como Constituição Polaca, a nova constituição ampliou os poderes presidenciais, dando a Getúlio Vargas o direito de intervir nos poderes Legislativo e Judiciário. Além disso, os governadores estaduais passaram a ser indicados pelo presidente, partidos políticos foram extintos e as eleições suspensas.

As greves e manifestações contrárias ao Governo foram proibidas e se intensificou a censura aos meios de comunicação. As perseguições aos opositores se intensificam, com prisões, torturas e assassinatos. A justificativa para essas ações era a suposta ameaça comunista organizada no país. Mesmo tendo algumas diretrizes políticas semelhantes aos governos fascistas, não é possível simplificar o Estado Novo como uma mera imitação dos mesmos. O estado nesse período agia de forma autoritária, mantinha os interesses das oligarquias e burguesia industrial, assim como era organizado a partir de uma estrutura hierárquica militar. Apesar disso, não havia apenas um único partido funcionando, a violência não escalonou da mesma forma que na Europa no mesmo período e o governo realizava políticas públicas que visavam melhorar as condições de vida da população, com garantias de direitos hoje considerados básicos.

Pesquisadores como Ângela de Castro Gomes, Jorge Ferreira e outros, analisam esse período como conservador, autoritário e envolvido pelo fenômeno do trabalhismo. Nesse fenômeno, é observado uma relação de troca, mesmo que desigual, entre a classe trabalhadora e os políticos. Mesmo em condições adversas, há o entendimento de que o trabalhador possui demandas e o apoio político só se concretiza como retribuição após o atendimento de necessidades concretas.

A relação entre a população trabalhadora e a figura de Vargas foi construída pelo governo, a partir de propagandas de exaltação ao líder. Entre os novos órgãos criados pelo governo, o **Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)** era responsável por controlar os meios de comunicação da época e propagandear uma imagem positiva do governo. Já o Departamento Administrativo do Serviço Público, remodelou a estrutura do funcionalismo público prejudicando

o tráfico de influências, as práticas nepotistas e outras regalias dos funcionários.

As ações paternalistas de Vargas, dirigidas às classes trabalhadoras, foram de fundamental importância para o crescimento da burguesia industrial da época. Ao conter o conflito de interesses dessas duas classes, Vargas dava condições para o amplo desenvolvimento do setor industrial brasileiro. Além disso, o governo agia diretamente na economia realizando uma política de industrialização por substituição de importações.

Nessa política de substituições, o Estado seria responsável por apoiar o crescimento da indústria a partir da criação das indústrias de base. Tais indústrias dariam suporte para que os demais setores industriais se desenvolvessem, fornecendo importantes matérias-primas. Várias indústrias estatais e institutos de pesquisa foram criados no período. Entre as **empresas estatais** criadas por Vargas, podemos citar a Companhia Siderúrgica Nacional (1940), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Fábrica Nacional de Motores (1943) e a Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945).

Em 1939, com o início da Segunda Guerra Mundial, uma importante questão política orientou os últimos anos do Estado Novo. No início do conflito, Vargas adotou uma postura contraditória: ora apoiando os países do Eixo, ora se aproximando dos aliados. Com a concessão de um empréstimo de 20 milhões de dólares, os Estados Unidos conquistaram o apoio do Brasil contra os países do Eixo. A luta do Brasil contra os regimes totalitários de Adolf Hitler e Benito Mussolini gerou uma tensão política que desestabilizou a legitimidade da ditadura varguista.

Durante o ano de 1943, um documento intitulado Manifesto dos Mineiros, assinado por intelectuais e influentes figuras políticas, exigiu o fim do Estado Novo e a retomada da democracia. Acenando favoravelmente a essa reivindicação, Vargas criou uma emenda constitucional que permitia a criação de partidos políticos e anunciava novas eleições para 1945. Nesse meio tempo surgiram as seguintes representações partidárias: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrata (PSD), ambos redutos de apoio a Getúlio Vargas; a União Democrática Nacional (UDN), agremiação de direita opositora de Vargas; e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que saiu da ilegalidade decretada por Getúlio. Em 1945, as medidas tomadas pelo governo faziam da saída de Vargas um fato inevitável. Os que eram contrários a essa possibilidade, organizaram-se no chamado **Movimento Queremista**, pois queriam a manutenção de Vargas no poder. Apesar de toda a violência e opressão durante a Era Vargas, o movimento queremista ganhou expressividade política.



“Movimento Queremista”, em 1945.

Fonte: CPDOC/FGV

Mesmo contando com vários setores favoráveis à sua permanência, inclusive de esquerda, Getúlio aceitou passivamente a deposição, liderada por militares, em setembro daquele ano. Dessa maneira, Getúlio Vargas pretendeu conservar uma imagem política positiva, ele passou a ideia de que era um líder político favorável ao regime democrático. Essa estratégia e o amplo apoio popular, ainda renderam a ele um mandato como senador, entre 1945 e 1951, e o retorno democrático ao posto presidencial, em 1951.

CAPÍTULO 13:

REPÚBLICA ENTRE DITADURAS (1945 – 1964)

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, com a derrota do nazismo os ideais democráticos retomaram impulso em grande parte do mundo ocidental. No Brasil isso pode ser observado após a renúncia de Getúlio Vargas, em 1945, foi estabelecido o fim da ditadura do Estado Novo e iniciou-se um período de democratização no país que durou 19 anos. A **democracia** foi estabelecida como o regime político do país. A República foi mantida como forma de governo, a Federação como forma de Estado e o Presidencialismo como sistema de governo. Porém a instabilidade política desse período demonstra a fragilidade que a democracia brasileira se encontrava, apenas dois dos cinco governos conseguiram completar seu mandato.

ELEIÇÕES E CONSTITUIÇÃO DE 1946

Organizaram-se eleições gerais e diretas no país, pela primeira vez em anos para múltiplas instâncias do governo. Para a presidência da República foi eleito o general Eurico Gaspar Dutra que teve como principal concorrente o brigadeiro Eduardo Gomes. Para os cargos legislativos, foram eleitos deputados federais e senadores, sendo Getúlio Vargas um dos senadores, eleito com uma quantidade expressiva de número de votos. O Partido Comunista saiu da ilegalidade e vários de seus líderes e membros, muitos haviam saído das prisões, obtiveram uma larga votação nos centros urbanos. Luíz Carlos Prestes chegou a ser eleito ao senado, assim como uma expressiva bancada do partido para a Câmara de Deputados. Possuindo uma grande quantidade de militantes, o Partido Comunista do Brasil tornou-se um dos mais fortes partidos comunistas da América Latina.

Esses parlamentares eleitos se reuniram em uma Assembleia Constituinte, onde elaboraram a nova Constituição do país. Instalada em 2 de fevereiro de 1946 a Assembleia Constituinte era composta por representantes dos principais partidos políticos da época, o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UND), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Após meses de trabalho legislativo, em 18 de setembro de 1946 foi promulgada a quinta **Constituição Brasileira** que vigorou até 1967. Uma Constituição que buscava se afastar do perfil autoritário da Constituição de 1937 e retomar aspectos liberais da Constituição de 1934. Dessa forma, ao contrário da centralização de poderes que ocorria no Estado Novo, a nova Constituição conferia poderes ao Legislativo, ao Executivo e ao Judiciário, para que atuassem de modo independente em busca do equilíbrio de forças.

O **direito ao voto** foi reforçado, com a confirmação do voto secreto e “universal” para os maiores de 18 anos que fossem alfabetizados. Continuava sem direito ao voto os analfabetos, os cabos e os soldados. Importante lembrar que os analfabetos representavam cerca de 50% da população brasileira na época.

Em relação aos **direitos trabalhistas**, houve uma preservação da legislação trabalhista construída na Era Vargas, acrescentando como novidade a garantia constitucional do direito de greve. Porém, para exercer esse direito os trabalhadores dependiam de uma avaliação da justiça.

Foi estabelecido nessa época que o mandato presidencial teria duração de cinco anos, sendo proibida a reeleição. Os deputados teriam mandato de quatro anos, com reeleição permitida e os senadores teriam mandato de oito anos, sendo três para cada estado da federação.

Em relação aos direitos dos cidadãos, houve uma garantia constitucional de direitos fundamentais, como liberdade de pensamento, de crença religiosa, de expressão, de locomoção e de associação para fins lícitos.

GOVERNO DUTRA (1946 – 1951)

Com o apoio de Vargas, Dutra conseguiu o impulso político necessário para ser eleito com 55% dos votos. Seu governo foi marcado pela aliança política entre o PSD e o PTB, apresentando aspectos conservadores, principalmente em relação aos movimentos sociais, como por exemplo ao restringir o direito a greve.

O clima de Guerra Fria foi uma das grandes questões que marcaram o governo Dutra que buscou uma aproximação com os Estados Unidos. Como reflexo desta política houve o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética e o Partido Comunista começou a sofrer perseguição, com a Câmara dos Deputados, em 1948, cassando os mandatos de todos os parlamentares comunistas eleitos democraticamente.

No plano econômico interno, Dutra procurou colocar em prática o primeiro planejamento global da economia brasileira, o **Plano Salte** (saúde, alimentação, transporte e energia) que foi abandonado ainda em 1949 por falta de investimentos internos e externos. Esse foi um período de fraco desempenho econômico, com uma enorme inflação, em razão do aumento da emissão de papel-moeda e uma grande abertura para as importações.

GOVERNO GETÚLIO VARGAS (1951 - 1954)

Em 1951, após apenas 6 anos após o fim do Estado Novo, Getúlio Vargas foi eleito

presidente do Brasil. Sua eleição

O programa de desenvolvimento nacional de Vargas defendia que o estado tinha um papel fundamental a cumprir. Sendo assim a segunda presidência de Vargas foi marcada pelo nacionalismo e pelo intervencionismo estatal na economia, trazendo insatisfações ao empresariado nacional e ao capital internacional.

Seguindo esse caminho foi organizado em seu governo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), entre outras políticas. No ano de 1951 foi lançado programa, que mobilizou uma grande parte a população, em busca de evitar interferência estrangeira no petróleo brasileiro. Tinha como slogan “**O Petróleo é nosso**”, resultando em 1953 na criação da Petrobrás – empresa de capital misto, parcialmente estatal mas também admitia investimentos privados, responsável pela exploração e o refino do petróleo no Brasil. Vargas planejava também a criação da Eletrobrás, com o objetivo de fazer o mesmo para a geração e distribuição de energia elétrica. A ideia era tirar o país do atraso econômico e diminuir a dependência em relação ao capital estrangeiro, defendendo o mercado interno e as riquezas nacionais. Também propôs, no ano de 1954, um reajuste de 100% no salário mínimo, como forma de compensar as perdas salariais, em virtude da inflação.



Cartaz alusivo à criação da estatal do Petróleo.

Fonte: Memorial da Democracia

A aplicação de uma política nacionalista, bem como a aproximação de Vargas à classe trabalhadora, preocupava a classe dominante. Temia-se a criação de uma República Sindicalista, como na Argentina com Perón. Um dos principais líderes da oposição a Vargas era o jornalista do “Tribuna da Imprensa”, Carlos Lacerda, que denunciava uma série de irregularidades do governo. Lacerda também era o porta-voz dos setores ligados ao capital estrangeiro. Neste contexto ocorreu o **atentado da Rua Toneleiros**, uma tentativa de assassinar Carlos Lacerda, resultando na morte do major da aeronáutica Rubens Vaz. Os resultados da investigação apontaram que Gregório Fortunato – chefe de segurança do presidente - como o responsável pelo acontecimento.

Embora nunca tenha ficado provado a participação de Getúlio Vargas no episódio, este foi acusado pelos opositores como o mandante do atentado. Em 23 de agosto o vice-presidente, Café Filho rompeu com o presidente e no mesmo dia, o Exército divulgou um manifesto exigindo a renúncia de Vargas. Pressionado e acuado, sem perspectiva de concluir seu mandato presidencial, Vargas pratica seu último ato político, na madrugada de 24 de agosto, Getúlio Vargas suicidou-se com um tiro no coração. Deixando ao seu lado uma carta-testamento em que denunciava uma tentativa de golpe contra ele pela oposição. A partir disso surgiram diversas manifestações públicas de apreço a Vargas e desprezo a oposição representada principalmente pela UDN e Carlos Lacerda, que acabou deixando o país temporariamente.



Traslado do corpo de Getúlio Vargas do Rio de Janeiro para o enterro em São Borja, 24 de agosto de 1954.

Fonte: Correio da Manhã.

Após a morte de Vargas, o vice-presidente Café Filho assumiu o poder até as próximas eleições em 1956. O período de governo de Café Filho apresentou um momento de crise política. Café Filho foi afastado da presidência, por motivos de saúde, assumindo o presidente da Câmara de Deputados, Carlos Luz. Este era do PSD, da ala conservadora, e inimigo político de Juscelino Kubitschek que havia sido eleito próximo presidente do Brasil. Ficou evidente uma tentativa de um golpe para impedir a posse de JK. Henrique Lott, um defensor da legalidade constitucional e da posse dos candidatos eleitos, antecipou-se aos golpistas. Lott não assinou o pedido de demissão e organizou um contra-golpe. Ordenou que as tropas fossem às ruas, reassumiu o poder e afastou Carlos Luz da presidência. Assim a presidência foi entregue ao presidente do Senado, Nereu Ramos, que governou até a posse de Juscelino Kubitschek em 31 de janeiro de 1956.

GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHKE (1956 – 1961)

Apesar de toda a instabilidade política o governo de JK foi de relativa estabilidade, uma das possíveis explicações seria o apoio dos militares com a manutenção do Henrique Lott no ministério da guerra, somado a uma série de benefícios ofertados aos militares e a aliança PSD-PTB que garantiu a maioria no Congresso Nacional. Foi um governo marcado pelo grande desenvolvimento econômico, de forma a construir sua política nacional-desenvolventista o governo anunciou o **Plano de Metas**, que tinha como lema “50 anos de progresso em 5”. Uma série de objetivos a serem alcançados em diversas áreas como energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação.

O modelo do nacional desenvolvimentismo organizava-se num **tripé econômico**, defendendo a atuação do estado na economia, porém também contava com investimentos da iniciativa privada e buscava atrair investimentos estrangeiros. Dessa forma o capital estatal ficaria responsável pelos investimentos nas indústrias de base e energia, o capital privado nacional investiria nas indústrias de bens de consumo não duráveis e o capital estrangeiro seria o responsável pelas indústrias de bens de consumo duráveis que era um setor ainda inexistente no Brasil.

A realização do Plano de Metas acabou por contribuir para um processo de industrialização dominado por empresas estrangeiras (multinacionais) que adquiriram um controle de setores chaves da economia nacional como maquinaria pesada, alumínio, setor automobilístico e construção naval.

Dessa forma, a política econômica de JK acarretou um processo inflacionário, em razão da intensa emissão monetária, e a política de abertura ao capital estrangeiro resultou em remessas

de lucros e royalties ao exterior.

Apesar de o modelo incluir ideais de maior integração nacional, as grandes indústrias que se instalaram no país, principalmente automobilística e de eletrodomésticos (bens de consumo duráveis), concentraram-se na região Suldeste. As elites políticas nordestinas questionaram isso, resultando na criação da Sudene (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), porém não conseguiram atingir os objetivos. Soma-se a isso a falta de preocupação do governo com a questão da concentração de terras, não demonstrando interesse por uma reforma agrária. Dessa forma, a própria população rural se organizou por meio de **Ligas Camponesas**, com o slogan “reforma agrária na lei ou na marra”. Devido a este contexto houve uma ampliação na imigração de nordestinos para a região Sudeste, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo.

O período de JK também foi marcado pela construção de uma nova capital que se tornaria **Brasília**. Com projeto do arquiteto Oscar Niemeyer e planejamento urbanístico de Lúcio Costa, Brasília foi uma cidade planejada e construída numa região rural e pouco populosa, no Centro-Oeste do Brasil. Um dos objetivos era promover uma maior integração nacional por meio de uma malha rodoviária que atenderia também os interesses da indústria automobilística.



Fotografia aérea de Brasília em 17/08/1969.

Fonte: Museu Aeroespacial/Brasiliiana Fotográfica.

Durante esse governo não há como negar as transformações que ocorreram no país como a finalização do projeto de industrialização iniciado ainda na Era Vargas, a continuidade e expansão do processo de urbanização. A produção industrial cresceu 80%, porém a demanda ainda não era suprida pela oferta, o que gerou crescimento da inflação. A era JK foi também

marcada por crises políticas, ocorrendo duas tentativas de golpe: o levante de Jacareacanga e o de Aragarças – insurreições por parte de alguns militares. No final de seu governo a dívida externa brasileira aumentou consideravelmente, levando o país a buscar ajuda com o Fundo Monetário Internacional (FMI), porém JK decide romper com o FMI, numa estratégia política de criar uma imagem ainda próxima do nacionalismo.

GOVERNO JÂNIO QUADROS (1961)

Com as eleições de 1960 Jânio da Silva Quadros foi eleito presidente, tendo como partido político a UDN e como vice-presidente João Goulart, da coligação PSD/PTB. Seu caráter populista e performático em um contexto marcado por tensões da Guerra Fria, fez desse curto governo (apenas 8 meses) um dos mais importantes do período anterior ao Golpe de 64. Sua campanha eleitoral se tornou famosa pelo uso da vassoura como símbolo do fim da corrupção e como forma de passar uma imagem de um “homem comum” e não de um político.

Jânio Quadros assume a presidência em um contexto de grave crise financeira: intensa inflação, crescimento da dívida externa e déficit na balança de pagamentos. Visando restabelecer o equilíbrio financeiro do país, Jânio realizou um reajuste cambial, restringiu os créditos, incentivou as exportações e congelou os salários. Iniciou a apuração de denúncias de corrupção administrativa e nomeou uma comissão para definir a limitação da remessa de lucros para o exterior.

No campo externo, Jânio Quadros procurou estabelecer uma **política externa independente dos Estados Unidos**, aproximando-se dos países socialistas ao restabelecer as relações diplomáticas com a União Soviética, enviou o vice-presidente à China e prestigiou a Revolução Cubana, ao condecorar com a Ordem do Cruzeiro do Sul um de seus líderes, Ernesto “Che” Guevara. Semelhantes atitudes preocuparam os norte-americanos e a classe dominante nacional. A oposição ao governo tinha seu principal representante em Carlos Lacerda, anticomunista, líder da UDN e governador do Rio de Janeiro, principalmente ao ver a aproximação com a União Soviética e Cuba.

Ambas políticas (interna e externa) não agradavam as elites e políticos brasileiros, com medidas impopulares e falta de apoio no Congresso. Entre as políticas internas, seu breve governo executou normas conservadoras e moralistas, como a proibição das rinhas de galo, a proibição de menores de 18 anos em programas de rádio ou televisão e censura ao uso de biquíni nas praias. Políticas que se revelaram impopulares entre a população e políticos. A figura de Jânio Quadros era polêmica e confusa para o cenário político, o que fez com que ele perdesse apoio rapidamente. Essa confusão, muitas vezes vista como contradições entre conservadorismo e progressismo, pode ser simbolizada por essa foto tirada em 1961.



Jânio Quadros em Uruguaiana (RS), em 21 de abril de 1961. Foto de Erno Schneider.

Fonte: Agência Senado

Sem apoio político, Jânio acabou **renunciando** no dia 25 de agosto de 1961 – após sete meses de governo, logo em seguida o ex presidente foi para o exílio na Europa. Sua renúncia nunca foi satisfatoriamente explicada, porém acredita-se que a ameaça de uma renúncia seria usada como forma de tentar negociar com o Congresso. A renúncia gerou uma grave crise política envolvendo a posse, ou não, de seu vice-presidente João Goulart.

GOVERNO JOÃO GOULART (1961 – 1964)

O governo de João Goulart, que tinha o apelido nos meios sindicais de Jango, foi marcado desde o início pela ameaça de golpe de Estado, não era bem-visto pela elite nacional e pelas Forças Armadas e houve um movimento de tentar impedir sua posse após a renúncia de Jânio. Era tido como agitador e com tendências comunistas. Para uma parcela da população, principalmente a elite e grupos militares, representava uma ameaça a “segurança nacional” trazendo risco às instituições democráticas do país. Sob estas alegações, os ministros militares pediram ao Congresso Nacional a permanência de Raniere Mazzilli na presidência, que assumiu interinamente visto que Jango estava na China. Contra a tentativa de golpe o governador do Rio Grande do Sul e cunhado de João Goulart, Leonel Brizola, liderou a chamada “campanha de legalidade”, que buscava garantir a posse de João Goulart.



Capa da revista “Fatos & Fotos”, edição de 9 de setembro de 1961.

Fonte: Memorial da Democracia

Para conciliar as duas correntes, favorável e contra a posse, o congresso Nacional aprovou um ato adicional em 02 de setembro de 1961, estabelecendo o sistema parlamentarista no Brasil. Com o parlamentarismo os poderes do presidente foram limitados, até que se realizasse um plebiscito sobre a manutenção do sistema, previsto para 1965, após o governo de Goulart. Este novo parlamentarismo, diferente do implementado durante o império, o primeiro ministro não tinha um papel simbólico, ele exercia de fato sua função e o presidente tinha seus poderes bastante reduzidos. Assim, Jango começou seu governo sendo limitado pelo sistema parlamentarista, sendo assim seu primeiro movimento foi tentar reverter isso e recuperar os poderes presidenciais. Para isso era necessário ganhar confiança daqueles politicamente moderados sem perder o apoio da esquerda (sua base). Em julho de 1962 o governo parlamentarista já encontrava-se em crise, com o primeiro ministro Tancredo Neves se demitindo, a fim de concorrer para governador nas eleições de 1962. Em meio a uma evidente instabilidade política, com dificuldades de encontrar alguém para substituir Tancredo e um movimento forte pelo retorno do presidencialismo, o plebiscito foi remarcado para janeiro de 1963, dois anos antes do primeiro prazo. O fracasso do parlamentarismo se confirmou com o resultado do plebiscito sendo favorável ao retorno do presidencialismo.



Jango e outras autoridades cumprimentam os participantes do congresso dos camponeses de Belo Horizonte, em dezembro de 1961. Fonte: Arquivo Nacional

Inicia-se uma segunda fase do governo de João Goulart, sem uma limitação grande como no parlamentarismo, essa foi marcada pela execução do chamado **Plano Trienal**, que buscava combater a inflação e realizar o desenvolvimento econômico. O plano deveria ser acompanhado de uma série de reformas estruturais, denominadas **reformas de base**, que incluía a reforma agrária; a reforma eleitoral, estendendo o direito de votos aos analfabetos; a reforma educacional, ampliando o número de vagas nas escolas e faculdades públicas; a reforma urbana, que pretendia oferecer assistência aos moradores de favelas e cortiços; e a reforma tributária, procurando limitar a remessa de lucro e diminuir a disparidade da desigualdade social.

O governo se via pressionado pelos dois lados, pela direita, que estava preocupada com os rumos tomados pelas reformas de base e pela esquerda, que estava reivindicando pois não concordava com o encaminhamento das reformas. A maioria dos integrantes da UDN se aproximou da linha militar que se opunha a Jango, integrando a Ação Democrática Parlamentar, um grupo conservador que posteriormente teria um papel em incentivar o golpe de 64. As forças armadas e a classe média alta também se encontravam como oposição ao governo, Jango representava uma ameaça para eles. Na medida que o governo parecia radicalizar e tornar-se mais instável, esses grupos de oposição firmavam uma convicção de que só um movimento armado colocaria fim ao caos e ao avanço do temido comunismo. Ao mesmo tempo e do outro lado da esfera política, o PCB sofria com rupturas, se dividindo em dois e surgindo um novo partido, o PC do B. Nos movimentos rurais o mais relevante continuava sendo as Ligas Camponesas, enquanto nos centros urbanos, o movimento operário voltou a ganhar força, com os sindicalistas se posicionando a favor de Jango. Já a Igreja se encontrou dividida, parte apoiando Jango e parte contra o governo, sendo os opositores agentes importantes na mobilização que resultou no apoio ao Golpe de 64.

CAPÍTULO 14: DITADURA CIVIL-MILITAR (1964 – 1985)

O golpe de 1964 estabeleceu o fim do período democrático iniciado em 1946, segundo os novos comandantes do país, a intervenção militar seria de caráter provisório para restabelecer a ordem social, conter o avanço do comunismo e da corrupção e retomar o crescimento econômico. Porém a supressão da democracia não foi provisória. Durante **21 anos**, a sociedade brasileira viveu sob o comando de governantes militares. Até 1985, dois marechais e três generais se sucederam na presidência da República – Castello Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo – contando com o apoio de várias lideranças civis. O regime militar era autoritário, aplicando censuras, perseguições, torturas e assassinatos. Porém buscava construir uma aparência de legalidade, mantendo o congresso aberto, em boa parte do tempo, e por meio da troca de presidentes ao longo do período. Foi vendida uma imagem construída para legitimar o golpe e a repressão.

Uma das principais características dos governos militares foi o **autoritarismo**, num processo que restringia as liberdades democráticas, com uma série de políticas. Entre elas se destacam os **Atos Institucionais (AI)**: conjunto de normas superiores, promulgadas pelo poder público federal, que se sobrepunham até mesmo à Constituição Federal. Nesse período, muitos brasileiros que se opunham a essa situação foram perseguidos, exilados, torturados ou mortos pelos órgãos de repressão política. De acordo com a Comissão Nacional da Verdade (instituição criada por lei apenas em 2011, com o objetivo de apurar as violações dos Direitos Humanos ocorridas durante o período da ditadura), 50 mil pessoas tiveram a cidadania violada durante a ditadura militar.

Outro aspecto que caracterizou os governos militares foi um afastamento do nacionalismo reformista que marcou os governos de Vargas e Goulart. Em seu lugar, foi adotado um modelo econômico baseado na aliança de três grupos, a burocracia técnica estatal (militar e civil), os grandes empresários estrangeiros e os grandes empresários nacionais. Este é um dos motivos de alguns historiadores se referirem a este período como uma **ditadura civil-militar**.

GOLPE MILITAR DE 1964

A ideia de se fazer comícios nacionais para anunciar as reformas havia nascido em janeiro de 1964, com o objetivo de criar uma mobilização popular e pressionar o Congresso a aprovar as reformas de base. O Comício da Central do Brasil no Rio de Janeiro em março de 1964 foi um sucesso de mobilização popular, com participação de diversos líderes políticos, dirigentes sindicais e líderes estudantis. Diante de 200 mil trabalhadores, Jango reforçou sua promessa de reforma agrária, lançou a ideia de uma “reforma urbana” e decretou a nacionalização das refinarias

particulares de petróleo. O descontentamento da oposição com a política do governo Jango aumentou e em reação os grandes empresários, proprietários rurais, setores conservadores da Igreja Católica e a classe média urbana se uniram para realizar uma manifestação contra o governo chamada de **Marcha da Família com Deus e pela Liberdade**. Enquanto isso, os militares se dividiam entre aqueles que apoiavam uma intervenção, os golpistas, e aqueles que defendiam a constituição, os legalistas.



Na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, no Rio de Janeiro, manifestantes exibem faixas contra o comunismo, em defesa da família, catolicismo e liberdade.

Fonte: Memorial da Democracia

Em 31 de março de 1964, no auge da insatisfação, explodiu a rebelião das Forças Armadas contra o governo João Goulart. O movimento militar teve início em Minas Gerais, apoiado pelo governador mineiro Magalhães Pinto. Em seguida, os golpistas contaram com a adesão de unidades militares de São Paulo, do Rio Grande do Sul e do antigo estado da Guanabara, em que o general Olympio Mourão Filho colocou a guarnição de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro. Todo esse movimento foi feito sob apoio dos EUA, que estava enviando uma frota de sua marinha para o porto de Santos (SP), a partir da Operação Brother Sam. A participação dos estadunidenses na Ditadura Militar não foi exclusivo do Brasil, com a CIA, agência de inteligência dos EUA, envolvida com diversos golpes militares em toda a América Latina. Sem condições de resistir ao golpe militar, o presidente João Goulart deixou Brasília em 1º de abril de 1964, passou pelo Rio Grande do Sul e, em seguida, foi para o Uruguai no dia 2 de abril, como exilado político. Era o começo do período de governos militares.

Apesar de que grupos de oposição a Goulart não estarem inteiramente articulados,

concordavam com a derrubada e afastamento de Jango, o golpe ao mesmo tempo que foi uma decisão do momento, mas que vinha sido pensada a muitos anos. É importante destacar que não se deve entender o golpe como um movimento exclusivamente militar, mas sim como um golpe civil-militar, que reuniu uma grande parte da sociedade civil contra o presidente que era acusado de facilitar a infiltração comunista no país.



Tanques circulam nas ruas do Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1964, concretizando a tomada do Governo pelos militares. Fonte: Arquivo/Agência O Globo

A junta militar golpista que assumiu o poder publicou, no dia 09 de abril de 1964, o **Ato Institucional (AI-1)** determinando:

- a eleição indireta para presidente da república e eleições diretas para outubro de 1965 (inicialmente acreditava-se que a intervenção militar seria temporária)
- fortalecimento do executivo
- cassações de mandatos e direitos políticos de qualquer cidadão
- fechamento de organizações como as Ligas Camponesas, União Nacional dos Estudantes e Comando Geral dos Trabalhadores
- manutenção da constituição de 1946
- manutenção do Congresso; suspensão da imunidade parlamentar
- o fim da vigência do AI-1 em 31 de janeiro de 1966

A partir disso, a repressão foi iniciada, com perseguições que tinham como objetivo

“limpar” o regime de seus adversários. Desde o início essas perseguições envolveram prisões arbitrárias, afetando líderes de esquerda, membros do PTB, estudantes, jornalistas e intelectuais de oposição. Com um congresso sem a presença da oposição perseguida foi eleito como presidente da república o general Humberto Castelo Branco.

GOVERNO CASTELO BRANCO (1964 – 1967)

O governo Castelo Branco deveria durar apenas um ano, como o próprio presidente prometeu, até as próximas eleições presidenciais. O governo e os militares alegavam que esse era o tempo necessário para realizar a “limpeza” desejada. Porém o mandato de Castelo Branco durou de forma autoritária, até 1967.

Nesse momento o regime ainda não era fechado, como seria após o AI-5, com uma imprensa conservando relativa liberdade. Os abusos de autoridade foram contidos comparado com o que viria em seguida, com o foco maior nas cassações e repressão da oposição. Porém, houve perseguições e intervenções no movimento estudantil e nas universidades; no movimento operário, dentro dos sindicatos; no campo de forma mais violenta; no governo, com a cassação e perseguição de políticos da oposição, como por exemplo Jango, Brizola, Jânio Quadros e JK, que fugiram do país.

Em relação à política externa, Castelo Branco rompeu com o que foi estabelecido pelos governos anteriores, promovendo novamente uma aliança com os Estados Unidos. Alegava que o Brasil precisava de uma política de parceria com os EUA no sentido de proteger as “tradições cristãs e democráticas da sociedade”. Dessa forma os militares romperam com a aproximação com o bloco socialista.

Uma das primeiras ações do governo militar foi anular as reformas de base propostas por Jango. Criou-se o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) que buscava combater a inflação, adotando medidas de cortar gastos públicos, restringir o crédito privado e reduzir salários. Foi fundado o Banco Central em 1964 como forma de controlar as operações financeiras do país, também foi criada uma nova moeda, o cruzeiro-novo. Essas e outras decisões facilitavam as demissões, com os operários praticamente obrigados a aceitar salários menores, havia a possibilidade de negociar com os patrões porém mesmo levando para os tribunais, estes favoreciam os patrões pois serviam ao governo. No mesmo ano também foi criada a Lei de Greve que tornava a paralisação dos trabalhadores praticamente impossível.

Como forma de combater o pouco crescimento econômico, Castelo Branco facilitou a entrada de capitais estrangeiros no país, oferecendo benefícios às multinacionais. Aos poucos a economia começou a se recuperar, a inflação abaixou, porém houve um custo social alto, principalmente na população mais pobre.

Em 1965 houve eleições para governador, houve algumas vitórias da oposição em estados

estratégicos. Isso foi usado como justificativa de que o governo precisava ser mais rígido. A partir disso foi implantado em outubro de 1965 o **Ato Institucional 2** estabelecendo eleições indiretas, em definitivo, para presidente e vice-presidente; a extinção de todos os partidos políticos existentes e a criação de um sistema bipartidário. Os novos partidos criados foram o **ARENA (Aliança Renovadora Nacional)** e o **MDB (Movimento Democrático Brasileiro)**. O primeiro se constituiu como um partido que apoiava o governo militar, recebendo adesão, principalmente, de políticos da extinta UDN. O segundo ficou como um partido de oposição consentida, do qual se filiaram muitos políticos do PTB e do PSD. Ao forçar a união de diversos partidos de oposição em uma única partido, o governo enfraquecia o MDB e facilitava o caminho pra consolidação do ARENA.

Poucos meses depois foi executado o **Ato Institucional 3**, estabelecendo eleições indiretas para governadores de estado e prefeitos de municípios que fossem considerados áreas de segurança nacionais, o que incluía as capitais de estados. Em janeiro de 1967 foi a implantação do Ato Institucional 4, com o objetivo de aprovar uma nova constituição. A **Constituição de 1967** adotava a legislação criada ao longo dos três anos de regime militar, enfraquecendo o poder legislativo e fortalecendo o poder executivo federal, que passava a legislar por meio da simples edição de decretos-leis. A ditadura começava a se assumir como um regime autoritário.

GOVERNO COSTA E SILVA (1967 – 1969) E O AI-5

Dentro do governo os militares se dividiram em duas correntes, **os moderados ou castelistas e aqueles da linha-dura**. Enquanto os primeiros defendiam uma intervenção militar temporária e consideravam o golpe um “mal necessário”, os que se enquadravam na linha-dura defendiam um regime militar longo, afirmando que “a revolução não tem prazo”. As eleições indiretas de Costa e Silva foram consideradas por alguns um “golpe dentro do golpe”, pois sua candidatura foi imposta independente da vontade do presidente e seu grupo de apoio. Essa eleição significou o afastamento de alguns políticos que apoiaram o golpe e de uma parcela da população civil que esperava o retorno da normalidade política em 1967.

O novo governo rompeu com o anterior, não mantendo ninguém e ampliando o número de militares em cargos importantes. Com o MDB limitado em sua ação, lideranças nacionais de oposição começaram a organizar um movimento de oposição que não tivesse relacionado diretamente à partidos. Numa articulação improvável e inesperada, Jango, JK e Carlos Lacerda, que apesar de defender o golpe foi cassado em 1965, anunciaram no Uruguai (devido ao exílio), a formação de uma Frente Ampla contra a continuidade da ditadura.

Ao mesmo tempo ocorria um movimento de contracultura, nas artes como um todo diversas obras com discursos contrários a Ditadura foram lançados, muitos se utilizando do

subtexto ou de indiretas. Sendo assim parte da sociedade civil se organizou contra a ditadura em diversas manifestações, com participação de nomes importantes do cenário artístico nacional. Uma das tragédias que mobilizou muitas pessoas foi o assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto pela polícia militar que havia sido chamada para reprimir uma manifestação estudantil organizada por alunos da UFRJ. Seu velório foi acompanhado por milhares de pessoas na Candelária. A indignação vinha crescendo e contribuíram para uma mobilização maior, a **Passeata dos Cem Mil**, realizada em 25 de julho de 1968 no centro do Rio de Janeiro. A mobilização também se encontrava nas artes que desde o governo de JK vinham ganhando cada vez mais espaço, na música com nomes como Chico Buarque e Gilberto Gil, com o movimento Tropicália e no cinema com Glauber Rocha e o movimento do Cinema Novo.



Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro, fotografia de Evandro Teixeira, 26 de junho de 1968.

Fonte: Arquivo Nacional

No dia 13 de dezembro de 1968 foi anunciado o **Ato Institucional 5 (AI-5)**, o AI mais violento de todo o regime e que ao contrário dos anteriores não contava com prazo para expirar, durando até 1979. O AI-5 estabeleceu:

- fechamento do Congresso Nacional pelo presidente, que poderia legislar em seu lugar
- suspensão dos direitos políticos e garantias constitucionais do cidadão, incluindo habeas corpus
- intervenção do governo federal nos estados e municípios
- possibilidade de o presidente decretar estado de sítio, sem aprovação do legislativo
- oficialização e ampliação da censura prévia
- novas cassações de mandatos

O AI-5 foi uma grande vitória da linha-dura e reforçava a dificuldade de combater o regime militar apenas por meios institucionais. Alguns movimentos de resistência armada já tinham surgido antes, entretanto foi somente com o AI-5 que os movimentos de guerrilha urbana e rural começaram a se ampliar e ganhar mais expressão.

Em 1969, um ano após o anúncio do AI-5, Costa e Silva sofreu um derrame e ficou paralisado, impossibilitado de governar. O vice-presidente, o civil e advogado Pedro Aleixo, foi impedido de tomar posse pelos militares. Aleixo foi o único membro do governo que se opôs ao AI-5. Como solução, ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica criaram uma **Junta Militar**, por meio de mais atos institucionais, como o AI-12, passaram a, temporariamente, governar o país. Durante o governo provisório da Junta Militar foram editados outros atos institucionais, estabelecendo a pena de morte em alguns casos. Apesar da pena de morte não ter sido formalmente aplicada, há casos de execuções ao longo de sessões de torturas.

GOVERNO MÉDICI (1969 – 1974):

ANOS DE CHUMBO E O “MILAGRE ECONÔMICO”

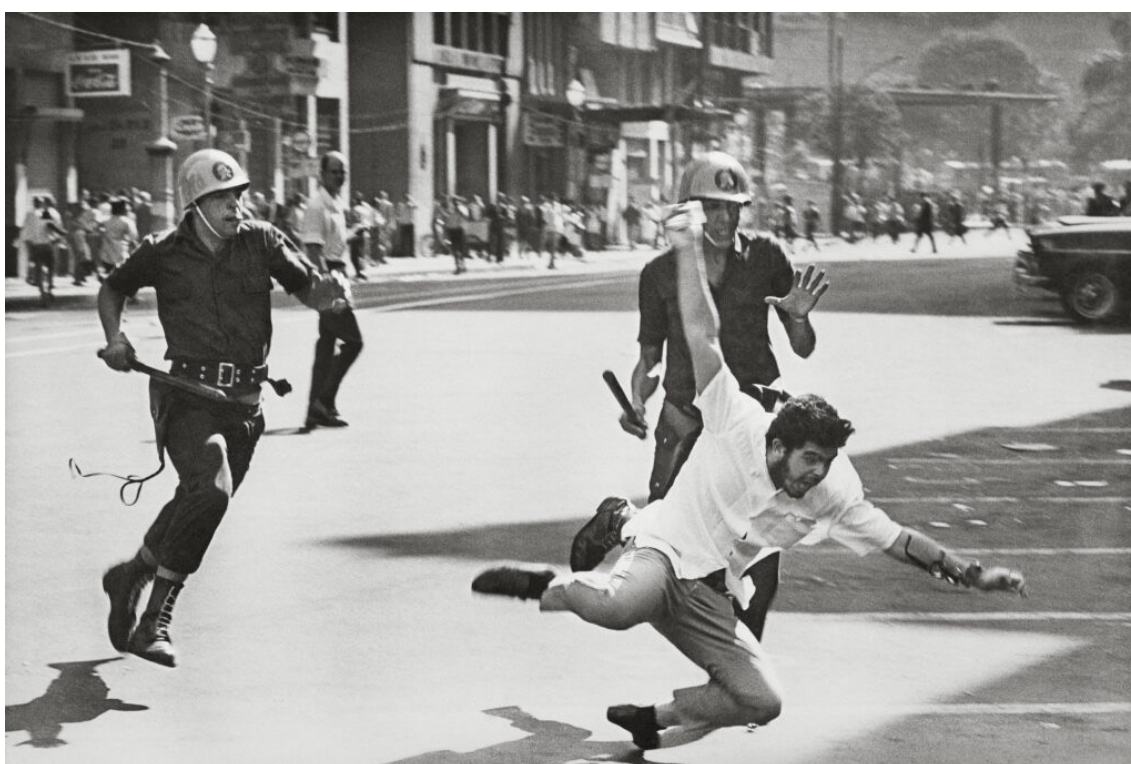
O governo Médici foi conhecido por uns como o ápice da ditadura, período de crescimento econômico que para a elite e classe média foi conhecido como “**anos dourados**”. Enquanto para a população e oposição foi o período com a repressão mais forte, sendo conhecido como os “**anos de chumbo**”. Emílio Garrastazu Médici foi o primeiro presidente a efetivamente utilizar o AI-5 por um longo período de tempo.

Existiam movimentos de **guerrilhas** desde o início da década de 1960, porém a medida que os governos militares foram aumentando a repressão, esses grupos foram se organizando e adotando uma postura mais radical. Esse processo alcançou o auge durante o governo Médici, entre 1969 e 1973, tanto em ambientes urbanos quanto nos rurais. A luta armada das guerrilhas foi inspirada por movimentos como a Revolução Cubana, a Revolução Chinesa e a Guerra do Vietnã. A partir disso surgiram guerrilhas rurais, porém a maioria foi reprimida com violência, sendo o maior e mais duradouro movimento de guerrilha rural a Guerrilha do Araguaia, que contava com membros ligados ao PCdoB (Partido Comunista do Brasil). Porém o grupo foi destruído em 1975 numa grande operação militar.

Nos centros urbanos o sucesso das guerrilhas foi maior. A guerrilha urbana tinha como grupo de maior destaque a **ALN (Aliança Libertadora Nacional)** que surgiu a partir de uma racha no PCB. O grupo era liderado por Carlos Marighella, atuando principalmente nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro, o que alcançava maior visibilidade. Outros grupos de destaque foram o MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro), o PCRBR (PCB Revolucionário) e a VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares). Esses grupos organizaram diversas ações, como sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick no Rio de Janeiro pelo ALN e MR-8, trocando-o por 15 prisioneiros políticos que foram enviados para o

México. Uma das características problemáticas dos movimentos de guerrilha foi a dificuldade destes em dialogar com as classes populares, que muitas vezes acabavam encarando eles da forma que a imprensa tratava, como terroristas e bandidos.

Como forma de combater isso os militares optaram por ampliar os serviços de informação, criando órgãos como o **DOPS (Departamento de Ordem Política e Social)**, o **DOI-CODI (Departamento de Operações Internas – Comando de Operações de Defesa Interna)** e os Centros de Informação do Exército, Marinha e Aeronáutica. Estes passaram a ser fundamentais na estratégia de combate aos movimentos de guerrilha urbana, se infiltrando e passando informações ao governo como forma de reprimir a oposição. Além desses, foi criado a **OBAN (Operação Bandeirantes)** com o objetivo de coordenar o trabalho de diferentes grupos de inteligência. Sua maior operação foi a que resultou na morte do líder guerrilheiro e um dos chefes da ALN, Carlos Mariguella em 1969. Esses órgãos tornaram-se espaços de repressão violenta, tortura e desrespeito aos direitos humanos, segundo os militares tudo, inclusive a tortura, era justificado na luta contra o comunismo. A partir de todo esse aparato de repressão, ao final do governo Médici, os movimentos de guerrilha estavam enfraquecidos e praticamente derrotados.



Caça ao estudante durante a Sexta-feira Sangrenta – Evandro Teixeira

Fonte: Acervo IMS

No plano econômico o período do governo Médici ficou conhecido como “**milagre econômico**”, de onde surgiu a suposta fama de “anos dourados”. Adotando o mesmo modelo tripé de JK, a economia cresceu em ritmo acelerado, com grande entrada do capital estrangeiro.

Houve uma modernização do parque industrial brasileiro, uma ampliação e criação de empresas estatais em diversas áreas e uma inflação moderada para o período. Com isso o governo investiu em “**obras faraônicas**”, como ficaram conhecidas, incluindo a ponte Rio-Niterói e a rodovia Transamazônica. Porém esse era um modelo de capitalismo que não demonstrava preocupação com questões sociais ou ecológicas. A classe média se beneficiou, porém ocorria um processo de concentração de renda em que os ricos ficavam mais ricos e os pobres mais pobres, aumentando o abismo econômico e social entre as classes no Brasil. Além disso em 1973 com a queda do preço do barril de petróleo a entrada do capital estrangeiro desacelerou e o governo continuou e aumentou a dívida externa. Os preços dessa política econômica afetaram o país por décadas, prejudicando a economia e aumentando a desigualdade social, até que se recuperasse completamente. Dessa forma, o uso dos termos “milagre econômico” e “anos dourados” esconde os prejuízos e consequências das políticas econômicas feitas nesse período.

A repressão não é limitada a violência física, a ditadura também utilizou de outras estratégias. Uma foi o uso de propaganda política ideológica como forma de deixar a população alheia ao que acontecia e garantir um apoio ao regime. A censura era uma ferramenta essencial nesse processo, cortando as críticas ao governo, exigindo que só transmitissem o positivo, aos poucos convencendo a população de que o país se encontrava numa ótima fase. Nas escolas reproduzia-se um sentimento ufanista, por meio de aulas como Educação Moral e Cívica. O slogan mais famoso da ditadura foi criado nesse período “**Brasil, ame-o ou deixe-o!**”, implicando que os exilados perseguidos tivessem deixado o país por não amá-lo.

GOVERNO ERNESTO GEISEL (1974 – 1979): “ABERTURA LENTA, GRADUAL E SEGURA”

Assim como Castelo Branco, no momento de sucessão presidencial, Médici não conseguiu deixar um representante de sua linha de governo, a linha dura. Dessa forma, em 1974 foi eleito indiretamente o general Ernesto Geisel, que se aproximava da linha mais moderada de Castelo Branco. Com o “milagre econômico” entrando em crise, era necessária uma liderança que tivesse experiência em administrativa como Geisel. O novo presidente assumiu o governo prometendo retomar o crescimento econômico e restabelecer a democracia. Apesar de haver grupos militares que não concordavam, em seus pronunciamentos Geisel usava a expressão “**distensão lenta, segura e gradual**”, ou seja, o regime militar promoveria uma abertura política e ao mesmo tempo, controlaria todo o processo. Importante refletir sobre que segurança era essa da expressão, ela se referia aos próprios militares, políticos e instituições que apoiaram a Ditadura. Mesmo que lenta e controlada, a abertura realmente começou, como por exemplo em

relação a censura à imprensa que se afrouxou, permitindo um certo crescimento das oposições.

A segurança dos militares era uma das preocupações, uma vez que não queriam nenhum tupo de investigação sobre os excessos cometidos durante a ditadura, principalmente em relação aos crimes contra os direitos humanos ao combater a oposição. Utilizavam como justificativa que este era um período similar ao período de guerra e por isso seus atos seriam justificáveis.

Em outubro de 1975 ocorreu um fato que obteve uma grande repercussão em todo o país, o jornalista **Vladimir Herzog** foi intimado a comparecer para prestar depoimento no DOI-CODI de São Paulo, devido a uma suspeita de ter ligações com o PCB. Herzog acabou morrendo dentro dos quartéis do II Exército. Sua morte foi apresentada pelos militares como um suicídio por enforcamento, sendo montada uma cena para criar veracidade e tentar esconder a tortura e assassinato ocorrido. Não era a primeira vez que algo assim acontecia, porém com o abrandamento da censura e a mobilização de grupos de oposição se tornava mais difícil abafar o caso. Geisel reagiu punindo o responsável pelo II Exército que foi demitido do posto de general. Era uma derrota para os militares da linha dura.

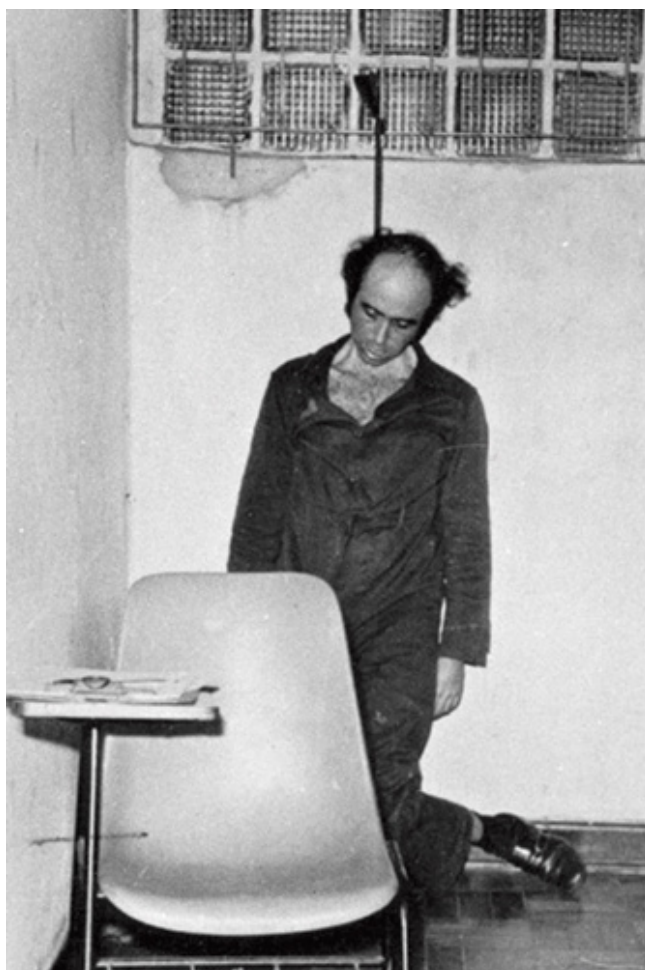


Imagem do jornalista Vladimir Herzog no DOI-CODI de São Paulo

Fonte: Instituto Vladimir Herzog

Dessa forma, Geisel se preocupava em controlar e combater tanto a oposição política externa quanto a oposição interna, entre os militares. A disputa entre o MDB e o ARENA se intensificou com o crescimento da participação do MDB no governo que, por sua vez, tentava evitar e frear essa representatividade da oposição dentro do Congresso. Uma série de estratégias foram implementadas, incluindo o fechamento do Congresso por um tempo e o mandato do presidente aumentado para seis anos. A oposição se mobilizou com parte da população exigindo uma anistia “ampla, geral e irrestrita” a todos os presos políticos, exilados e cassados. Outra disputa era por uma nova Constituição. Ambas exigências só se tornariam realidade nos governos seguintes. Diante da crescente pressão política e da sociedade civil, o Congresso aprovou uma proposta que revoga o AI-5 a partir de 1979. Sendo assim, o governo não poderia mais fechar o Congresso, cassar os direitos políticos dos cidadãos, nem demitir funcionários públicos livremente e o direito de habeas corpus foi restaurado.

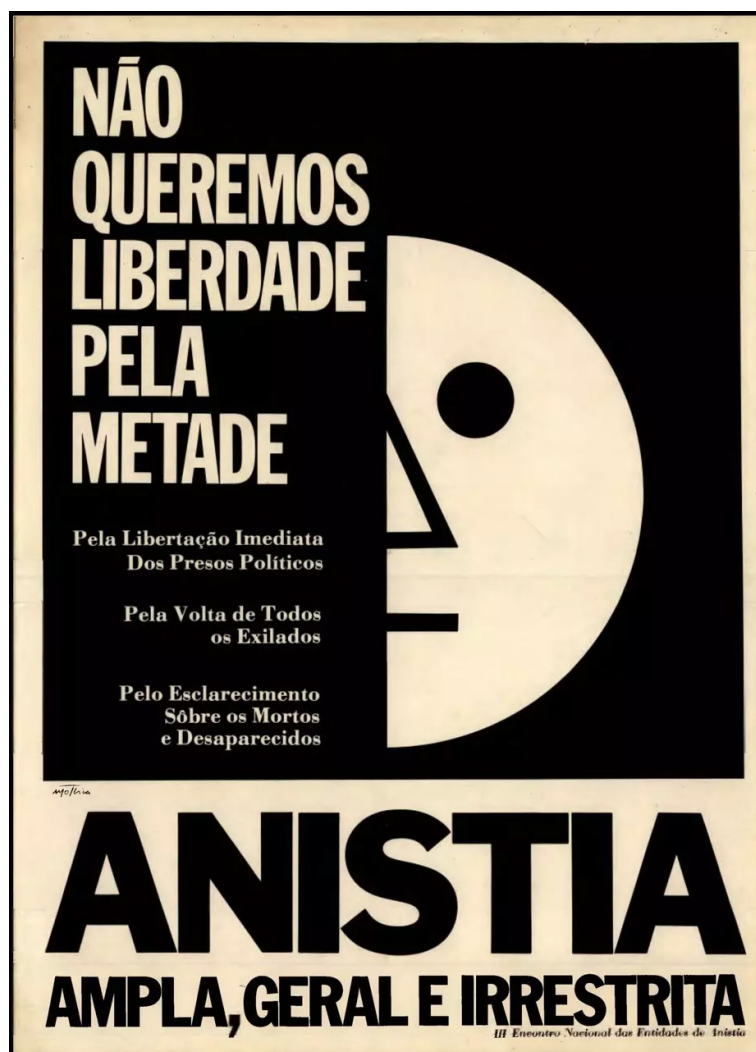
Assim a oposição conseguiu se reorganizar e retomou a crescer na mobilização da população civil. Os sindicatos voltaram a ganhar força e organizar greves como forma de reivindicação. Em 1979, mais de 3 milhões de trabalhadores entraram em greve, entre as lideranças se destacava o metalúrgico Luis Inácio da Silva, o Lula.

Economicamente, o governo Geisel manteve o modelo econômico anterior, porém com projetos de alto custo, a utilização de empréstimos de bancos internacionais aumentava, assim como a dívida externa brasileira. A abertura também afetou a economia, com o governo buscando atrair outros investimentos além dos EUA, como o Japão, alguns países europeus e até mesmo alguns do bloco comunista como a China e a Angola.

GOVERNO FIGUEIREDO (1979 - 1985): LEI A ANISTIA E AS DIRETAS JÁ

Geisel escolheu como seu sucessor o general João Baptista Figueiredo, eleito de forma indireta, assumiu o cargo em março de 1979, com o objetivo de dar continuidade ao processo de abertura política “lenta, gradual e segura”.

As pressões pela anistia continuaram e em 28 de agosto de 1979 o governo sancionou a **Lei da Anistia**, aplicada a todos que cometeram crimes políticos ou eleitorais e àqueles que sofreram restrições em seus direitos políticos em virtude dos Atos Institucionais, entre setembro de 1961 e agosto de 1979. Porém a lei não agradou por completo a sociedade civil, uma vez que excluía do benefício aqueles que foram condenados por crimes considerados pelo governo como atos de terrorismo, ao mesmo tempo que anistiava os militares que torturaram e cometeram abusos. Apesar de campanhas e manifestações contra, a lei não sofreu alterações. Em setembro do mesmo ano, começaram a retornar do exílio líderes e militares da oposição, entre eles Leonel Brizola, Miguel Arraes, Luís Carlos Prestes e Fernando Gabeira.



Cartaz do Encontro Nacional das Entidades de Anistia, 1979

Fonte: Memórias da Ditadura/ Arquivo do Senado

Ainda em 1979 o governo iniciou a reforma partidária, aprovando a **Nova Lei Orgânica dos Partidos** que extinguiu o MDB e a ARENA e instituiu o pluripartidarismo. Obrigando a utilização da palavra “partido” no nome, transformando o MDB em PMDB, o ARENA alterou o nome para PDS (Partido Democrático Social), surgiram também o PDT (Partido Democrático Trabalhista) liderado por Leonel Brizola; o PT (Partido dos Trabalhadores) tendo em Lula uma de suas lideranças; o PTB que já não tinha a mesma relevância que nos tempos de Vargas; e o PP (Partido Popular) de opositores conservadores como Tancredo Neves.

Diante do processo de abertura, a linha dura resolveu agir com o objetivo de fechar o regime novamente. Em 1980 e 1981, diversos atos de terrorismo foram executados, com bombas explodindo em sedes de jornais da oposição, na Câmara dos Vereadores no Rio de Janeiro e na sede da OAB. O atentado de maior repercussão ocorreu dia 1º de maio de 1981 no Riocentro, no Rio de Janeiro, durante um show de música uma bomba foi detonada na central

de energia do local e outra explodiu no colo de um sargento que se preparava para colocá-la sob o palco.

Além dessas tragédias e dificuldades políticas com a linha-dura, o governo Figueredo teve que enfrentar problemas econômicos. O governo teve que lidar com a segunda crise do petróleo, a partir de 1979, o que novamente levou a uma grande redução da entrada de capital estrangeiro no país. A inflação cresceu ao ponto de sair do controle, com a dificuldade de captar recursos no exterior, o governo emitia mais papel moeda internamente, estagnando a economia. No entanto, essa situação não afetou tanto as camadas mais ricas, mas atingiu com força as camadas mais pobres que já sofriam desde a época do “milagre”. Apenas em 1980 que a crise alcançou a classe média. Em 1983 o governo recorreu ao FMI (Fundo Monetário Internacional) como forma de receber uma ajuda financeira. Mesmo com a economia começando a estabilizar em 1984, ao final do governo Figueiredo, a inflação alcançou 224% e a dívida externa saltou de 44 bilhões para 91 bilhões de dólares.

Em março de 1983, foi apresentado à Câmara dos Deputados um projeto de emenda à Constituição que restabelecia as eleições diretas para a presidência da República. Setores da oposição se organizaram e mobilizaram a população a apoiar à emenda do deputado Dante de Oliveira, do PMDB. Iniciou-se a campanha **Diretas Já!**, a maior mobilização popular até aquele momento no Brasil, ocorreram diversas manifestações em todo o país, as maiores com 1 milhão de participantes em cada foram no Rio de Janeiro e São Paulo. Porém, em 25 de abril de 1984 os governistas derrotaram a emenda, a campanha não obteve sucesso, mas a população estava mobilizada, tinha voltado às ruas em larga escala.



Comício pró Diretas Já no Largo da Prefeitura de Porto Alegre.

Fonte: Agência Senado

CAPÍTULO 15: REDEMOCRATIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO NO BRASIL

REDEMOCRATIZAÇÃO E GOVERNO SARNEY (1985 – 1990)

Com a derrota das diretas já, a escolha do novo presidente ocorreu de forma indireta novamente, pelo Colégio Eleitoral. O partido do governo, PDS, se dividiu, parte apoiando a escolha de Paulo Maluf como nome do partido para as eleições e parte rompeu, formando a Frente Liberal. Esta aliou-se à oposição para lançar a candidatura de Tancredo Neves, do PMDB, com a condição que o vice fosse José Sarney, antigo líder da ARENA e do PSD. Apesar de muita desconfiança, o PMDB aceitou, sem poder imaginar o peso dessa decisão. Tancredo Neves derrotou Paulo Maluf e se tornou o novo presidente eleito indiretamente, assim pela primeira vez desde o golpe civil militar, a presidência retornava às mãos de um civil, marcando o fim do regime militar e o início da Nova República.

Eleito pelo Colégio Eleitoral, Tancredo Neves foi internado às pressas, em 14 de março de 1985, na véspera de sua posse, para passar por um procedimento cirúrgico. Quem assumiu a presidência da República em 15 de março de 1985, foi o vice-presidente José Sarney (anteriormente da ARENA durante a ditadura). Tancredo faleceu pouco tempo depois, em 21 de abril de 1985, vítima de infecção generalizada.

Sarney tinha o projeto de dar continuidade ao processo de redemocratização, ao mesmo tempo que tentava enfrentar a crise econômica. Um dos primeiros e mais importantes movimentos do governo Sarney foi a elaboração de uma nova Constituição, os trabalhos na sua formulação duraram um ano e meio e foram marcados por conflitos.



Ulysses Guimarães apresenta a nova Constituição Federal

Fonte: Agência Senado

Em 5 de outubro foi promulgada a **Constituição de 1988**, tendo como características importantes:

- democracia com separação entre os três poderes
- eleições diretas em todos os níveis
- fim da censura prévia
- voto facultativo para jovens entre 16 e 18 anos e para pessoas acima de 70 anos. Estendido também aos analfabetos
- garantia de greve e liberdade sindical
- direitos trabalhistas como abono de férias, indenização de 40% na demissão, jornada semanal de 44 horas (anteriormente era de 48), licença-maternidade de 120 dias (anteriormente eram 90 dias)
- artigos específicos para tratar dos direitos de crianças e adolescentes
- direitos para população indígena, incluindo demarcação de terras
- racismo como crime inafiançável
- manutenção das Forças Armadas como mantedoras da defesa da ordem interna e da defesa contra ameaças estrangeiras

O deputado Ulisses Guimarães, presidente da Assembleia Constituinte, nomeou essa como a “**Constituição Cidadã**”, pois trouxe inovações para a política, legislando especificamente sobre classes e setores sociais que anteriormente eram ignorados, além de ter ampliado direitos como os trabalhistas. O texto constitucional é extremamente extenso e detalhado, marcado também por ir na contramão do neoliberalismo. Esta ainda é a Constituição utilizada atualmente, sofrendo alterações ao longo dos anos.

Após um período de crise econômica forte, com a inflação chegando a 235% em 1985, o governo Sarney anunciou, em 1º de março de 1986, um plano de estabilização econômica, o **Plano Cruzado**. A principal meta do plano era justamente combater a inflação. Uma das principais medidas foi o congelamento de preços, outra foi a substituição da moeda do cruzeiro para o cruzado (que teria o mesmo valor da moeda anterior menos três zeros) e uma política que determina que os salários seriam reajustados sempre que a inflação alcançasse 20% no mês.

Os resultados iniciais foram positivos, com a inflação abaixando e o consumo crescendo. Porém mesmo antes do fim do governo a crise econômica voltou, os empresários e fazendeiros se sentiram prejudicados pelo Plano Cruzado e se utilizaram de diversas estratégias para burlar o mesmo. Antes do final outros dois planos foram aplicados numa tentativa de segurar a economia que retornava aos índices do início do governo Sarney.

O Plano Bresser e o Plano Verão não foram bem-sucedidos, a inflação baixava por dois meses, mas não era contida depois disso. No último mês do governo Sarney, em março de 1990,

a inflação atingia os 84,32% ao mês, chegando a hiperinflação com acúmulo de 4853,90% nos doze meses anteriores. Após isso a credibilidade do governo caiu muito, com todos os candidatos procurando se distanciar e diferenciar do governo Sarney. Essa insatisfação afetou diversas camadas da sociedade, tanto nos centros urbanos como nas áreas rurais eram organizadas diversos movimentos e protestos contra o governo. No campo a repressão dos latifundiários e fazendeiros foi violenta, com várias mortes, incluindo do líder sindical Chico Mendes.

GOVERNO FERNANDO COLLOR (1990 – 1992) E GOVERNO ITAMAR FRANCO (1992 – 1995)

Em 1989, pela primeira vez desde 1960, 29 anos depois das eleições de Jânio Quadros, os brasileiros voltaram a eleger um presidente de forma direta. Dessa vez haviam dezenas de candidatos, com destaque para Lula (pelo PT) e Fernando Collor de Melo (pelo PRN – Partido da Reconstrução Nacional) que foram para o segundo turno. Pela primeira vez as campanhas contavam com a presença da televisão como importante veículo de comunicação. Collor foi o vitorioso com 42,75% dos votos contra os 37,86% de Lula.

O governo Collor vinha com a promessa de modernizar o país, diminuindo o papel do Estado e apostando no livre mercado, privatizações e abertura para as importações. Como forma de colocar em prática suas metas anunciou o **Plano Collor**, ou Plano Brasil Novo, tendo como principal objetivo acabar com as inflações. Collor congelou os preços e salários e extinguiu o cruzado, trazendo de volta o cruzeiro. O governo estabeleceu a livre negociação dos salários e como forma de evitar o deslocamento de poupanças para o consumo, como ocorreu em 1986, promoveu o confisco arbitrário de contas correntes, poupanças e investimentos que possuem superiores à quantia de 50 mil cruzeiros. Essa medida se revelou polêmica, durou 18 meses, quando os valores confiscados seriam devolvidos. O plano também estabeleceu cortes de gastos públicos em todas as instâncias. Com essas medidas a inflação caiu, mas o consumo também, o que levou a economia a uma recessão que aumentou as falências e o desemprego. Sendo que a inflação voltou a subir ainda no primeiro semestre de 1992. O plano fracassou.

No início de 1992 graves denúncias de corrupção envolvendo importantes políticos e funcionários do governo começaram a circular na imprensa. A situação se tornou mais complicada quando o irmão do presidente, Pedro Collor, acusou o tesoureiro da campanha presidencial de Collor, Paulo César Farias (também conhecido como PC), de exigir grandes quantidades de dinheiro em troca de favores feitos com conivência do próprio presidente. Após investigações pelo Congresso Nacional que constituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), desvendaram um esquema de corrupção que arrecadava milhões de dólares, o chamado “esquema PC”. O esquema ocorria quando empresários entregavam uma quantia de dinheiro para o PC, em troca de favores governamentais, esse dinheiro era enviado para paraísos fiscais

fora do Brasil. Em seguida o dinheiro voltava ao país por meio de contas fantasmas, abertas por pessoas que utilizavam nomes falsos. Esse dinheiro era utilizado também para custear as despesas do presidente e de seus familiares.

Após as conclusões da CPI, a população ficou indignada. Nos principais centros urbanos, milhares de pessoas saíram às ruas exigindo o fim da corrupção e o impeachment do presidente. A proporção foi tão grande que o **“Fora, Collor!”** foi comparado ao **“Diretas Já!”**. Em 29 de setembro de 1992, a Câmara dos Deputados votou e aprovou o afastamento do presidente por 441 votos contra apenas 38. Em dezembro, Collor renunciou o mandato como forma de fugir do impeachment, mas, ainda assim, foi julgado pelo Senado e teve seus direitos políticos cassados por oito anos.



Passeata pelo “impeachment” do presidente Collor, em 1992. Foto de Guilherme Bastos

Fonte: Arquivo/ Agência O Globo.

Vice-presidente de Collor, Itamar Franco assumiu a presidência após a saída de Collor. Inicialmente obteve apoio de vários partidos e atraiu a simpatia da população. Seu governo buscou uma coalizão, uma aliança interpartidária com o objetivo de lidar com a crise econômica.

Itamar Franco organizou em 1993 um plebiscito para determinar a forma e o sistema de governo do país, algo que estava previsto para acontecer desde a formulação da Constituição de 1988. Assim foi realizado este plebiscito para decidir se o país deveria manter o governo republicano ou retomar o governo monárquico. Também iria ser decidido se o Brasil manteria o sistema de governo presidencialista ou adotaria um parlamentarista. Apesar de muita

propaganda, o comparecimento às urnas foi abaixo do esperado, apenas 74% num país que o voto é obrigatório. A maioria dos eleitores votou a favor de manter o regime republicado (86,6% contra 13,4% do regime monárquico) e o sistema presidencialista (69,2% contra 30,8% do sistema parlamentar), optando pelo mesmo modelo que o país vinha sendo governado desde a Proclamação da República, com exceção da breve experiência parlamentar entre 1961 e 1963.

Ainda com o grande desafio em relação à inflação, Franco nomeou como Ministro da Fazenda o sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Sendo sua principal tarefa elaborar uma estratégia para conter a inflação e reorganizar a economia. Com ajuda de um grupo de economistas, foi implementado o **Plano Real**, em julho de 1994, substituindo o cruzeiro pelo real como nova moeda. Ao contrário dos planos anteriores, este foi precedido de etapas preparatórias que deram possibilidade de acomodação do mercado. O resultado foi um sucesso, abaixando a inflação para 6%. O que fez com que o PSDB, partido ao qual Fernando Henrique Cardoso pertencia, resolveu lançá-lo como candidato à presidência em 1994.

GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995 – 1998/ 1999 – 2002)

Fernando Henrique Cardoso ganhou as eleições presidenciais de 1994 no primeiro turno, tendo como principal adversário o Lula, sua participação na elaboração do Plano Real foi essencial para sua vitória. Em 1997, porém, foi aprovada, pelo Congresso Nacional, uma emenda constitucional permitindo a reeleição do presidente da República, de governadores de estado e de prefeitos. Fernando Henrique concorreu à reeleição e saiu outra vez vitorioso no primeiro turno. Tornou-se, assim, o primeiro presidente brasileiro a exercer dois mandatos consecutivos. O segundo mandato de Fernando Henrique teve início em 1º de janeiro de 1999 e terminou em 31 de dezembro de 2002. Nas duas eleições, seu principal adversário foi Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. Dessa forma, o PT e PSDB passaram a dominar e a polarizar o cenário político brasileiro.



O êxito do Plano Real ajudou na eleição de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República em 1994 Fonte: Fundação FHC

No plano econômico, o governo FHC se aproximou e seguiu o **neoliberalismo**. Deu prosseguimento ao **Plano Real**, adotando também uma política de juros altos. Seu governo defendia um rompimento com o modelo de Estado interventor, retomando um programa de **privatizações**, que foi iniciado por Fernando Collor. Dessa forma, foram vendidas diversas empresas estatais, com o argumento de que a privatização atrairia capital estrangeiro e que o dinheiro arrecadado com as vendas seria utilizado para pagar a dívida interna e externa do país. Os críticos as privatizações afirmavam que a liquidação do patrimônio público teria sido feita por preços muito baixos e o pagamento das dívidas não alcançou o efeito esperado, ao contrário, durante os governos FHC as dívidas aumentaram.

Durante o governo FHC, as injustiças sociais históricas do país não foram eliminadas. No entanto, houve avanços positivos em alguns setores, como na educação e na saúde. Na educação, durante o governo FHC, o Brasil praticamente alcançou a universalização do Ensino Fundamental, garantindo o acesso à escola para 97% das crianças do país com idade entre 7 e 14 anos. Além disso, houve uma queda na taxa de analfabetismo entre a população com mais de 10 anos de idade. Em 1990, havia no país cerca de 18,3% de analfabetos; em 2002, esse percentual caiu para 12,8%. A redução mais notável ocorreu entre os jovens de 15 a 19 anos. No entanto, quando comparada a outros países, a taxa de analfabetismo brasileira ainda é bastante elevada. Apesar dos avanços no quesito quantitativo, ainda há uma defasagem enorme em relação a melhoria da qualidade do ensino público e privado no país.

Uma análise similar pode ser feita em relação a área da saúde, com uma expansão do atendimento médico-hospitalar gerando uma queda na taxa de mortalidade infantil e uma ampliação na expectativa de vida. Porém os desafios que afetam a área da saúde ainda são enormes, com falta de verbas, dificuldade de acesso entre outros.

No último ano do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, cresceram o descontentamento popular e as críticas de parte da imprensa em relação ao desempenho de seu governo. Vários fatores contribuíram para isso como a crise de fornecimento de energia elétrica no país, gerando risco de “apagão”. Na época, atribuiu-se o problema à falta de investimentos do governo em infraestrutura e às privatizações no setor energético. Também foi criticado o crescimento intenso das dívidas externa e interna do setor público, gerando desconfiança colocando em dúvida a efetividade do processo de privatizações. As elevadas taxas de desemprego, causando descontentamento popular. A insatisfação social desse período transformou-se e em anseio por mudanças políticas que, em certa medida, foram direcionadas para o candidato da oposição, Luiz Inácio Lula da Silva, nas eleições à presidência da República em 2002

GOVERNO LULA (2003 – 2006/ 2007 – 2010)

Depois de algumas tentativas de alcançar a presidência, Luiz Inácio Lula da Silva do PT, conseguiu ser eleito em 2002. Pela primeira vez o Brasil tinha um presidente de origem popular. Em 2006, Lula disputou novamente a eleição e foi reeleito, em ambas as eleições com mais de 60% dos votos no segundo turno.



Posse de Lula em 2003

Fonte: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Seu programa de governo tinha como proposta o enfrentamento de problemas sociais antigos e profundos que afligiam a maioria do povo brasileiro. Ao mesmo tempo, prometia também preservar os fundamentos da ordem econômica. Neste sentido, o governo Lula procurou, desde o início, tranquilizar os mercados, ganhar a confiança de grandes empresários, preservar a estabilidade da moeda e conter a pressão inflacionária. Para isso, a equipe econômica do governo adotou uma conduta semelhante à da gestão anterior, o que gerou críticas daqueles que esperavam um governo diferente e mais ousado. Porém, essa estratégia trouxe segurança e bons resultados, promovendo um controle da inflação; crescimento das exportações brasileiras; e ligeira queda nos índices de desemprego. Entre 2003 e 2006, o PIB (a soma de todos os bens e serviços produzidos no país) cresceu num ritmo médio de 3,4% ao ano, e isso já representava uma taxa superior à do governo anterior.

Essas estratégias políticas vieram em diálogo com políticas sociais, como o **Programa Fome Zero**, com o objetivo de combater a subnutrição que afetava milhões de brasileiros, ou

o **Bolsa Família** que consiste na ajuda financeira às famílias pobres, que em contrapartida deveriam manter as crianças e adolescentes com frequência alta nas escolas. O programa visa a quebrar o ciclo geracional da pobreza, inicialmente apostando na educação como principal ferramenta.

Assim como o governo anterior, o governo Lula também sofreu denúncias de corrupção em seu primeiro mandato. A acusação mais grave, porém, deu origem a um escândalo que ficou conhecido como “**mensalão**”. Desde 2003, o governo procurou reunir, no Congresso Nacional, o apoio de um grande número de parlamentares que garantisse a aprovação das propostas legislativas de interesse do Executivo. Para isso, o PT promoveu alianças e acordos com membros de diversos partidos de oposição, como PMDB. A partir de 2005, o mecanismo de sustentação dessas alianças causou suspeita e surgiram denúncias apontando para a existência de um esquema, coordenado por líderes do PT, por meio do qual um grupo de parlamentares aliados ao governo recebia um suposto pagamento mensal em dinheiro em troca de seu apoio político. O escândalo do “mensalão” recebeu destaque na grande imprensa e foi investigado por uma CPI e pela Polícia Federal. Porém a CPI do Mensalão não conseguiu provas conclusivas a respeito das principais acusações ao governo e ao Lula. No entanto, alguns deputados denunciados renunciaram, e três foram cassados. Em 2012, o processo do “mensalão” foi finalmente julgado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) e vários acusados foram condenados pela Corte Suprema.

Durante o ano de 2008, vários países sofreram o impacto de uma crise financeira internacional. Devido às interações do mundo globalizado, essa crise repercutiu também no Brasil, provocando queda das ações de empresas brasileiras, restrições ao crédito e fechamento de alguns postos de trabalho. No entanto, a relativa solidez da economia brasileira fez com que o país atravessasse a crise em condições melhores do que muitos países ricos do hemisfério norte. Dessa forma o governo Lula terminou com a popularidade do presidente ainda alta, alcançando índices de aprovação em torno de 80%.

GOVERNO DILMA (2011 – 2014/ 2015 – 2016)

Nas eleições de 2010, a candidata do PT, Dilma Rousseff, que foi ministra do governo Lula, venceu as eleições e tomou posse em janeiro de 2011. Ela foi a primeira e única mulher a assumir o cargo de presidente do Brasil. Entre as décadas de 1960 e 1970, Dilma participou da luta armada contra a ditadura militar, tendo sido presa e torturada por órgãos repressivos do governo. O governo Dilma buscou manter as linhas gerais do governo anterior, dando continuidade aos programas sociais que envolviam construção de moradias populares, expansão da educação pública e distribuição de renda, entre outros.

Os sucessos das políticas sociais continuaram no governo Dilma. Em 2013, o analfabetismo, que era de 12,8% em 2002, caiu para 7,9% entre pessoas com 10 anos ou mais de idade. O número de matrículas em cursos de graduação universitária subiu para mais de 7 milhões, sendo que desse total, cerca de 55% dos matriculados eram mulheres. No ano de 2014, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) divulgou que o Brasil havia reduzido a pobreza extrema para 1,7%. Em 2002, havia 19 milhões de pessoas subalimentadas no país. Esse número caiu para 3,4 milhões em 2013. Ainda segundo a FAO, programas como o Bolsa Família contribuíram para esse resultado. Essas representam grandes vitórias para a sociedade brasileira, principalmente para a população pobre.

Em 2013, eclodiram protestos contra o aumento nas tarifas dos transportes públicos na cidade de São Paulo e Rio de Janeiro. Esses protestos se espalharam pelo país, chegando a reunir mais de 1 milhão de pessoas. As pautas eram muitas, além da redução da tarifa, as pautas das manifestações passaram a incluir queixas sobre corrupção pública e os gastos com as obras da Copa do Mundo de 2014, que foi realizada no Brasil. As manifestações foram diminuindo e se dispersando após casos de violência policial a manifestantes, não se limitando àqueles que iam com o propósito violento, seja quebrando janelas de bancos ou preparados para um combate com a polícia. A representação midiática desses grupos de indivíduos colaborou para construção de um medo na população. Essa dispersão também pode ser observada nas pautas das manifestações.

Mesmo com a popularidade afetada, Dilma reelegeu-se em 2014 para um novo mandato como presidente da República. Porém, a aliança com os outros partidos de oposição se encontrava extremamente fragilizada. Mesmo antes de ser eleita, já haviam grupos conservadores pedindo pelo impeachment de Dilma. A partir de 2014 a situação se tornou mais complicada, alguns indicadores, como o aumento do desemprego, da inflação e da dívida pública e a retração do PIB do país, mostravam a extensão de uma crise econômica.

Pouco tempo depois das eleições já haviam várias frentes de oposição ao governo que buscavam promover o **impeachment** da presidente da República sob a acusação de crime de responsabilidade fiscal (abertura de créditos suplementares sem autorização do Congresso e tomada de “empréstimos” de bancos públicos). Uma prática que praticamente todos os governos fizeram antes sem qualquer questionamento. Alegavam, também, omissão em relação às irregularidades que estavam ocorrendo na Petrobras.

Nesse período, o clima político se radicalizou entre os grupos a favor do governo e contra ele. Milhões de brasileiros saíram às ruas para manifestar seu posicionamento. Sindicatos, grupos estudantis e movimentos sociais protestam pela continuidade do mandato de Dilma Rousseff, defendendo a manutenção do resultado das urnas. Em 12 de maio, a maioria dos senadores votou pelo afastamento de Dilma Rousseff da presidência. Na mesma data, o vice-presidente Michel Temer tomou posse interinamente e anunciou o novo ministério.



A presidente Dilma Rousseff recebe a faixa presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, durante sua posse no Palácio do Planalto, à esquerda o vice-presidente eleito Michel Temer aplaude. Foto de Jorge Araújo, em 2011

Fonte: Arquivo Nacional/ Folhapress

Após o afastamento de Dilma ocorreram cassações e condenações por corrupção de figuras políticas que foram vocais e essenciais no processo de impeachment. Colocando em questionamento os motivos por trás do impeachment, com alguns afirmando que havia sido por interesses políticos e não por uma luta contra a corrupção. Devido a isso alguns historiadores, cientistas sociais e políticos chamam o impeachment de Dilma de um golpe político.

Realização:



Patrocínio:



Integração
Metropolitana



Projeto Gráfico:





Programa de
**Capacitação
e Integração
de Lideranças
Sociais**